

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL –**  
**PPGAS**

FLÁVIA CAROLINA DA COSTA

*Nas tramas da revitalização: conflitos e movimentos na zona  
portuária do Rio de Janeiro*

São Carlos, maio de 2016.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL –**  
**PPGAS**

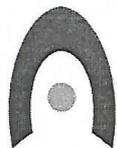
*Nas tramas da revitalização: conflitos e movimentos na zona  
portuária do Rio de Janeiro*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Antropologia Social da  
Universidade Federal de São Carlos – PPGAS/  
UFSCar.

Aluna: Flávia Carolina da Costa

Orientador: Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo

São Carlos, maio de 2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA  
SOCIAL

Via Washington Luís, Km 235 - Caixa Postal 676  
CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil  
Fone: (16) 3351-8371 - ppgas.coordenacao@ufscar.br



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

BANCA EXAMINADORA DA TESE DE DOUTORADO DE

*Flávia Carolina da Costa*

31/05/2016

Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo  
Orientador e Presidente  
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Prof. Dr. Geraldo Andrello  
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Prof. Dr. Edmundo Antonio Peggion  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" / UNESP

Prof. Dr. Amir Geiger  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / UNIRIO

Prof. Dr. Danilo César Souza Pinto  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia / UESB

Submetida à defesa em sessão pública  
Realizada às 14:00h no dia 31/05/2016.

Banca Examinadora:  
Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo  
Prof. Dr. Geraldo Andrello  
Prof. Dr. Edmundo Antonio Peggion  
Prof. Dr. Amir Geiger  
Prof. Dr. Danilo César Souza Pinto

Homologado na CPG-PPGAS na  
\_\_\_\_\_ª Reunião no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Prof. Dr. Geraldo Luciano Andrello  
Coordenador do PPGAS

Para Dudi e Laura, minhas irmãs.

Gostaria de agradecer:

Ao Maurício Hora, Luiz Torres e Damião Braga Soares pelas incontáveis vezes em que pacientemente me apresentaram suas perspectivas sobre o que é habitar a região portuária. Aos moradores do Morro da Conceição e do Morro da Providência com quem convivi de modo mais próximo e com quem aprendi que *tempo*, *movimento* e *permanência* não necessariamente tem a ver com duração, deslocamento e continuidade, respectivamente.

Ao Luiz Henrique de Toledo, o Kike, meu orientador ao longo dos últimos doze anos, pelo apoio que sempre me deu pra que eu pudesse alçar meus próprios voos, com quem eu aprendi a ceder, a ouvir e a esperar.

Ao Amir Geiger, pela parceria, pelo estímulo intelectual, pelas contribuições e tanto mais.

Ao Geraldo Andrello, pelas considerações durante o Exame de Qualificação e pela ajuda burocrática junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSCar.

Ao Danilo Souza Pinto e ao Edmundo Peggion, pela generosidade com que aceitaram o convite para serem membros da banca.

Ao Fábio Urban, pela atenção e habilidade no trato dos assuntos acadêmicos; e aos professores do PPGAS pelas interlocuções e sugestões ao longo deste percurso.

Ao Marcos Carvalho, pela escuta atenciosa de meus relatos de campo e pelas indicações bibliográficas que mudaram o rumo desta tese; e ao João Lagüéns, pela amizade, pelo carinho e pelo apoio em todos os momentos.

À Amanda Marqui, Carla Camargo, Everton Oliveira, Marília Lourenço, Alexandra Gomes de Almeida, Licy Sartori, Maria Carolina de Araújo Antônio, Gil Vicente Lourenção, Aline Iubel, Níkolás Pirani, Paulo Canhoto Alves, Júlio C. J. Palmiéri, Heitor Sayeg, Victor Tadashi, Thiago Saraiva, Joéverson D. Evangelista, Ana Paula Hermanson, Pedro Pomar, Célia Foster Silvestre, Aline Castilho Crespe, Cláudia Delboni, Maria José Martinelli, Vânia Mota, Jocimar Lomba Albanez, Thiago Liguori, Eduardo Tanner, Thiago Monfredini, Antônio Agenor Barbosa, Erika Bastos Arantes, Alessandra Tosta e Tomas Martin Ossowicki, pela amizade valiosa de cada um.

Ao Fábio Lélis, pelas leituras, correções e sugestões.

Ao Gabriel M. Manzanares, pela ajuda com os mapas da tese.

Aos meus pais, Carlos Costa e Izabel de Matos, à minha madrastra, Ivone Costa, ao meu padrasto, Francisco Celine, às minhas irmãs, Dudi e Laura, e a todos os meus familiares pela alegria que me trazem sempre, pela confiança que depositam em mim, pelo apoio emocional e financeiro sem os quais nada disso teria sido possível.

Ao Norton Tavares pela cumplicidade, pelo carinho e por tornar mais leve essa caminhada.

À CAPES pela bolsa concedida no período de novembro de 2011 à setembro de 2014.

*Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.*

Walter Benjamin, 1985.  
*Sobre o conceito da História.*

**RESUMO:**

A presente tese destina-se à observação e análise do nexo que se forma entre memória, conflito e política no contexto das redes de associativismos, vizinhança e sociabilidade oriundos do cenário gerado pelas obras de “revitalização” em curso na zona portuária do Rio de Janeiro. Tendo em vista que um relato é uma expressão individual limitada por um “idioma geral” que classifica sensações, entende e significa todas as experiências a partir de uma estrutura culturalmente fornecida, este trabalho está pautado na compreensão do universo simbólico proveniente de lembranças que mesclavam o passado e o presente com as histórias oficiais e as não oficiais da cidade, contados de maneiras múltiplas pelos interlocutores desta pesquisa. No decorrer da análise, o termo “revitalização” vai sendo problematizado de acordo com as circunstâncias em que aparece e as categorias *morador* e *associação* deixam ver através da etnografia uma constante “movimentação” de diferentes investimentos artísticos, políticos e culturais no contexto das transformações sociais em questão. À não fixidez da categoria *morador* deve-se a noção de “depoimentos de memórias” desenvolvida etnograficamente como operadora de um sistema que ativa relações e “modos de habitar” a região portuária, em um movimento, sobretudo, político.

Palavras-Chave:

Memória – Conflito – Política – Sociabilidade – Rio de Janeiro – Zona Portuária

**ABSTRACT:**

This thesis focuses on the observation and analysis of the connections among memory, conflict and politics in social network associations, neighborhoods and local sociabilities in the context of the urban "revitalization" in the port area of Rio de Janeiro. Presuming that a story is an individual expression limited by a "general discourse" that classifies feelings, understandings and significations of experience from a dominant culturally provided structure, this thesis is guided by the understandings of a symbolic universe based on memories that combine past and present with official and non-official perceptions of the city, told in multiple ways by the interlocutors of this research. Throughout the study the term "revitalization" is analyzed according to circumstances in which *dweller* and *association* categories were observed in the course of fieldwork as a constant "movement" of different artistic, political and cultural investments in the context of social transformations. The non-fixity of the *resident* category is due to the notion of "testimonial memories" and ethnographically understood as the operator of a system that activates relations and "ways of inhabiting" in the port area, primarily from a political point of view.

**Key Words:**

Memories – Conflict – Politic – Sociability – Port Area – Rio de Janeiro

## LISTA DAS ILUSTRAÇÕES

### LISTA DAS FOTOS

Fotos 1 e 2: Antes e Depois da Avenida Rodrigues Alves (Orla Conde) .....	22
Foto 3: Pichação encontrada na Rua Venezuela, próxima ao nº 174 .....	53
Foto 4: Vista panorâmica do Morro da Providência .....	62
Foto 5: Rua do Jogo da Bola .....	76
Foto 6: Fachada de 1892, no início da Ladeira do Pedro Antônio .....	95
Foto 7: Ladeira do Pedro Antônio .....	96
Foto 8: Caminho do Jardim do Valongo .....	96
Foto 9: Jardim Suspenso do Valongo .....	96
Foto 10: Rua do Jogo da Bola em obras / junho de 2012.....	98
Foto 11: Casas marcadas pela SMH, Morro da Providência .....	122

### LISTA DOS MAPAS

Mapa 1: Principais localidades do Morro da Providência .....	62
Mapa 2: Ruas do Morro da Conceição e entorno .....	74

### PRINCIPAIS SIGLAS E ABREVIATURAS

CDURP: Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto
CEPAC: Certificado de Potencial Adicional de Construção
CEPPIR: Coordenadoria Especial de Políticas de Igualdade Racial
COMDEDINE: Conselho Municipal em Defesa dos Direitos do Negro
INCRA: Instituto Nacional de Reforma Agrária e Colonização
INEPAC: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPP: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos
MCMV: Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal
NUTH: Núcleo de Terras e Habitação, da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.
OUC: Operação Urbana Consorciada
PAC: Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal.
PPGEO: Programa de Pós-Graduação da Geografia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
PPP: Parceria Público-Privada
PROURB: Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro
SEASDH: Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos
SEBRAE/RJ: Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas do Rio de Janeiro
SEPPIR: Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial
SMH: Secretaria Municipal de Habitação
SMO: Secretaria Municipal de Obras
SubPC: Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design

UERJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro

UPP: Unidade da Polícia Pacificadora

VLT: Veículo Leve sobre Trilhos

VOG: Vila Olímpica da Gamboa

## SUMÁRIO

<b>PREÂMBULO</b> .....	13
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	23
Observações de campo teórico e estrutura da tese .....	28
<b>CAPÍTULO UM: MEMÓRIA</b> .....	32
1.1 O que há de ontem no hoje .....	33
1.2 Conjunturas históricas .....	35
1.3 Canudos .....	39
1.4 Revolta da Vacina .....	41
1.5 Morro da Favela: Providência de Canudos .....	50
<b>CAPÍTULO DOIS: CONFLITOS</b> .....	68
2.1 Nas tramas .....	69
2.2 Nos corpos .....	87
<b>CAPÍTULO TRÊS: POLÍTICA</b> .....	105
3.1 Territórios .....	106
3.2 Remoções .....	117
3.3 Associações e Movimentos .....	120
3.4 Cultura .....	131
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	142
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	145

\*\* Nota: Por questões éticas, optei por deixar em sigilo os nomes dos meus interlocutores, exceção feita apenas às pessoas públicas, cujas atividades explicitem o não anonimato. Todos os outros nomes das personagens deste texto são fictícios. Os nomes dos lugares e das instituições não foram alterados.

\*\*\* Nota sobre a grafia: Neste trabalho são grafados em *itálico* os termos, falas e expressões nativas. Optei por colocar em *itálico* também os trechos de entrevistas e textos publicados pelos meus interlocutores e que aqui foram usados como depoimentos reveladores da forma como entendiam o local em questão. Os nomes dos projetos observados e das instituições aparecem em letras maiúsculas. As aspas duplas são utilizadas para categorias e expressões do campo teórico.

## PREÂMBULO

No dia 25 de abril de 2012, foi realizado o Seminário “Transformações na Zona Portuária do Rio de Janeiro e o Projeto Porto Maravilha: olhares, experiências, expectativas”, organizado pela parceria feita entre o Programa de Pós-Graduação da Geografia (PPGEO), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e o Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

No auditório localizado no 9º andar do prédio da UERJ/ Maracanã, o objetivo do evento era discutir, segundo o boletim de divulgação da própria universidade, *as intencionalidades da política urbana e os impasses impostos à dinâmica dos bairros que são alvo das intervenções do projeto Porto Maravilha*. O informe seguia dizendo que ao se reunirem representantes da sociedade cujos conhecimentos e experiências permitiam questionar diversos aspectos do processo de transformação da zona portuária, pretendia-se evidenciar os problemas decorrentes dessas transformações na atualidade, bem como suas possíveis repercussões no futuro da cidade.

Realizado em um único dia, o seminário contava com duas mesas, uma prevista para o período da manhã e outra para o período da tarde. Cada uma das mesas era composta por diversos pesquisadores universitários que desenvolviam estudos sobre a região e mais uma pessoa que tinha uma trajetória mais próxima à zona portuária, não sendo necessariamente um morador. A plateia era formada por muitos estudantes dos dois programas de pós-graduação responsáveis pela organização do evento, professores de outras áreas que também tinham vínculos de pesquisa com a zona portuária, arquitetos e urbanistas autônomos, ex-funcionários da Prefeitura, além de representantes dos programas desenvolvidos pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos.

O início do evento foi marcado pela fala de duas professoras organizadoras e seus discursos giravam em torno da importância de se demarcar os *vazios urbanos* existentes no Rio e abundantes na região portuária. Apesar deles, a região ainda guardava parte importante das *tradições cariocas*, quase todas elas relacionadas à *memória dos antigos blocos e escolas carnavalescas*. Em certo momento, uma das professoras, em posse do microfone, disse:

*Eu me lembro de quando eu era criança. Me lembro de passar pela zona portuária e ver um cotidiano de trabalhadores, estivadores [...] Na minha adolescência, eu passava de carro por uma via expressa<sup>1</sup> e só via os telhados, não era uma boa observação. Hoje, eu vejo tudo meio acinzentado por causa das obras, vejo um território periférico, de obsolescências, que está passando por grandes transformações e reformas. Então, é preciso pensar quais serão os usos que faremos desse novo espaço no futuro.* (Diário de Campo, abril de 2012).

Logo em seguida, foram finalizadas as honras de abertura e os convidados foram chamados para apresentarem suas reflexões sobre a zona portuária. O primeiro pesquisador vinha do Programa de Geografia e chamava a atenção para a necessidade de se observar a produção de cidades olímpicas em várias partes do mundo. O Rio não seria, assim, um caso isolado, muito embora pudesse representar um dos processos mais violentos, uma vez que a reforma portuária empreendida na cidade era um projeto da iniciativa privada, que acabou sendo aceito pelo *Estado*<sup>2</sup>. Ele lembrou que, em 2009, quando o Rio ganhou a disputa para ser a cidade olímpica de 2016, o projeto de reforma do porto não era exatamente um foco. Contudo, como já existia um projeto de reestruturação da região, a união das propostas tornou-se viável. Tal viabilidade não vinha apenas de pautas de uma *política externa*, havia um extenso histórico de iniciativas de reformas da região portuária, mas apenas a empreendida por Eduardo Paes desde a sua eleição conseguia reunir a *bandeira Pereira*

---

<sup>1</sup> A professora referia-se ao Elevado da Perimetral, uma via suplementar, construída, na década de 1950, acima da Avenida Rodrigues Alves, com o objetivo de conectar os principais entroncamentos rodoviários do Rio de Janeiro, interligando a zona norte à zona sul da cidade.

<sup>2</sup> Neste caso, o palestrante usava o termo Estado para se referir à Prefeitura Municipal, ao Governo do Estado do Rio de Janeiro e ao Governo Federal que, direta ou indiretamente, apoiaram a execução do projeto.

*Passos, com ideias primeiramente propostas pelo antigo prefeito César Maia, mais as demandas advindas da candidatura do Rio como cidade olímpica. (Ibidem, 2012)*

Na sequência, a fala foi concedida a um professor de astronomia do Observatório do Valongo, UFRJ. Segundo ele, o motivo de sua presença devia-se, fundamentalmente, a sua função como organizador do Projeto Mauá – uma espécie de feira de artes em que os artistas plásticos moradores do Morro da Conceição abriam suas casas e ateliês para visitação pública. No entanto, ele estava ali para dizer que além de ser o organizador do referido evento, também desenvolvia outros projetos pela região, o que o tornava ainda mais conhecedor da realidade local. Um desses projetos consistia em oficinas de leitura desenvolvidas em escolas públicas localizadas nos arredores do morro. Bastante lacônico, o professor disse que sua exposição se resumiria à apresentação dos projetos por ele desenvolvidos na região e, de antemão, anunciou não ter uma visão tão pessimista sobre o projeto Porto Maravilha:

*A vida é assim. Em muitos momentos a gente se vê obrigado a se transformar e escolher caminhos [...] Acho que a gente tem que relativizar as coisas, tem reformas que vem para o bem. E de todo esse projeto, há um grande blábláblá de iniciativas que nunca vão acontecer, por isso é preciso diminuir o peso da negatividade que a gente coloca nos nossos olhares e reflexões. (Ibidem, 2012).*

Ele seguiu, então, ressaltando como seu projeto de leituras com crianças e adolescentes impactava diretamente sua experiência como professor universitário e, ao fim de sua fala, o microfone foi entregue a uma professora do PROURB que, por sua vez, resumiu-se à observação de quanto era importante que iniciativas como aquele seminário se voltassem a estimular a participação comunitária da zona portuária. Enquanto falava, ela olhava fixamente para a plateia e repetia:

*[...] Não vejo um único morador da zona portuária por aqui. Como saberemos sobre suas experiências assim? Como trocaremos conhecimentos assim? Como estimularemos a sustentabilidade social da região ante o projeto urbano que hoje se encontra em curso?(Ibidem, 2012).*

Sob aplausos de uma plateia alvoroçada pelas provocações da professora, as apresentações da manhã foram encerradas e os microfones foram abertos ao público para que se iniciasse o primeiro ciclo de debates. A primeira pergunta foi feita pela coordenadora de um dos programas desenvolvidos pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos para os Morros da Providência e Pinto, recentemente transformados em *territórios pacificados*<sup>3</sup> pela presença da Unidade da Polícia Pacificadora (UPP). Era uma pergunta objetiva: *como estabelecer maior diálogo com instituições como a universidade?* Em seguida, uma representante da ONG FASE<sup>4</sup> questionou os participantes da mesa sobre os mecanismos institucionais e políticos que justificariam as políticas de remoção e, depois dela, um aluno perguntou sobre como exigir maior transparência das empresas que atualmente desenvolvem as obras pela zona portuária.

Preocupados com a variedade de temas e com a grande quantidade de inscritos na lista de perguntas, os componentes da mesa delimitaram que receberiam apenas mais um bloco de questões. Sobre as primeiras perguntas feitas, as respostas variaram entre discursos que diziam sobre a criação de um *mito de ilegalidade*, pelo *Estado*<sup>5</sup> – que justificava as intervenções e as remoções – e a necessidade de se fortalecer o orçamento participativo e as associações de moradores de modo institucional para que, juntos, fossem capazes de propor um projeto alternativo que reforçasse a possibilidade de diálogo com a Prefeitura e com Governo Estadual. É importante ressaltar que, segundo a opinião comum entre os participantes da mesa, o que se denominou *mito de ilegalidade* estava atrelado a uma ideia de “risco” primeiramente pautada em problemas estruturais e arquitetônicos (como, por exemplo,

---

<sup>3</sup> *Territórios pacificados* era um termo normalmente proveniente do Estado para se referir às favelas que receberam intervenções das Unidades da Polícia Pacificadora.

<sup>4</sup> A Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional é uma Organização Não-Governamental criada em 1961, com sede no Rio de Janeiro, com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento local, comunitário e associativo. Para maiores informações, ver: <http://fase.org.br/pt/quem-somos/historico/>.

<sup>5</sup> Aqui, o uso do termo Estado faz referência tanto às ações empreendidas pela Prefeitura Municipal, quando, a partir da Secretaria Municipal de Habitação, executava políticas de remoções pela região portuária; quanto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro que, pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, instituiu a Unidade da Polícia Pacificadora (UPP) no Morro da Providência.

o risco de desabamento devido à proximidade de algumas casas com a encosta do morro). No entanto, era também consenso entre os participantes que o “argumento do risco” não se referia apenas e necessariamente aos problemas estruturais das casas marcadas para remoção, pois muitas delas sequer estavam localizadas nas encostas do morro. Dessa forma, segundo os palestrantes, a ideia de “risco” adotada como argumento para as remoções não era clara e acabava reforçando estereótipos e desconfianças quando servia para classificar as casas habitadas pelas famílias mais pobres da comunidade. As indefinições sobre o que o Estado considerava “risco” e a falta de justificativas técnicas eram, portanto, responsáveis por aquilo que os palestrantes chamaram de *mito de ilegalidade*.

Desconsiderando a fila de pessoas inscritas para a segunda rodada de questões, uma aluna começou a vociferar sobre sua participação em um *movimento* há pouco criado na região e *fundamental para a organização dos moradores na luta contra as remoções*. Confusos com a forma como a aluna se impôs no diálogo, os convidados da mesa pediram silêncio aos demais presentes para que ela pudesse falar. Um pouco rouca, ela dizia ser aluna de mestrado do curso de Serviço Social da UERJ e, além disso, era participante do Fórum Comunitário do Porto, segundo ela, *um movimento da sociedade civil organizada em parceria com moradores da zona portuária expostos à vulnerabilidade social por causa das remoções; um movimento de resistência*. Bastante alterada, ela dizia que um evento como aquele não acrescentava muito na luta contra as políticas de remoção, que o seminário, por sua organização, parecia mais um espaço deliberativo e que espaços deliberativos não são espaços de diálogo. Ela, então, fez menção à sua orientadora, também presente na plateia, e a destacou como uma pessoa importante para que qualquer diálogo com a zona portuária fosse construído, uma vez que esta professora seria a principal organizadora do Fórum Comunitário do Porto. A professora, ao perceber os olhares voltados para si logo após a fala da aluna, sublinhou que desenvolvia um Projeto de Extensão naquela mesma instituição de ensino, com

o intuito de estudar o *direito à cidade* a partir das experiências de remoção impostas aos moradores do Morro da Providência. E, aproveitando o tempo de fala que lhe havia sido criado, teceu considerações sobre o quanto o caso do Morro da Providência no contexto de obras da zona portuária poderia ser emblemático de toda teoria desenvolvida pelo geógrafo David Harvey<sup>6</sup>. Por fim, concluiu sua fala com uma questão: *de onde estaria vindo o dinheiro que financia as obras?*

As vozes voltaram a se levantar pelo auditório e, irritado, o professor de astronomia iniciou suas respostas às questões colocadas, segundo ele, *de maneira atropelada*, pela aluna e sua orientadora. Disse, primeiramente, que por ser um *cientista* não se pautava em *falas adjetivadas*. Em seguida, explicitou que, de acordo com seu entendimento, o Porto Maravilha era o conceito de mudança no cenário urbano mais representativo que o Rio de Janeiro tinha:

*Estamos falando de uma mudança central no Rio de Janeiro e essa região central tem uma capilarização que nos diz sobre como se criam coisas que não são apenas ideais [...] Se a gente quer transformar o Porto Maravilha, a gente tem que trabalhar com ele e, às vezes, apesar dele. Não adianta resistir e ser contra sem propor algo [...]. (Ibidem, 2012).*

E finalizando sua fala, aconselhou o Fórum Comunitário do Porto a retirar a ideia de *resistência* de seus discursos e a assumir a postura de uma *organização*, tendo em vista que quando se apresentava como *resistência*, o Fórum caía na armadilha das associações de moradores, cujos estatutos não representavam nem metade dos moradores. Ouviu-se um tumulto na plateia e antes que novas discussões fossem iniciadas, uma das organizadoras do evento encerrou a sessão matutina convocando a todos para o intervalo.

Duas horas depois, teve início a mesa de debates prevista para o período da tarde. A exemplo da primeira, era também composta por professores integrantes dos programas de

---

<sup>6</sup> A título de esclarecimento, David Harvey é um geógrafo marxista bastante conhecido por desenvolver análises e reflexões sobre a relação entre os problemas urbanos e o liberalismo econômico.

pós-graduação responsáveis pela organização do evento e, dessa vez, representando a zona portuária, compunha a mesa um morador.

O primeiro a falar foi um professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ e sua fala esteve a princípio restrita às questões técnicas das obras que, segundo ele, poderiam dizer muito sobre o que se esperar daquele empreendimento. Mostrando grande conhecimento sobre o projeto em curso, ele se dispôs a especificar o que seriam as *ocupações formais* em contraposição às *informais* para o Porto Maravilha, explicando, assim, como seriam orientadas as ações de remoção pela Secretaria Municipal de Habitação. Em seguida, o professor falou sobre como foram criadas a Operação Urbana Consorciada (OUC), a Parceria Público-Privada (PPP) e a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP), instâncias responsáveis pelo desenvolvimento, controle, avaliação de impacto e financiamento das obras. E, então, questionou a *tradição carioca de demolição de obras públicas*, em detrimento de *projetos de reciclagem* – medida que, segundo ele, se aplicaria com muito menos custo para o Elevado da Perimetral, por exemplo, que, no projeto Porto Maravilha deveria ser demolido, quando a tendência mundial era a transformação da via já construída em um espaço com outros usos mais integrados às demandas da cidade – e conclui sua fala dizendo:

*[...] A região portuária não é um lugar vazio, lá tem gente produzindo cultura, é uma área com grandes histórias e um passado arqueológico riquíssimo [...] O que não pode ocorrer é essa decisão imperial, que impõe como as coisas serão sem qualquer diálogo. A sociedade tem que dizer se concorda ou não com a passagem de uma galeria pluvial na região do antigo Cais da Imperatriz. Pode até ser que a sociedade concordasse com isso e que essa fosse a única via de reforma possível, mas isso precisava ser discutido com a população. Da mesma forma, todas as outras decisões deveriam promover esse diálogo. O negócio agora é fazer com que esse encontro estimule o debate e o reposicionamento político. (Ibidem, 2012).*

Provocativo e breve, o segundo palestrante concentrou seu discurso no fato de não se saber os nomes dos engenheiros que assinavam as obras realizadas na região portuária, exigência prevista por lei e aplicável a qualquer obra pública e privada realizada em território nacional. Segundo ele, a ocultação dos nomes dos *autores do projeto* seria apenas mais um demonstrativo das *políticas urbanas impositivas* tão usuais na cidade do Rio de Janeiro. Aproveitando as observações feitas pelo segundo palestrante, a terceira fala da mesa foi voltada à *intencionalidade* das obras. O palestrante de então abordou o fato de que a cidade, aos poucos, ia se transformando em uma mercadoria a ser consumida por um público específico, criado, por sua vez, de acordo com um padrão:

*[...] Tudo é permitido nesse novo projeto de cidade que vai sendo construído, mas que cidade é essa? E para quem ela vai sendo construída? [...] Não podemos continuar acreditando que obras monumentais são sinônimo de boas administrações municipais [...] Dialogar não é dizer como as coisas serão. Dialogar é também ouvir [...]. (Ibidem, 2012)*

A última fala do dia foi reservada a um morador da zona portuária. Um pouco incomodado por estar em um auditório como aquele, *lotado de pessoas tão jovens*, ele iniciou sua conversa pedindo que se corrigisse o panfleto de divulgação do evento, no qual ele aparecia como presidente da associação de moradores, cargo que já não ocupava havia algum tempo. Em seguida, disse que já não se sentia como um *agente* no bairro onde morava, mas sim como um *paciente* que assistia a tudo sem saber o que de fato estava acontecendo, pois as reformas estavam sendo feitas à *revelia das necessidades dos moradores*:

*[...] A cidade ainda não tinha se dado conta do quanto é linda a vista do Morro da Providência, mas parece que acabou de descobrir, por isso querem tirar todo mundo de lá. Aí, criam essas desculpas: por segurança as casas serão removidas. Segurança? Que segurança, se essas casas estão ali há mais de cem anos e até hoje ninguém se preocupou com elas? Quando se fala em qualidade de vida e desenvolvimento, a primeira atitude é limpar o lixo. E hoje, na zona portuária, o lixo somos nós, moradores. Nós já éramos poucos eleitores na primeira zona eleitoral e só de cara, estão retirando*

*5.000 eleitores de lá [...] os discursos todos são feitos no sentido de se legitimar a retirada dessas pessoas do lugar delas [...]. (Ibidem, 2012).*

Um excesso de falatório vindo da plateia fez com que o morador se calasse por uns minutos. Ao perceberem seu constrangimento, os palestrantes da mesa pediram silêncio aos demais e o incentivaram a continuar:

*Eu tenho certeza de que com esse discurso de “segurança”, o que o projeto Porto Maravilha quer é construir um megaempreendimento no lugar das casas que eles querem remover. Mas eu, o que eu quero é a recuperação da nossa dignidade. A gente não pode esquecer que aquela região é a região da Revolta da Vacina, nós temos uma veia de luta e não vamos nos esquecer dela [...] Que a gente saia daqui hoje com o compromisso de construir uma nova sociedade, e que nessa nova sociedade caibam todos os que foram excluídos. (Ibidem, 2012).*

Dado o adiantado da hora, os organizadores optaram por não realizar o debate da segunda sessão e encerraram o evento agradecendo a presença e a participação de todos.

**Fotos 1 e 2** – Antes e Depois da Avenida Rodrigues Alves, no trecho atualmente denominado Orla Conde. A primeira fotografia é de 2011 e a segunda é de 2016. Na primeira foto, destaca-se o Elevado da Perimetral sobreposto à Avenida Rodrigues Alves. Na segunda, já sem a Perimetral, é possível perceber os trilhos do VLT.



Crédito: Divulgação da Prefeitura do Rio.

## INTRODUÇÃO

Fazia pouco mais de dois meses que eu havia retornado ao Rio para a realização do meu campo de doutorado, quando tive notícias do seminário narrado no preâmbulo. Apesar de já conhecer a zona portuária carioca<sup>7</sup> desde agosto de 2006 – quando fiz minha primeira incursão de campo à região – e apesar de já ter morado por ali durante oito meses no ano de 2008, para o campo do mestrado<sup>8</sup>, o ambiente propiciado pelas obras do Porto Maravilha causou-me grande estranhamento, pois a execução dos projetos de infraestrutura e das escavações arqueológicas transformava as ruas locais, principalmente as do bairro da Saúde, em grandes canteiros de obras. Não era necessário muito esforço para perceber que a chegada do projeto designado como Porto Maravilha alterava o ritmo de vida da zona portuária: além dos desvios no trânsito, da mudança do sentido das ruas e do barulho dos maquinários de perfuração, todos os dias, em ao menos três horários, uma sirene soava longe e alto alertando a todos para as tremulações do solo provocadas pelas explosões das obras subterrâneas.

A despeito de meu histórico de passagens pelo porto e da certa familiaridade que eu havia adquirido com aquele espaço, surpreendia-me observar que além dos incômodos mais evidentes ocasionados pelas perfurações e pela sujeira das obras, cada novo sítio arqueológico descoberto revolia emaranhados de memórias que, com o passar do tempo, começaram a amparar discursos sobre a importância histórica da região. A proposta do seminário descrito

---

<sup>7</sup> Importante dizer que, embora a zona portuária carioca seja composta pelos bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Caju, este trabalho se dedicará apenas aos três primeiros, posto que se encontram em área mais próxima à Região Central do Rio de Janeiro, onde se concentram as atividades financeiras da cidade. O Centro do Rio é classificado como II Região Administrativa do Município (para maiores detalhes, ver [http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index\\_ra.htm](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_ra.htm)), e subdivide-se entre as regiões do Saara, Castelo, Cinelândia, Lapa e Praça Mauá – ponto de intersecção com o início da zona portuária. É importante ressaltar que há algum tempo a Antropologia tem se dedicado aos estudos das regiões centrais das grandes cidades, ora para destacar o processo de construção de “centralidades” em bairros que não necessariamente se encontram geograficamente nessa posição – como mostram os estudos de Frúgoli Jr (2000) – ora para analisar o processo de “aburguesamento” dessas regiões, como apontam os estudos de Harvey (1992), Smith (1996), Zukin (1996), Santos (2005).

<sup>8</sup> COSTA, F. C. *Morro da Conceição: uma etnografia do conflito e da sociabilidade numa metrópole brasileira*. Dissertação de Mestrado. São Carlos: UFSCar, 2010.

acima ilustra um pouco disso tanto na fala da professora que abriu o evento, quanto na fala do morador que participou da segunda mesa de debates.

*Eu me lembro de quando eu era criança. Me lembro de passar pela zona portuária e ver um cotidiano de trabalhadores, estivadores [...] Na minha adolescência, eu passava de carro por uma via expressa e só via os telhados, não era uma boa observação [...]*, diz a professora delineando as lembranças de quem caminha pela cidade onde vive e, compartilhando de observações comuns a muitos dos habitantes, não necessita de testemunhas que comprovem suas recordações. Um processo bastante diferente deste é o que aparece descrito na fala do morador: *A gente não pode esquecer que aquela região é a região da Revolta da Vacina, nós temos uma veia de luta e não vamos nos esquecer dela [...]*<sup>9</sup>, diz ele acionando a existência de um passado celebrado e reconhecido no presente entre os moradores que habitam seu círculo mais próximo de vizinhos na região portuária. Este recurso de que se vale o morador para pautar seu discurso é o que nesta tese chamarei de “depoimentos de memória”.

“Depoimentos de memória” são a soma das lembranças individuais, provenientes das observações cotidianas próprias ao contexto em questão, com a recuperação de um acontecimento histórico – que também produz memórias na medida em que não se restringe ao fato vivido no passado e se repete e se atualiza no presente – produzindo reconhecimentos sobre o que é habitar a região portuária. Destaca-se, assim, que habitar a região portuária, principalmente na conjuntura das obras de reestruturação urbana, é uma ação política, construída “em movimento”. Dessa forma, “depoimentos de memória” são operadores de um sistema que ativa relações de sociabilidade, vizinhança e associativismos, a partir do reconhecimento que ocorre entre vizinhos/moradores<sup>10</sup>. Por ter (ou referenciar) origem em

---

<sup>9</sup> Grifo meu.

<sup>10</sup> Há grande proximidade entre o que esta etnografia entende por morador e o conceito de *bricoleur* desenvolvido por Lévi-Strauss (2009 [1989]), assim como há similaridades entre a ideia de “depoimentos de

acontecimentos históricos amplamente conhecidos e reproduzidos (no caso, a Revolta da Vacina), os “depoimentos de memória” são facilmente assimiláveis como matéria-prima tanto para os discursos e políticas elaborados pelo Estado<sup>11</sup>, quanto como argumentos para o fomento de projetos culturais e turísticos.

Quando me aventurei a pesquisar a zona portuária nos idos de 2006, era comum encontrar por ali alguns historiadores, antropólogos e urbanistas cujas pesquisas versavam principalmente sobre o “porto negro”, a “Pequena África”, o “patrimônio” e os “aspectos arquitetônicos” que caracterizavam as construções locais<sup>12</sup>. Não era raro, portanto, que memórias fossem narradas como experiências do passado capazes de reconstituir experiências do presente, como testemunhos para fortalecer, debilitar e, também, complementar os discursos e os sentidos que se queria dar a determinados eventos (cf. Halbwachs, 1990: p. 16). Nesses casos, os “depoimentos de memória” funcionavam como argumentos especialmente válidos para amparar reflexões acadêmicas e científicas.

Ao longo de meu campo de mestrado, em 2008, percebi que, eventualmente, para pequenos grupos de moradores locais, os “depoimentos de memória” também eram acionados como alicerces de ações políticas promovidas no presente. Era o caso, por exemplo, da *Comunidade Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal*, um grupo de moradores da parte mais baixa do Morro da Conceição que, abrigado pelo discurso de tombamento da Pedra do Sal, em 1987, como “testemunho cultural mais que secular da africanidade brasileira”<sup>13</sup>,

---

memória” e o mito lévi-straussiano (*Idem*). Este assunto será esmiuçado no decorrer do texto, especialmente, no primeiro capítulo.

<sup>11</sup> Neste texto, o uso do termo Estado, refere-se a algo que não é estável, fixo, centralizado e uno. Seguindo o que sugere Herzfeld (2008, p.20), neste texto, Estado será entendido como um complexo instável de gente e de funções responsáveis por realizarem atividades diversas e que, em algumas ocasiões, apresenta-se de maneira segmentada e em outras, centralizada. Faz-se exceção às vezes em que o termo advém da fala nativa – nesses casos, uma nota de rodapé será criada para explicar o sentido aplicado.

<sup>12</sup> ARANTES, E. B (2005 e 2010); COMPANS, R. (1998); GUIMARÃES, R. S. (2011); CICALO, A (2012); VASSALLO, S. P. (2012); LAMARÃO (1991); MOURA, R. (1995); PEREIRA, J. C. M. da S. (2007); SIGAUD, M, F. & PINHO, C. M. M. (2000), MELLO, F. F. (2003) entre outros.

<sup>13</sup> Trecho retirado do texto escrito pelo historiador Joel Rufino dos Santos para o tombamento da Pedra do Sal e reproduzido como argumento ao pedido de reconhecimento oficial da Comunidade Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal, como consta em ABREU, M.; MATTOS, H (orgs). *Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural da Comunidade Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal*, 2007.

pedia o reconhecimento oficial de sua identidade quilombola – o que, conseqüentemente, significava um requerimento do reconhecimento e delimitação do território ocupado por eles. É importante ressaltar que o pedido de reconhecimento da comunidade quilombola contrapunha-se, a princípio, às ações empreendidas pela Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, que se designava proprietária de determinados imóveis nas encostas do morro e os dispunha para aluguel. Contudo, a falta de documentações comprobatórias da posse dos imóveis por parte da ordem religiosa, em conjunto com a sugestão de aumento dos valores dos aluguéis, fez com que os moradores locatários dos tais imóveis se unissem no sentido de impedir que políticas de remoções lhes fossem impostas. As desconfianças dos moradores em relação à ordem religiosa não eram recentes, nem diziam respeito apenas às questões de moradia, outras situações não menos conflituosas também se impunham na convivência entre ambas as partes. Todavia, no início dos anos 2000, com o fortalecimento das políticas da Prefeitura Municipal<sup>14</sup> para a “revitalização” da zona portuária, os conflitos entre a ordem religiosa, locadora dos imóveis, e os moradores se intensificaram, principalmente, por conta da especulação imobiliária. A organização política dos moradores em torno da questão identitária pautava-se sobremaneira em “depoimentos de memória” e foi nessa chave de compreensão que o discurso de tombamento da Pedra do Sal como patrimônio foi usado para sustentar o pedido de reconhecimento da comunidade junto à Fundação Cultural Palmares e ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), em um período em que as circunstâncias políticas favoreciam a promoção da igualdade racial<sup>15</sup>.

---

Importante salientar que a o tombamento da Pedra do Sal, em 1987, deveu-se a uma ação empreendida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC).

<sup>14</sup> No período em questão, o prefeito da cidade era César Maia (então afiliado ao Partido Trabalhista Brasileiro).

<sup>15</sup> É importante dizer que é também nesta mesma época que o Governo Lula criou a Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), no intuito de promover a igualdade e proteger grupos étnicos afetados pela discriminação e pela intolerância, a partir de políticas públicas de ações afirmativas.

Subvertendo a lógica de regulamentação de populações e territórios quilombolas advindos das áreas rurais<sup>16</sup>, contexto em que muitas vezes as relações de parentesco e os usos da terra cristalizam o reconhecimento entre os membros e facilitam a identificação pelo Estado<sup>17</sup>, a comunidade quilombola da Pedra do Sal marcou sua identidade no centro da metrópole do Rio de Janeiro a partir de um processo de recuperação de memórias fundamental para a retomada de sua cultura, de suas *tradições* e, principalmente, de sua *ancestralidade*. O que não se poderia supor era que a luta travada pela comunidade no processo de sua organização interna – com seus rearranjos de memória e a reconstrução de suas narrativas – frente às adversidades impostas pela burocracia da regulamentação jurídica e frente aos conflitos provenientes da sociabilidade na zona portuária fosse ecoar, anos mais tarde, por entre os “movimentos” e “movimentações”<sup>18</sup> que passaram a se desdobrar pela zona portuária com a chegada do Porto Maravilha.

“Pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois”, diz Walter Benjamin, em *A imagem de Proust* (1985, p.37), nos lembrando de que a confrontação de vários depoimentos, apesar de possíveis divergências entre eles, pode reconstruir um conjunto de lembranças capazes de dizerem sobre um modo de ser e, para o caso da zona portuária, sobre um modo de habitar. Assim, quando adiante retomarmos o seminário narrado no preâmbulo que abre este texto, veremos como discursos e

---

<sup>16</sup> Talvez seja necessário reforçar neste momento que, com base no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no artigo 2º do Decreto 4887/2003 “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos [...] os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”, a quem devem ser garantidos os procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas. Para maiores detalhes e informações, ver: <http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>

<sup>17</sup> Sobre isso, ver MELLO, M. M. (2012).

<sup>18</sup> Aspas para o termo advindo do campo teórico. Nesse texto, o termo “movimentações” tem sentido aproximado ao desenvolvido por Ana Cláudia Cruz da Silva e serve exatamente para classificar a diversidade de investimentos aos quais meus interlocutores estão expostos, sem, no entanto, fixar suas identidades, como poderia sugerir a noção de “grupo” (e talvez até a própria noção de “associação”, como a entende o senso comum). Ver: SILVA, A. C. C. “Militância, cultura e política em movimentos afro-culturais”. In: *Revista de Antropologia da USP*, São Paulo, vol. 52 (1), 2009.

narrativas vão sendo construídos em torno de “depoimentos de memória”, como forma de conectar diversos tempos e recursos na criação de um entendimento sobre a região portuária. Um entendimento que serve tanto aos moradores locais, quanto aos pesquisadores que se debruçam sobre a região e aos mais diversos agentes que dela se aproximam com interesses culturais, turísticos e econômicos.

Durante o mestrado, em 2008, acompanhei de modo tangencial a eleição de Eduardo Paes<sup>19</sup> à Prefeitura Municipal, inaugurando uma fase de atenções voltadas à região portuária da cidade. Naquele processo, vi se intensificarem políticas direcionadas à recuperação patrimonial do Morro da Conceição e ao desenvolvimento do potencial turístico da região como um todo. Já no campo de doutorado, em 2012 e 2013, observei como, ao ser retirado do papel, o projeto de reestruturação urbana da área do porto agrupou e reagrupou (e continua a fazê-lo, hoje quando escrevo) coisas e pessoas, atualizando a utilização de todo aquele território por uma variada rede de interesses e agentes, cujas narrativas estão fundamentalmente pautadas em “depoimentos de memória”.

Mas quem seria capaz de avaliar a legitimidade dessas memórias? Que espécie de balança se deveria construir para se dizer o que era “verdade” e o que era “mentira” nos discursos e relatos sobre um lugar? Em se tratando de memórias, que agentes e premissas estabelecem a existência de gradações ou demarcações de valor e de legitimidade?

### **Observações do campo teórico e estrutura da tese**

“Operando no nível do corriqueiro, as pessoas comuns aprendem a ‘se virar’ – e podem ser tão inteligentes, à sua maneira, quanto os filósofos. Mas, em vez de tirarem conclusões lógicas, pensam

---

<sup>19</sup> Eduardo Paes é filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e iniciou seu mandato como Prefeito da cidade do Rio de Janeiro no início de 2009.

com coisas, ou com qualquer material que sua cultura lhes ponha à disposição, como histórias ou cerimônias” (Darnton, 2011: p.14)<sup>20</sup>.

Tendo em vista que um relato é uma expressão individual limitada por um “idioma geral” de classificação das sensações, de entendimento e significação de todas as experiências a partir de uma estrutura culturalmente fornecida, percebi que dizer sobre a região portuária do Rio era acessar o tempo todo um vasto universo simbólico proveniente de lembranças que mesclavam o passado com o presente, a história oficial de uma cidade com as histórias não oficiais, contadas de diferentes maneiras por quem traduzia a importância de uma metrópole nos afazeres da vida cotidiana.

Assim, a tese que agora apresento volta-se a observação e análise do nexo que se forma entre memória, política e conflito, no contexto das redes de associativismos, vizinhança e sociabilidade oriundos do cenário gerado pelas obras de “revitalização” em curso na zona portuária carioca. As aspas colocadas ao substantivo “revitalização” pretendem indicar que este é um conceito que foi problematizado etnograficamente, e é também uma forma de destacá-lo, de antemão, de outros termos nativos muitas vezes usados no senso comum para substituí-lo, como *reforma*, *reurbanização*, *recuperação urbana*, *reestruturação*, etc., mas que, segundo entendemos, referem-se mais às concepções arquitetônicas, técnicas e urbanísticas. A disputa semântica em torno do termo “revitalização” vai acumulando ou justapondo vários sentidos, talvez mais amplos, capazes, inclusive, de nutrir o que possa ser *reforma*, ou *reurbanização*. “Revitalização” é, portanto, mais do que uma reforma urbana – é um tensionador político de categorias também políticas.

No mesmo processo de disputa semântica, encontram-se dois outros termos importantes nesta pesquisa: *associação* e *moradores*. Na intenção de evitar que este texto se

---

<sup>20</sup> DARNTON, R. *O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa*. São Paulo: Graal, 2011.

manche de aspas, opto por definir de antemão o sentido que cada um deles assumirá no decorrer da escrita. Vale dizer que ambos são termos advindos do campo teórico e acionados com frequência pelos interlocutores desta pesquisa, de tal maneira que aqui, mais do que recuperar definições acadêmicas, meu interesse é destacar o sentido que eles adquirem no cotidiano da zona portuária. Para não cair na armadilha das definições teóricas que rondam o primeiro termo, neste trabalho, *associação* (assim como seus termos derivados, como por exemplo, *associativismo*) será entendida como todo e qualquer tipo de organização capaz de articular recursos públicos e demandas dos *moradores* locais – gerando “movimentações” na região.

O uso do termo *morador*, não permite nesse momento uma definição precisa, pois ela talvez não exista. Ao longo de toda a pesquisa de campo, deparei-me com diversas situações em que o termo era acionado de maneiras distintas para classificar pessoas a partir de suas relações (tanto com o lugar, quanto com os vizinhos). A proposta é que a tese vá, aos poucos, decalcando as complexidades dessas classificações. Todavia, é importante dizer que, a exemplo do que está exposto no excerto de Darnton acima, moradores são aqueles que “pensam com coisas” e, em suas mãos, “histórias” e lembranças são moldadas como “depoimentos de memórias” reveladores dos significados que se fazem no exercício circunstanciado de habitar.

Assim, pode ser *morador* quem tenha nascido e crescido pela região, mas já não more nela; quem tenha nascido e crescido e que ainda more; quem tenha chegado de mudança recentemente, mas que demonstre algum tipo de *preocupação*, *cuidado* e *zelo* pela região; da mesma forma que alguém que more ali há anos pode ser reconhecido como *não-morador* – e essa consideração parte, no mais das vezes, de uma avaliação moral compartilhada, que leva em consideração ideias de *tradição* e *ancestralidade* que não necessariamente tem a ver com o tempo de permanência no local. As categorias *morador* e *associação* deixam ver através da

etnografia uma constante “movimentação” de diferentes investimentos artísticos, políticos e culturais. A não fixidez do que venha a ser *morador* é o que, de alguma maneira, tempera o nexos entre memória, política e conflito no contexto das redes de vizinhança, associativismo e sociabilidade, como já foi dito linhas acima.

É na busca pelo melhor modo de dizer desses sentidos que essa tese será estruturada em três capítulos. De modo sintético, o primeiro capítulo será destinado a compreender que memória é essa a que se referem *os moradores* da zona portuária, com base na reafirmação de uma *ancestralidade* que não é nem temporal, nem linear, mas muito se conecta a uma ideia problematizada do que venha a ser *tradição*. Os conflitos decorrentes dessas *reafirmações*, *ancestralidades* e *tradições* – que só acontecem quando os “modos de habitar” a região se conectam com o *pertencimento* inerente ao *ser morador* – nortearão a discussão do segundo capítulo da tese, expondo as divergências entre a forma como os *moradores* entendem e classificam suas experiências *versus* a maneira como o Estado as entende e classifica.

O terceiro será um capítulo destinado à reflexão sobre como “depoimentos de memória” tornam-se, por um lado, objetos “patrimonializáveis” e, por outro, vão também sendo criados como frutos de especulações culturais e econômicas. Espera-se que esta etnografia, ao abordar os “depoimentos de memória” – como estruturadores das formas de habitar, no contexto das obras de reestruturação urbana e das especulações imobiliárias e culturais – exponha também como os moradores da zona portuária carioca tecem compreensões e vivenciam as transformações sociais que se processam pela região.

## **CAPÍTULO UM: MEMÓRIA**

## 1.1 – O QUE HÁ DE ONTEM NO HOJE

Este capítulo volta-se à compreensão das continuidades entre fatos acontecidos no passado, muitas vezes pautados em acontecimentos históricos, com a intenção de justificar ações desenvolvidas no presente. Este recurso, como já enunciado, constitui o que nesta tese denominou-se “depoimentos de memória” e está atrelado a uma ação política, cujo objetivo é lembrar – e, muitas vezes, recriar – as origens das formas de habitar a região portuária. Uma origem composta por incontáveis conflitos geradores de “relacionalidades”, termo aqui usado em sentido aproximado ao desenvolvido por Marilyn Strathern (cf. 2014)<sup>21</sup> e que indica, de modo simples, a existência de relações entre moradores e a criação de determinadas entidades que são produtos dessas relações, sem pressupor a positividade que, talvez, a noção de sociabilidade poderia ter. Ao tomar de empréstimo o termo “relacionalidade” espera-se alcançar a compreensão de que habitar a região portuária como um morador é um movimento nem sempre envolto em consenso, unanimidade e empatia.

Todavia, não se pretende aqui que a noção de sociabilidade seja excluída do horizonte teórico que conduz e orienta esta tese. Escolho, neste momento, usar a ideia de “relacionalidade” para sugerir a existência de relações entre moradores. Relações que não são nem positivas, nem negativas. Ou melhor, relações cujas categorizações morais (entre positivo e negativo) dependem das circunstâncias em que acontecem e dos sujeitos envolvidos. Entender como são construídas as relações entre moradores da zona portuária, contudo, não é algo que deva ser separado da compreensão do que seja sociabilidade para eles. Ousaria dizer, talvez de modo precipitado, que sociabilidade para os moradores da zona portuária carioca é uma movimentação complicada e delicada, capaz de produzir e de romper relações construídas na prática cotidiana com a intenção de se compreender, por exemplo, as

---

<sup>21</sup> STRATHER, Marilyn. 2014. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify.

origens habitacionais da região, os manejos de memória, a habilidade de se contar histórias locais enfatizando determinados acontecimentos importantes para os contornos dos depoimentos de memória, a organização de determinados rituais (como a procissão de Nossa Senhora da Conceição e a lavagem da Pedra do Sal no Dia Nacional do Samba), a organização de blocos carnavalescos, as reuniões associativas comuns aos bairros, os modos de se fazer presente nas interações próprias à vizinhança, como se acolher ou expulsar quem chega de fora, as evitações impostas a determinadas convivências, o silêncio que se coloca a certos assuntos e pessoas, e assim por diante.

Desta maneira, em um primeiro momento, este capítulo recuperará especificamente dois acontecimentos históricos cujos efeitos ainda hoje dinamizam as ações de habitar a região portuária carioca. São eles a Guerra de Canudos (1896 – 1897) e a Revolta da Vacina (1904), conflitos acontecidos logo após o fim da escravidão, em 1888, e a instituição da República, em 1889. Recuperar tais acontecimentos não é uma forma de procurar na história a explicação sobre o que é a zona portuária nos dias atuais. Ao contrário disso, trata-se de adotar a história sob o prisma da etnografia, de forma que uma sirva para lidar com a outra (cf. ANDRELLO, 2006, p 70)<sup>22</sup>. Em alguns momentos, o resumo desses acontecimentos permeará as páginas deste capítulo e menos do que procurar na história o sentido para o que hoje acontece na zona portuária, o que se espera é “entrever correlatos antigos de práticas atuais” (Ibidem).

---

<sup>22</sup> ANDRELLO, Geraldo. 2006. **Cidade do Índio: transformações e cotidiano em Iauaretê**. São Paulo: Editora UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI.

## 1.2 – CONJUNTURAS HISTÓRICAS

“A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil”, a frase de Joaquim Nabuco, excluída de todo o romantismo que lhe costuma ser atribuído, teima em me voltar à mente toda vez que passo pela Rua Senador Pompeu, sentido Central do Brasil. Uma água suja a escorrer constantemente pelo meio-fio; sacos de lixo abertos deixando vaziar restos de comidas das pensões; uma enorme quantidade de embalagens de plástico descartadas pelas lojas de atacado de doces que funcionam por ali; botecos de portas estreitas com seus clientes costumeiros debruçados sobre os balcões. Música alta. Um supermercado famoso pelo preço baixo; uma peixaria – que em muito contribui com a proliferação de lixo, ao jogar para os cachorros e gatos que por ali vivem as cabeças de peixe que não servem para a venda – um cheiro desagradável que toma a rua quase toda. Zumbidos de moscas. Homens e mulheres, em situação de rua, estirados em seus colchões pelas calçadas. Crianças correndo atrás de uma bola improvisada com latas de refrigerante amassadas. Gritaria. Prostitutas. Cafetões. Apontadores de jogo do bicho. A Igreja Universal do Reino de Deus, com seus fiéis e louvores. Estacionamentos ilegais de veículos. Buzinas. Trânsito. Os casarões – transformados em garagens para as carroças dos vendedores de comida que ganham a vida no centro da cidade – confundem-se com os becos, as vielas e as escadarias de acesso às antigas casas de cômodo e estalagens, que ainda hoje cumprem a função de abrigar a quem pouco pode pagar e, por trás de fachadas mal pintadas e pouco conservadas, escondem os resquícios de um tempo que não acabou.

Não fossem os carros, o trânsito, as embalagens de plástico e o emaranhado de fios da rede elétrica que encobrem e dificultam a observação cuidadosa sobre a situação dos imóveis, o cenário seria ainda mais próximo dos descritos por João do Rio, em seu livro **A alma encantadora das ruas**, no início do século XX, época em que a higienização da cidade era

sinônimo de progresso e a vacinação obrigatória parecia ser a única via pela qual se alcançaria a vida moderna. Um rápido olhar sobre a trajetória de urbanização da área portuária desde o século XVIII até o início do século XX é, inclusive, um exercício convidativo para esse momento do texto, como meio de se pensar questões então latentes e cujos efeitos, de alguma forma, ainda hoje se manifestam.

Com um desenvolvimento mais lento em relação ao restante da cidade que se concentrava nos arredores do Morro do Castelo, a zona portuária carioca teve seu processo de povoamento mais intensificado em meados do século XVIII, quando a transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio impulsionou o movimento de urbanização da cidade como um todo e algumas atividades econômicas e comerciais passaram a ser realizadas no litoral da Prainha (atual Praça Mauá) e da Saúde.

Porém, foi a mudança do mercado de escravos do centro da cidade (da antiga Rua Direita, atual Avenida Primeiro de Março) para o Valongo o fator fundamental para que a região fosse incluída definitivamente nas atividades portuárias e o desenvolvimento urbano ganhasse mais peso. Esse processo generalizou-se com a chegada da família real, em 1808, e esteve sempre atrelado ao funcionamento do porto, a princípio concentrado em atividades incentivadas pelo tráfico de escravos e pela descoberta de minas de ouro, e depois pelo desenvolvimento do comércio de importação e exportação estimulado pelas relações entre Portugal e outras nações.

Assim, em meados do século XIX, o Rio apresentava-se como uma cidade aglutinada nos limites do quadrilátero formado pelos morros do Castelo, Santo Antônio, São Bento e Conceição e começava a se espalhar pelas terras do que viriam a ser os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo. A dificuldade de se encontrar moradias no centro da cidade fez com que o processo de povoamento dos morros da região portuária fosse estimulado. Desde então, é possível encontrar relatos sobre os becos e travessas que foram abertos nos morros, sobre as

casas urbanas, em contraposição às antigas chácaras, sobre as hospedarias e estalagens e sobre uma sociabilidade resultante da presença dos negros escravizados, dos senhores e dos comerciantes na região:

“No morro do Livramento, o beco das Escadinhas passou a contar com suas primeiras casas urbanas. Esse morro, onde predominavam grandes chácaras, era, já nessa época, ponto de encontro de grupos populares como os capoeiras” (CARDOSO, E. D.; VAZ, L. F. et al, 1987: p. 55)<sup>23</sup>.

Neste mesmo período, o antigo Cais do Valongo, lugar de desembarque massivo de escravos, foi submetido a pequenas obras de melhoramentos com o objetivo de receber, em 1843, a imperatriz Tereza Cristina. Além do alargamento e embelezamento de algumas ruas do entorno, o evento foi suficiente para que o Cais fosse rebatizado, passando a ser chamado de Cais da Imperatriz. Se nos detivéssemos apenas na contagem das “verdades históricas”<sup>24</sup> que coloriram as formas da urbanização da zona portuária carioca – que, diga-se, nessa época ainda não poderia ser assim denominada – esse fato poderia passar despercebido de maiores reflexões, no entanto, faço questão de recuperar nesta tese que a mudança do nome do Cais, no contexto político que se organizava naquele instante, era já uma mostra do que viria a ser a construção da cidade nos primeiros anos da República que se avizinhava: um esforço contínuo de apagamento das memórias da escravidão e de seus efeitos e consequências, em detrimento da construção de um modelo de país e metrópole alinhados aos ideais europeus.

Os anseios por se construir uma sociedade predominantemente urbanizada, que deixasse transparecer a presença e a força de uma burguesia local que, à espelha do que se

---

<sup>23</sup> CARDOSO, E.; VAZ, L. 1987. “Saúde, Gamboa, Santo Cristo”. **História dos Bairros**. João Fortes Engenharia. Rio de Janeiro: Editora Index.

<sup>24</sup> Não é segredo que parte considerável da história oficial do Brasil, principalmente aquela que se concentra entre o século XIX e meados do século XX, coincide com o processo de urbanização e desenvolvimento do Rio de Janeiro, período em que a cidade foi capital federal. Ao acionar a ideia de uma história oficial do país, quero me referir ao que está subscrito no que poderia ser chamado de “verdades históricas”, aqui entendidas como um acondicionamento de fatos que são produzidos e consumidos a partir da mistura fina entre princípios pedagógicos largamente reproduzidos e um sentimento nacionalista. A abordagem teórica aqui apresentada embasa-se em HANDLER & GABLE (1997), HANDLER (1988, 2000), HERZFELD (1988, 1991, 1997, 2009).

vivenciava na Europa<sup>25</sup>, tentava se organizar em torno de ideais libertários, lançavam o país na hesitação da nova ordem econômica mundial. Além disso, como lembra Joaquim Nabuco no mesmo texto que abre o presente capítulo: “O sentimento de ser a última nação de escravos humilhava a nossa altivez e emulação de um país novo”<sup>26</sup>, o que, inevitavelmente, promovia movimentações políticas e sociais pelo fim da escravidão.

Uma vez assinada a Lei Áurea, em 1888, a cidade, apertada por entre os morros e as áreas pantanosas, não dava conta de acomodar a população que aumentava vertiginosamente. O historiador José Murilo de Carvalho, em seu livro **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi** (1987), diz:

“A abolição lançou o restante da mão-de-obra escrava no mercado de trabalho livre e engrossou o contingente de subempregados e desempregados. Além disso, provocou um êxodo para a cidade proveniente da região cafeeira do estado do Rio e um aumento na imigração estrangeira [...]”.

(p.16).

Esse aumento populacional deveu-se também à Proclamação da República, em 1889, resultado inevitável da falência das fazendas cafeeiras provocada pelo fim da escravidão<sup>27</sup>, bem como a uma sucessão de fatos cronologicamente colocados nos primeiros anos do período republicano. Um deles merece ser destacado neste momento, pois sua repercussão provocou alterações importantes na configuração espacial da zona portuária tal qual a vemos nos dias de hoje: trata-se da Guerra de Canudos, ocorrida entre os anos de 1896 e 1897, no sertão baiano, no fim do governo de Prudente de Moraes e início da gestão de Campos Sales. O fim da Guerra de Canudos, que exterminou a rebeldia de Antônio Conselheiro e seus seguidores, foi responsável pelo processo de povoamento das encostas do Morro da

---

<sup>25</sup> A década de 1870 é reconhecida pelas inovações advindas da Revolução Técnico-Científica e pelas aspirações suscitadas pela *Belle Époque*.

<sup>26</sup> NABUCO, J. 1998. **Minha formação**. Rio de Janeiro: Record.

<sup>27</sup> “O Império era o Café, o Café a Escravidão”, diz de modo pontual e lúcido a pesquisadora Maria Celeste Garcia, da Fundação Biblioteca Nacional, na Introdução ao livro de Joaquim Nabuco, já citado anteriormente.

Providência, promovendo um modelo de ocupação precária e até então inexistente, apelidado de *favela*.

### 1.3 - CANUDOS

Era novembro de 1896 quando um grupo de homens armados e estrategicamente organizados com apitos atacou, de madrugada, uma tropa militar, dando início ao que viria a ser a Guerra de Canudos. Em uma região marcada pela seca, pela concentração latifundiária e por uma grave crise econômica e social, o vilarejo de Canudos desenvolvia-se nos arredores de uma fazenda de mesmo nome, no vale do Rio Vaza-Barris, região posteriormente classificada como Polígono da Seca. O vilarejo passou a se desenvolver mais rapidamente a partir de 1893, depois da chegada de Antônio Vicente Mendes Maciel, ou Antônio Conselheiro, que de forma carismática pregava contra a instauração do Estado Republicano no Brasil e em favor de uma salvação milagrosa que pouparia os humildes habitantes do sertão dos flagelos do clima e da exclusão.

A República recém-instituída fazia-se presente no sertão apenas pela cobrança de impostos. O fim da escravidão, em 1888, havia deixado abandonados grandes grupos de ex-escravos que vagavam excluídos do acesso a terra e com reduzidas oportunidades de trabalho. Assim, caboclos sertanejos e ex-escravos abandonados agruparam-se em torno do discurso do peregrino Antônio Conselheiro, acreditando que ele poderia libertá-los da situação de extrema pobreza ou lhes garantir a salvação eterna.

A imprensa local, juntamente com o clero e os latifundiários viam na figura de Conselheiro uma ameaça ao fortalecimento da República e o entendiam como defensor da monarquia. Tais fatores serviram de justificativa ao envio de tropas do exército brasileiro ao interior da Bahia com a intenção de conter possíveis ataques do grupo de Conselheiro.

Foram necessárias quatro expedições do exército para que grande parte da população de Canudos fosse morta e o povoado totalmente destruído.

A formação das quatro expedições mobilizou quase doze mil soldados oriundos de vários Estados Brasileiros. Dentre os soldados do Rio de Janeiro estavam agrupados escravos que haviam se alistado ao exército para lutarem especificamente na Guerra de Canudos com a promessa de receberem lotes de terra como recompensa, caso saíssem vitoriosos. No retorno ao Rio, em 1897, esses soldados trouxeram consigo uns poucos sertanejos sobreviventes da guerra – sobretudo mulheres e crianças – e esperaram durante meses que o Ministério da Guerra lhes oferecesse alojamentos apropriados, como lhes havia sido prometido no período anterior à guerra.

Contudo, diante do não cumprimento da promessa, soldados e sertanejos começaram a improvisar alojamentos na encosta do morro localizado nos arredores do Saco dos Alferes, na época um espaço vazio – diferentemente da outra parte do maciço onde se desenvolvia, desde o século XVIII, o Morro do Livramento – dando origem ao Morro da Favela, uma homenagem dupla à antiga Canudos, pois Favela tanto era o nome de um pequeno morro nos arredores do arraial onde se desenrolava a guerra e que serviu de abrigo aos soldados, quanto era o nome popular de um arbusto bastante comum na região<sup>28</sup>. Pela semelhança das ocupações, intitulou-se o morro carioca de Morro da Favela. A alteração do nome para Morro da Providência não é muito precisa nos relatos históricos encontrados sobre a ocupação, entretanto, acredita-se que o termo Providência faça menção tanto à situação de provisoriamente e espera na qual se encontravam os primeiros habitantes do local, quanto ao fato de que parte das terras ocupadas pertencia à Ordem da Divina Providência<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> *Cnidocolus quercifolius* é o nome científico da popular Favela, ou Faveleira, arbusto que encobria boa parte do solo de Canudos.

<sup>29</sup> Segundo relatos de meus interlocutores, a região que antigamente pertencia à Ordem Religiosa da Divina Providência abriga nos dias de hoje a localidade conhecida como Buraco Quente. Ao longo do capítulo tratarei com mais detalhes das divisões e classificações que os moradores fazem das localidades da favela.

## 1.4 – REVOLTA DA VACINA

Por entre os arranjos da cidade que se apresentava como capital federal, representativa de um desejo de país que se queria construir, o Rio funcionava como um chamariz de oportunidades de trabalho, ao se afigurar no cenário nacional da época como o maior mercado comercial, industrial e de serviços. Por conta dessa posição tão atrativa, a demanda por moradia passou a ser um dos maiores problemas enfrentados pela administração pública de então, o que levou proprietários de grandes casarões existentes pelo centro a dividi-los internamente em pequenos quartos para serem alugados a famílias inteiras, que buscavam por oportunidades de sustento.

O tumulto de pessoas ociosas pelo centro, somado ao aumento dos números de assaltos, roubos, vadiagem, prostituição e mendicância nessa região divergiam em muitos dos projetos de uma elite governamental<sup>30</sup>. Ademais, o fato dessa população se dispersar pelos cubículos que tomavam os becos e vielas da área central da cidade não só fazia aumentar uma sensação de insegurança social, como acentuava os impasses provenientes do período colonial, expressos no próprio desenho da cidade – com suas ruas estreitas, incompatíveis com o fluxo de cargas e mercadorias que deveria circular entre o porto e a estrada de ferro – e também na suscetibilidade aos ataques de uma infinidade de moléstias, como a varíola, a febre amarela, a peste bubônica e a tuberculose.

Foi nesse contexto que Rodrigues Alves assumiu o governo do país, em 1902, com o objetivo aparentemente simples de promover o saneamento básico e uma reforma no porto do Rio de Janeiro, que o fizesse capaz de atender às necessidades econômicas da época. Essas reformas levariam a um movimento de remodelação urbana, incentivando um processo de

---

<sup>30</sup> Para uma análise mais detalhada da época, ver: SEVCENKO, N. 2010. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Cosac Naify.

“regeneração” da cidade, (e, especialmente, da região portuária), ao estilo do que havia acontecido em Paris no mesmo período.

No esforço de atingir seu intuito, Rodrigues Alves nomeou Francisco Pereira Passos como prefeito da cidade do Rio de Janeiro e Oswaldo Cruz como o diretor-geral de Saúde Pública, concedendo a ambos, por meio de um decreto, o direito irrevogável de atuar sobre a população e sobre a cidade até que se tivesse alcançado um Rio de Janeiro livre das pestes, com um porto suficientemente amplo para as movimentações econômicas do país, numa configuração urbana igualável a que se encontrava por toda a Europa. Embaixo de vaias e sob as alcunhas de “ditadura Passos” e “ditadura sanitária”, teve início primeiramente o processo conhecido como Bota-Abaixo, cuja finalidade era a destruição de todas as estalagens e casas de cômodo desprovidas das condições de higiene exigidas pelo governo. Em seguida, Oswaldo Cruz deu início à política de vacinação compulsória da população, com o propósito de controlar todos os focos endêmicos de febre amarela e varíola.

Inevitavelmente, as duas ações do governo recaíram sobre a população habitante do centro da cidade e dos arredores da região portuária. Uma gente pobre, majoritariamente negra, sem trabalho fixo, dependente, no mais das vezes, das oportunidades que surgiam nas ocupações do porto. É o que confirma a historiadora Érika Bastos Arantes, em sua tese de doutorado sobre os trabalhadores portuários na virada do século XIX para o XX<sup>31</sup>:

“A liberdade das ruas, em face de uma vida regrada e acorrentada aos horários regulares de trabalho, era uma alternativa que muitos moradores da zona portuária escolheram por conta própria. Mas também era para muitos a única alternativa possível, dadas as condições de trabalho na Capital da República naqueles tempos. Condições ainda piores para pretos e pardos, que foram marginalizados do mercado de trabalho no pós-abolição, sobrando-lhes as profissões menos especializadas e de pior

---

<sup>31</sup> ARANTES, E. B. 2010. **O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX** – Tese. Departamento de História. Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro.

remuneração, em grande parte das vezes sem vínculo empregatício, muitas daquelas ligadas ao sistema portuário”. (ARANTES, 2010: p.141).

O ano de 1904 foi aquele em que as insatisfações populares com os rumos adotados pelos governos federal e municipal saltaram aos olhos de toda a cidade. José Murilo de Carvalho (1987) pondera que na busca pela tônica da vida livre, a noção e a prática de um governo montado para o pertencimento individual de uma coletividade ainda não havia encontrado seu ponto de equilíbrio e o resultado desse desajuste deflagrou-se no que se chamou Revolta da Vacina.

Conformados, desde o início, como bairros pobres, habitados por trabalhadores portuários, ex-escravos e migrantes, Saúde, Gamboa e Santo Cristo podem ser classificados como uma pequena periferia contígua ao centro do Rio de Janeiro, dado o seu perfil econômico e a deficiência de suas estruturas e serviços. No contexto das rebeliões populares provocadas pela insatisfação com a obrigatoriedade das medidas higienizadoras implantadas pelo governo, as regiões foram alvo de severas ações policiais, pois condensavam uma grande quantidade de habitantes distribuídos em milhares de cubículos espalhados em estalagens, casas de cômodo, pensões e cortiços que tingiam as faixas de terra entre a Central do Brasil e o cais do porto. Assim, falar sobre esses bairros é, antes de tudo, falar sobre a população que o ocupava e sobre as relações de conflito e sociabilidade que desenvolviam nos ambientes de trabalho e convivência.

A organização de trabalhadores dos setores industriais em torno de centros e companhias é conhecida historicamente a partir da primeira metade dos anos de 1800. No entanto, os primeiros registros formais de organizações sindicais, politicamente orientadas, datam de 1903 e referem-se à União dos Operários Estivadores, nos arrabaldes do bairro da Saúde. A historiadora Érika Arantes afirma em sua tese que, com base em documentos colhidos no Arquivo Nacional, grande parte dos estivadores que fundaram o sindicato era

composta por negros (pp.12-13). Não por acaso, um outro sindicato formado posteriormente, já em 1905, denominado Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café ganhou o curioso apelido de “Companhia dos Pretos”<sup>32</sup>. Esses dados, no entanto, não excluem a possibilidade de conviverem ex-escravos com migrantes, principalmente, portugueses tanto nesse ambiente de trabalho, quanto em outros lugares, como as moradias coletivas, ruas, praças, bares e associações recreativas. Mas a conjuntura que se destaca dessa convivência e troca cultural é que, se alguma coisa se gestava em termos econômicos e políticos no âmbito do governo, certamente os efeitos eram sentidos nas entranhas dessas relações que se estabeleciam entre operários. Esses efeitos geraram de alguma forma algo próximo a uma identidade bastante difusa e pouco clara para os pensadores e analistas que observaram de perto os desdobramentos da Revolta da Vacina.

O fato é que desde os primeiros dias do mês de novembro de 1904, as ruas do Rio foram tomadas por uma intensa movimentação de pessoas contrárias à obrigatoriedade da vacinação, aos rumos políticos da República recém-instituída e à forma como foram orquestradas as obras de melhoramento urbano. Com o correr do mês, as insatisfações foram se transformando em rebeliões que se espalharam, principalmente, pela região central da cidade. No dia 13, o conflito generalizou-se de modo mais violento e no dia 14, após uma madrugada de tiroteios, as trincheiras e barricadas organizadas na Saúde já não podiam ser controladas pelas tropas do Exército. José Murilo de Carvalho (1987) diz que os jornais noticiavam algo em torno de dois mil manifestantes estrategicamente posicionados na região da Praça da Harmonia (atualmente designada Praça Coronel Assunção) e, a essa altura, já não se podia distinguir se se tratavam de moradores, operários portuários, ou “arruaceiros” – termo bastante recorrente nos jornais interessados em descaracterizar a amplitude da revolta.

---

<sup>32</sup> Sobre o apelido ver MOURA, R. 1995. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura.

No dia 15, com ajuda dos exércitos vindos de Minas Gerais e São Paulo, o Governo do Estado do Rio pediu que a Marinha atacasse a população revoltosa pelo mar, enquanto tropas tentavam aproximações por terra. No dia 16, foi decretado estado de sítio e as atenções se voltaram para a barricada de Porto Arthur<sup>33</sup>, organizada nos limites da Praça da Harmonia e qualificada pelo jornal *O Paiz* como “o último reduto do anarquismo”<sup>34</sup>. Com base nas observações feitas por repórteres do *Jornal do Commercio* e *O Paiz*, relata José Murilo de Carvalho (1987):

“Bondes virados, carroças, calçamentos arrancados, árvores e postes derrubados, lampiões destruídos, chão coberto de latas, garrafas, colchões, um berço de vime. Na barricada principal, do lado direito, na ponta de um bambu, uma bandeira vermelha. Do lado esquerdo, num pano branco, a inscrição: “Porto Arthur” [...] Ainda antes do assalto, a ser feito por terra pelo 7º BI do Exército e por mar pelo couraçado *Deodoro*, foi preso o mais temido chefe das barricadas, Horácio José da Silva, famoso desordeiro conhecido pelo nome de Prata Preta. Na luta final ainda matou um soldado do Exército e feriu dois da polícia. Preto, alto, de uns 30 anos [...] aterrorizava a polícia lutando nos lugares mais perigosos das trincheiras [...]. Vários cortes de espada marcavam seu corpo. Como armas, usava dois revólveres, uma navalha e uma faca”. (pp. 110-111).

Após a destruição da barricada de Porto Arthur e a prisão de muitos manifestantes nesse episódio, o governo retrocedeu quanto à obrigatoriedade da vacinação e, ainda em estado de sítio, se esmerou por conter todos os possíveis focos de aglomeração popular que se formassem pela cidade. Carvalho (*idem*) ainda afirma que o ato final da Revolta deu-se no dia 23 de novembro, quando a polícia invadiu o Morro da Favela, vasculhando os casebres em busca de manifestantes que por ali pudessem estar escondidos. Não encontrando sinais dos

---

<sup>33</sup> O nome fazia referência a uma pequena cidade chinesa que tinha posição bastante estratégica para o controle do mar da China e, exatamente por isso, atendia aos interesses do império russo. Neste local, em janeiro do mesmo ano de 1904, tanto por terra, quanto por mar, grande parte da esquadra russa foi atacada de surpresa pelos japoneses, dando início à guerra russo-japonesa.

<sup>34</sup> Informação retirada de CARVALHO (1987), *op.cit.* p. 109.

então “arruaceiros”, os soldados desceram o morro e revistaram casas de cômodo da região, prendendo várias pessoas.

É interessante observar a dimensão dos conflitos a partir das descrições sobre o que eram as barricadas. Da mesma forma, é interessante que nos detenhamos nas descrições feitas sobre Horácio José da Silva. Embora não haja confirmação de que tenha havido um chefe único da Revolta, medida adotada no intuito de dificultar as ações policiais, os relatos de jornais da época evidenciam que Prata Preta figurava como um ícone das batalhas que se desdobraram pelos bairros da Saúde e da Gamboa. A imagem de um preto, de mais ou menos 30 anos, que provavelmente viveu os tempos da escravidão, capoeirista e, em alguns relatos, estivador<sup>35</sup>, resistindo à imposição de uma lei invasiva, com os anos, constituiu-se um símbolo admirado no bairro de sua residência, a Saúde, e temido no restante da cidade. É o que narra o *Jornal do Commercio*, de 17 de novembro de 1904:

[O]correrá outro fato interessante no largo do Depósito, até onde avançara numeroso grupo de amotinados da Saúde. Travou-se um tiroteio entre eles e uma força de Polícia e do Exército ali de serviço. A luta foi tremenda e, no meio dos turbulentos, avultava em denodo, numa bravura de verdadeira fera, um crioulo alto e reforçado, que era o chefe dos grupos da Saúde. Esse indivíduo empunhava um revólver em cada mão e desfechando-os seguidamente sobre a força, e quando esta pôs o grupo em debandada, ainda ficou ele a lutar, em resistência aos soldados dos quais prostrou um morto e dois gravemente feridos [...]. A grande custo foi ele conduzido para a repartição central de Polícia, sendo antes desarmado. Além dos dois revólveres, trazia em seu poder uma navalha e uma faca [...] Nos embates ali travados foi sempre visto nos pontos mais perigosos, atirando contra a força. Apresentava muitas contusões de espada e, na repartição da Rua do Lavradio, seria linchado pelas praças se não interviesse o Sr. Dr. Cardoso de Castro<sup>36</sup>, que as conteve. Ali prorrompeu em impropérios contra todos e, para ser contido, teve de ser detido em camisa de força [*apud* CUKIERMAN, *op.cit.*, p. 221].

---

<sup>35</sup> Sobre isso, ver SEVCENKO (2010), *op.cit.*, p.51.

<sup>36</sup> Chefe de polícia.

“Afinal, o que queria Prata Preta? A propósito de que enfrentava de peito aberto o inimigo tão poderoso? Qual o teor de tão tresloucada indignação?”, questiona-se oportunamente Henrique Luiz Cukierman, em seu livro *Yes, nós temos Pasteur: Manguinhos, Oswaldo Cruz e a história da ciência no Brasil* (2007), alertando a todos nós, leitores, para a ausência de registros históricos em que figurem as vozes dos revoltosos. Dentre as tantas análises feitas sobre a Revolta da Vacina, José Murilo de Carvalho (1987, *op.cit*) afirma que mais do que uma oposição à vacinação em si que, segundo o quadro da saúde pública da época, era a medida mais rápida de se conter os surtos de varíola, a Revolta era uma manifestação contrária às condições de aplicação da medida e avessa ao caráter obrigatório da lei.

A invasão às residências mais pobres, a violência policial, a manipulação e exposição de partes íntimas a estranhos, a vulnerabilidade imposta às mulheres e crianças e as cicatrizes vexatórias deixadas pela vacina expunham uma insensibilidade política de um modelo de governo que não considerou a necessidade de um diálogo de esclarecimento com a população, exigindo dela, apenas, a total submissão. O autor ainda diz que o teor da Revolta residia em uma justificação moral:

“É verdade que alguma forma de justificação moral tem sido detectada mesmo nas revoltas de base econômica. Mas em 1904 tal justificação estava no centro do protesto. É nossa tese que foi este guarda-chuva moral que tornou possível a mobilização popular de 1904 nas proporções em que ela se deu” [idem, p.136].

Provocando ainda mais as reflexões sobre o evento histórico, Sidney Chalhoub (1996)<sup>37</sup> se propõe a ultrapassar as análises mais voltadas à leituras intertextuais sobre as

---

<sup>37</sup> CHALHOUB, Sidney. 1996. **Cidade febril: cortiços e epidemia na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras.

matérias jornalísticas produzidas na semana em que a Revolta aconteceu<sup>38</sup> e atenta para a necessidade de se conhecer os motivos que provocaram a Revolta, para além das interpretações provenientes dos jornais da época. Em vez de investigar a “resistência” em si, lugar-comum de quase todas as análises feitas sobre o período em questão, Chalhoub ocupa-se em questionar se os revoltosos teriam, ou não, outra proposta de combate à moléstia, observando o emudecimento histórico acerca das experiências culturais desses sujeitos, quase sempre tomados como uma massa homogênea e submissa, que resistia apenas por impulso às situações que lhes eram impostas.

A nuance trazida por Sidney Chalhoub conversa de modo mais próximo com o que se pretende neste capítulo, pois, ao abordar a agência dos sujeitos sobre quem se abateu a política sanitária de Oswaldo Cruz, no contexto das ações higienistas de Pereira Passos, a investigação que se faz não mais reafirma a velha dicotomia pressuposta na ideia de “resistência” construída entre “os civilizados que sabem” (no caso, os médicos, os cientistas, a burguesia letrada) e “os supersticiosos que ignoram e rejeitam” (ou, como os jornais da época caracterizavam, “o populacho”, uma grande massa amorfa e ignorante). A reflexão trazida por Chalhoub aprofunda a discussão em dois sentidos complementares e fundamentais: a) qualquer análise sobre a Revolta da Vacina perde muito quando se volta exclusivamente para os aspectos morais da disputa, contrapondo a “racionalidade” e a “irracionalidade” das classes que se digladiavam; b) apesar da ausência de documentos que atestem a identidade daqueles que se opunham à vacinação e apesar do silenciamento histórico imposto a todos eles, é preciso estar atento para o fato de que se tratava de uma população heterogênea<sup>39</sup>.

---

<sup>38</sup> De alguma maneira, apesar das diferentes perspectivas adotadas pelos autores, tanto Nicolau Sevcenko (2010), quanto José Murilo de Carvalho (1987) construíram suas análises com base nas notícias sobre a Revolta que circularam nos principais jornais da época, como *O Paiz* e o *Jornal do Commercio*. Assim, a partir dos relatos colhidos nas reportagens, os dois autores procuraram construir suas leituras com maior potência explicativa sobre os fatos.

<sup>39</sup> Sobre a questão do silenciamento imposto às classes baixas e subalternizadas, Gayatri Spivak (1988) lança uma questão bastante aguda “Podem os subalternos falar?”. Segundo a autora, mesmo que a resposta seja “sim”, em contextos coloniais em que a gramática em execução é sempre a do colonizador, não há ouvidos para escutá-la e, portanto, a comunicação – como ação dependente de alguém que fale e alguém que escute – não se

Assim, Chalhoub delinea que os aspectos que estruturavam a reação contra a vacina talvez estivessem colocados nas diferenças culturais e nas compreensões que cada uma das partes em conflito faziam sobre o estatuto de saúde, doença e cura. A partir desta perspectiva, o autor recorre a análises que contemplem a discussão acerca das concepções afro-brasileiras sobre saúde e doença e chega às definições colocadas a Omulu, um orixá que é, ao mesmo tempo, a representação da doença e da cura. Assim, para as concepções afro-brasileiras, não há inimigo a se destruir, a resistência a vacinação estaria, então, indicando a presença de saberes que rejeitam as estruturas duais. Uma concepção que desafia o pensamento ocidental sobre a ciência, esta considerada uma forma superior de conhecimento, capaz de relegar todos os outros saberes e compreensões ao espaço da credice, da superstição e da irracionalidade<sup>40</sup>.

Seguindo tal compreensão, não é difícil deduzir que os serviços de vacinação, ao tomarem como foco de infestação de doenças os bairros formados pelas classes baixas, por cortiços e estalagens, como aqueles que compõem a zona portuária carioca, estavam, a um só tempo, tentando resolver duas questões que de algum modo excediam as preocupações sobre a epidemia de varíola, pois, vacinar uma população composta por operários, por meretrizes, jogadores e bêbados era tanto uma forma de domesticação das “classes perigosas”, buscando a construção de um estilo de vida mais próximo do encontrado na Europa; quanto uma forma de instituir a ciência ocidental como uma linguagem única para o alcance da modernidade, transformando qualquer outro sistema de conhecimento em irracional e inferior.

É bem verdade que não existem testemunhos conclusivos sobre outras práticas de erradicação da varíola entre essas classes baixas, como poderiam ser os rituais em louvor a Omulu, contudo, como o próprio Chalhoub diz:

---

completa. Apesar disso, a autora diz: “deve-se todavia insistir que o sujeito subalterno colonizado é irrecuperavelmente heterogêneo” [1988, p. 284 (*Apud*) CUKIERMAN, H. 2007: p.224].

<sup>40</sup> Chalhoub afirma ter encontrado referências a essa discussão nas pesquisas de Teresa Meade (1997), Jeffrey Needell (1987) e José Meihy e Cláudio Bertolli (1995).

“[O] mundo das classes perigosas estava repleto de sobrevivências culturais que precisavam ser erradicadas para abrir caminho ao progresso e à civilização – havia hábitos condenáveis nas formas de morar, de vestir, de trabalhar, de se divertir, de curar, etc., muitos deles mais abomináveis ainda porque manifestações das raízes culturais negras disseminadas nas classes populares” (Idem, p. 181).

E não podemos nos esquecer de que, como já foi abordado anteriormente neste capítulo, Saúde, Gamboa e Santo Cristo eram bairros que contavam com uma grande população negra, recentemente liberta dos ardis da escravidão. Também, não podemos nos esquecer de que a Revolta da Vacina (1904) aconteceu apenas sete anos após o retorno dos ex-combatentes de Canudos (1897) acompanhados dos sertanejos que sobreviveram à guerra. Assim, a Revolta da Vacina pode ser considerada um resultado das práticas autoritárias tanto por seu viés higienista, que não admitia os limites individuais daqueles que não queriam se submeter à prática sanitarista, quanto pelo viés da insensibilidade política para com as diferenças de conhecimentos implicadas nas concepções sobre as formas de habitar, vestir e curar.

### **1.5 – MORRO DA FAVELA: PROVIDÊNCIA DE CANUDOS**

Reforçando o potencial analítico proveniente dos relatos sobre o Prata Preta e sua atuação nos embates sucessivos que compuseram a Revolta da Vacina, Henrique Luiz Cukierman (*op.cit.*) recupera as descrições feitas sobre a última atuação de Horácio José da Silva, antes de ser capturado pelas forças policiais e exilado no Acre, para sugerir que os silenciamentos impostos às classes populares, a consciência moral que teria emanado da população espetada pelas agulhas de Oswaldo Cruz, bem como as diferentes concepções religiosas e de saberes que nutriram a reação ao vacinismo seriam argumentos suficientes para

compreender que a Revolta da Vacina aconteceu por conta de uma “multiplicidade de motivos e de histórias” (*op.cit.*, p. 291).

As informações noticiadas sobre a queda da barricada de Porto Arthur, último bastião do fim da Revolta, somadas às descrições sobre o degredo dos presos revoltosos confirmam ainda mais a hipótese do autor, uma vez que os excessos de força policial aplicada para a contenção do conflito e de punição aos condenados deixam ver não só a indisposição governamental para o diálogo, como também a inabilidade de tratar o caso com artifícios diferentes daqueles aplicados anos antes, quando da escravidão<sup>41</sup>. Não se tratava simplesmente de transformar da noite para o dia o Brasil em um país moderno, assim como também não se tratava exclusivamente de cessar o surto de varíola que assolava a cidade do Rio de Janeiro, de tal forma que não se pode cair na armadilha de creditar à Revolta da Vacina a uma causa única e singular. Mais equilibrado parece entender que um evento tão potente quanto este foi motivado por um apanhado de causalidades que convergiram para aquele novembro de 1904.

A ideia de multiplicidade, que tão bem cabe à análise sobre o que motivou a Revolta da Vacina, se esclarece, segundo Cukierman:

“não como um simples sinônimo de pluralidade, mas como uma vocação brotada em meio ao terreno da inextricabilidade e da heterogeneidade ou, dito de outro modo, da inviabilidade de manter-se a coerência além de determinados limites temporais. Coerência e singularidade deixam de ocupar o lugar no qual desfrutavam o privilegiado *status* de atributos indispensáveis à compreensão da ‘causa última’, e passam a ser consideradas como efeitos resultantes de certa estabilidade circunstancial e

---

<sup>41</sup> O jornal *Correio da Manhã* de 28/12/1904 reproduziu o artigo lançado no jornal *A Notícia* de 27/12/1904, no qual se lia: “Dos porões do navio partiam rumores surdos, gritos, imprecações, blasfêmias (...). Ali, amontoados, na maior promiscuidade, crianças e velhos, negros e brancos, nacionais e estrangeiros, deitados uns, outros de pé, seguros fortemente, de mãos ambas aos óculos das espias, procuravam respirar, faziam esforços sobre-humanos para sorver o ar puro do exterior, que dificilmente penetrava pelos interstícios (...). Nos porões nenhuma luz! Os 334 condenados, quase nus, debatiam-se nas trevas, com enormes ratazanas que, audaciosamente, os atacavam, cobrindo-os de dentadas! (...) Nos porões os presos sem apoio rolavam uns sobre os outros, magoando-se, escorregando na lama nauseabunda de fezes e vômito” [*apud* CUKIERMAN, *op.cit.*, p. 221-222], tornando ainda mais inevitável a comparação entre o navio *Itaipava*, usado para transportar os condenados da Revolta da Vacina, com os antigos navios negreiros.

provisória. Coerência e singularidade deixam de identificar a ‘essência’ da matéria e dos eventos, e tornam-se contingenciais”. (p.298)

Falar sobre a Revolta da Vacina é, então, entender que uma multiplicidade de narrações pode constituir legitimamente o enunciado de um evento histórico, com explicações mais ou menos plausíveis. Isso significa pressupor que a Revolta seja constituída por uma estrutura mais ou menos coesa, submetida a circunstâncias em permanente realinhamento, que fazem de sua organização interna um contínuo movimento de ordenação e desordenação (cf. CUKIERMAN, *op.cit*, p. 301). Assim, se por um lado a estrutura (que é a Revolta em si) é finita em seus termos, as causas que a provocaram, bem como os efeitos provenientes de seu término não o são<sup>42</sup>. As histórias que justificariam a ocorrência da Revolta tanto quanto aquelas que explicariam seus desdobramentos podem assumir as mais variadas roupagens sem, contudo, descaracterizarem o fato de que ela existiu.

As formas de se contar sobre o evento histórico seguem, assim, uma ordenação que pode ser variável nos detalhes e interstícios, mas não alteram sua existência. É o que se vislumbra na frase curta do morador convidado do seminário da UERJ, narrada no preâmbulo: *A gente não pode esquecer que aquela região é a região da Revolta da Vacina*. Apesar dos anos corridos, das tantas análises acadêmicas elaboradas, das mudanças físicas feitas nos bairros – e, principalmente, na Saúde – dos novos eventos históricos que tingiram a vida cotidiana da região, a Revolta, como um evento agregador, organizador e propulsor de compreensões continua vigorando como um depoimento de memória.

---

<sup>42</sup> Na verdade, em termos práticos, as causas e efeitos da Revolta da Vacina constituem um conjunto de possibilidades. A probabilidade de cruzamentos entre eles é infinitamente maior do que a estrutura que diz que a “a Revolta da Vacina existiu”, contudo, há um limite para a quantidade de cruzamentos permitidos entre as causas e os efeitos. Além disso, tanto as causas quanto os efeitos têm suas variações moduladas pelo inventário de possibilidades dado na estrutura.

Foto 3 – Pichação encontrada na Rua Venezuela, próximo ao n. 174



Crédito: Norton Tavares

A capacidade de classificação e ordenação dos fatos no sentido de se construir uma narrativa que recupere o evento histórico e justifique seu uso possibilita a compreensão da realidade, ou a reafirmação de identidades e pertencimentos. Isso não é muito diferente da maneira como Lévi-Strauss, em **O pensamento selvagem** (1989), entendeu o mito que – longe de ser obra de uma “função fabuladora” que desconsidera a realidade – oferece, como valor principal, modos de observação e reflexão bem adaptados a determinadas descobertas, pois: “a classificação, mesmo que heteróclita e arbitrária, preserva a riqueza e a diversidade do inventário; decidir que é preciso levar tudo em conta facilita a constituição de uma ‘memória’” (p. 21).

É no sentido de “constituição de uma memória” que os episódios da Revolta da Vacina e da Guerra de Canudos têm servido aos moradores da zona portuária carioca nos dias atuais. E se a Revolta da Vacina costumava ser o recurso mais usual, recentemente, a Guerra de Canudos também foi trazida à baila como um resíduo operador de memórias para a justificação das relações de identidade e pertencimento expressas no exercício de habitar a região.

No fim de junho de 2012, na ocasião de uma audiência pública<sup>43</sup> ocorrida no prédio da Ação da Cidadania<sup>44</sup>, reencontrei Maurício Hora, conforme suas próprias apresentações, *um fotógrafo, favelado e quilombola, morador do Morro da Providência*. Um tanto pensativo após a audiência, ele me convidou a acompanhá-lo até a Pedra do Sal, localizada nas imediações. Ao chegarmos, nos sentamos em frente à barraca de Zungu Quilombola, mantida, como o nome diz, pelos quilombolas remanescentes da Pedra do Sal e ele iniciou o diálogo:

Maurício Hora: *Então, quer dizer que você está de volta?*

Pesquisadora: Sim, estou.

Maurício Hora: *Há pouco tempo perguntei pro Damião<sup>45</sup> se ele tinha notícias de você, ele me disse mesmo que você havia voltado, mas eu ainda não tinha te encontrado. Me disse também que vocês se encontraram na ocasião da Cúpula dos Povos<sup>46</sup> e que você o ajudou com a redação de um documento. Bem, em nome do Quilombo, eu também te agradeço.*

P.: Imagine.

M.H.: *E o que você achou dessa audiência pública? Eu particularmente estou confuso com tudo que tem acontecido por aqui, com a rapidez das coisas.*

P: *É, são muitos eventos ao mesmo tempo. Muitas descobertas, muitas obras. Ainda não me inteirei de tudo que se passa. Cheguei há poucos meses e está tudo muito diferente por aqui.*

---

<sup>43</sup> A audiência pública tratava-se da apresentação do documento final para criação do *Circuito Histórico e Arqueológico para Celebração da Herança Africana na Zona Portuária*. Os detalhes sobre a criação deste circuito serão apresentados com mais detalhes no terceiro capítulo.

<sup>44</sup> O prédio da Ação da Cidadania localiza-se na Avenida Barão de Tefé, 75. Trata-se de uma construção datada de 1871, projetada por André Rebouças para servir como primeiro armazém da região portuária. A Ação da Cidadania, por sua vez, surgiu, em 1993, como um movimento liderado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, com a função de mobilizar ajuda, em nível nacional, para o combate à fome (Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e Pela Vida). Atualmente, a Ação funciona como uma Organização Não-Governamental de instrução e amparo aos movimentos sociais das periferias do Rio de Janeiro e de outros 17 Estados Brasileiros. Eventualmente, a ONG empresta seu espaço para encontros e reuniões dos movimentos e associações da região portuária.

<sup>45</sup> Damião Braga Soares dos Santos é uma das lideranças da Comunidade Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal.

<sup>46</sup> A Cúpula dos Povos foi um evento ocorrido no Rio entre os dias 15 e 23 de junho de 2012, paralelamente ao encontro da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20. Ao contrário da Rio+20, que era composta por chefes de Estado, a Cúpula dos Povos foi organizada por entidades da sociedade civil e movimentos sociais de vários países. Na circunstância do evento citado, encontrei-me rapidamente com Damião e outros quilombolas que, reunidos, me pediram auxílio na redação de um texto de apoio ao Quilombo Rio dos Macacos (localizado na Bahia) que, na época, passava por mais um conflito com a Marinha Brasileira.

M.H.: *Estou desconfiado que é impossível acompanhar. Mas o motivo de eu ter te chamado pra essa conversa aqui é que tem uma coisa que eu tô pensando há algum tempo e queria saber sua opinião... Sabe, você pode saber da história e até contar sobre ela com emoção, mas você não viveu. Eu tenho pensado muito sobre isso vendo como eles<sup>47</sup> estão recontando a história da região a partir das escavações arqueológicas. Ninguém até agora ouviu o que o Quilombo tem a dizer, o que a Favela tem a dizer. Ninguém ouviu. Mas estão criando aí um circuito da herança africana que diz como as coisas são, como a história é... Mas eu estava pensando em Canudos. Você sabe que a Favela é um resultado da Guerra, né? Estou achando que era hora de olhar um pouco pra lá...*

O que se seguiu foi uma longa e profunda reflexão de Maurício sobre sua própria trajetória na favela e sobre seu desejo de empreender um projeto particular sobre as origens mais profundas do Morro da Providência e, por conseguinte, da região portuária. Um projeto, segundo ele, *em que a favela se reconhecesse*, demarcando em sua fala a insatisfação comunitária com os rumos das obras do Porto Maravilha. E, ainda sobre Canudos, disse:

*Tá acontecendo por lá um fenômeno muito raro, que só aconteceu dessa maneira há dez anos, que é a seca intensa, mas tão intensa que as ruínas da cidade destruída pela guerra estão à mostra.*

Aproximadamente um ano após esta conversa, recebi uma ligação de Maurício dizendo que havia ido para Canudos e que precisava conversar comigo. Marcamos de nos encontrar na Pedra do Sal ao entardecer. Quando cheguei, Maurício me disse que durante a manhã daquele dia, assistindo a um telejornal, havia visto uma reportagem sobre Canudos. Perguntou-me, então, se eu me lembrava de quando havíamos nos encontrado ali naquele mesmo lugar e sobre o que conversamos. Respondi afirmativamente com a cabeça e ele

---

<sup>47</sup> O *eles* no contexto refere-se às iniciativas da Prefeitura e do Movimento Negro, respectivamente representadas na audiência pública da qual vínhamos pela Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design (SubPC), pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP), pelo Conselho Municipal em Defesa dos Direitos do Negro (COMDEDINE) e pela Coordenadoria Especial de Políticas de Igualdade Racial (CEPPIR).

continuou a descrever sua curta experiência na cidade sertaneja. Disse-me que sua intenção era fotografar a seca e as pessoas, mas principalmente as ruínas da antiga Canudos, arraial de Antônio Conselheiro. Perguntei-lhe se naquela primeira viagem ele havia feito alguma foto e ele respondeu que sim, mas que ainda não havia conseguido encontrar o cenário que esperava e que, por isso, as fotos não tinham ficado boas. Perguntei-lhe, então, que cenário era esse que ele procurava e ele me contou que, segundo seu conhecimento, logo após a guerra, Canudos tinha sido abandonada pelos poucos sertanejos sobreviventes que, para não viverem arrasados no sertão seco e destruído pela guerra, tinham acompanhado os soldados rumo ao Rio de Janeiro. A vinda dos soldados com os sertanejos, como era sabido, tinha dado origem ao Morro da Favela. Mas e Canudos?

Disse-me Maurício que muitos anos depois, Canudos havia sido *afogada* pelas obras de um açude<sup>48</sup>, que tinha por função diminuir os impactos da seca na região. As ruínas do vilarejo inundado eram, para ele, as reais guardiãs das memórias da guerra. Eram estas ruínas que Maurício queria fotografar. Perguntei-lhe o motivo de escolher exatamente tais ruínas e ele, meio sem jeito, respondeu-me que o aparecimento delas era um fenômeno raro, pois o tal açude realmente ficava cheio por muito tempo e encobria totalmente os resquícios do antigo arraial. Disse-me, ainda, que o fato de o açude ficar cheio por muito tempo não significava que a seca tinha sido extinta do sertão e completou:

*Você não percebe que este processo é o mesmo que está acontecendo com a gente aqui? Não percebe que essas escavações todas, quando contam uma outra história sobre a gente, uma história que não é a nossa, estão afogando a favela e a região portuária? Não percebe que as casas*

---

<sup>48</sup> Em 1940, com a proposta de amenizar os impactos dos períodos de seca mais longos, Getúlio Vargas, então Presidente da República, ordenou a construção de um açude nos arredores do arraial de Canudos, que serviria como reservatório. Tal construção estaria atrelada à elevação de uma barragem que desviaria parte do curso do rio Vaza-Barris e, conseqüentemente, inundaria o antigo cenário da revolta liderada por Antônio Conselheiro. À revelia dos comentários de estudiosos que diziam que uma ação como aquela apagaria parte da história do Brasil, a construção da barragem foi autorizada. Em 1969, em um dos momentos mais intensos da Ditadura Militar, a antiga cidade de Canudos desapareceu completamente por sob as águas do Açude Cacorobó. Com o passar dos anos, a região da barragem passou a ser novamente povoada e a esse vilarejo deu-se mais uma vez o nome de Canudos.

*marcadas<sup>49</sup> pela prefeitura são só para expulsar os moradores daqui? Não percebe que a gente tá se afogando igual a antiga Canudos? Se eu fizer um livro unindo a história do arraial afogado e a história mais antiga da Providência, não vão poder dizer que a gente não existiu. Além disso, a história daquelas ruínas da guerra é a história da favela [...] Eu sou só um fotógrafo que aprendeu uma profissão na prática, nunca tive estudo específico para fotografar a favela. A favela é a minha realidade e minhas fotos são só um registro, pra eu mesmo não me esquecer. Mas a Fundação FORD está com um edital de fotografia aberto e se você puder escrever tudo isso que eu te contei, pode ser muito bom para todo mundo [...].*

A um só tempo, Maurício Hora lançou-me à plataforma da simetria ignorando qualquer resistência que eu pudesse ter. E digo isso porque, consciente e reflexivo de sua própria cultura, ele construiu, com as ferramentas que estavam à mão, análises e correlações necessárias ao seu cotidiano. Análises e correlações que se transformariam, alguns passos adiante, em um projeto fotográfico para um livro e este, por sua vez, pela sua simples existência, seria transformado (ou já estava) em força motriz para uma ação política – e, talvez, o certo fosse dizer que análises e correlações tal qual me foram apresentadas já constituíam, por si, mecanismos de ação política. Além disso, ao recorrer a mim para escrever o projeto, ele sabia, talvez intuitivamente, que, como antropóloga em campo, havia entre nós uma relação de igualdade, dada no plano da cultura.

Roy Wagner, em **A invenção da cultura** (2010), diz:

“[...] a ideia de cultura coloca o pesquisador em pé de igualdade com seus objetos de estudo: cada qual ‘pertence a uma cultura’. Uma vez que toda cultura pode ser entendida como uma manifestação específica ou um caso do fenômeno humano [...] presumimos que cada cultura, como tal, é equivalente a qualquer outra.” (WAGNER, R. *op.cit.*: p. 28-29)

---

<sup>49</sup> Maurício se referia ao fato de que durante todo o ano de 2012, no contexto das obras para construção de um teleférico na favela, muitas casas foram marcadas com as iniciais da Secretaria Municipal de Habitação e um número correspondente à ordem de marcação. Segundo os próprios moradores do Morro da Providência e os representantes da secretaria, a numeração seria um controle interno do próprio município. Todavia, a sigla SMH indicava que aquela residência deveria ser demolida e seus habitantes removidos. Os enleios das remoções serão apresentados no segundo capítulo.

Assim, recusando “ao discurso do antropólogo qualquer vantagem estratégica sobre o discurso do nativo” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002: p. 115)<sup>50</sup> e subvertendo as vantagens em seu próprio favor, Maurício adentrou em suas observações e análises um questionamento bastante caro à antropologia simétrica: “o que se passa quando o discurso do nativo funciona, dentro do discurso do antropólogo, de modo a produzir reciprocamente um efeito de conhecimento sobre esse discurso?” (*Idem*). E, naquele instante, éramos todos antropólogos.

Impedida pela cordialidade que rege as relações de um antropólogo em campo de me negar a escrever o tal projeto e curiosa com os desdobramentos que poderiam vir daquela ação, escrevi junto ao Maurício uma proposta de trabalho que seria remetida a Fundação FORD. Alguns meses depois, soubemos que a proposta havia sido aprovada e que Maurício poderia seguir rumo a Canudos, agora com mais tempo e recurso, para a realização de suas fotografias. O processo de criação e de pesquisa que antecedeu a escrita do projeto e depois amparou seu desenvolvimento foi acompanhado também por Luiz Torres que, assim como Maurício, é nascido na favela e quilombola. Ademais, Luiz é historiador e durante muitos anos foi diretor de um colégio estadual existente na região portuária, onde desenvolveu um trabalho sobre a importância da presença negra na região e no porto.

Em todas as viagens que fez, Maurício escolheu um morador da região para acompanhá-lo. Pessoas que, com o tempo, foram sendo inseridas em pequenas funções dentro do projeto e cujas trajetórias não estavam apartadas de sua própria, nem dos contextos que envolviam a favela e o Quilombo. Eu, obviamente, não fui convidada a integrar a comitiva de viagem em nenhum momento, pois, conhecedor dos processos que estavam ali envolvidos, Maurício sabia que o que interessaria a mim era o que ele e os outros moradores que o acompanharam teriam a contar sobre suas experiências.

---

<sup>50</sup> VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. “O nativo relativo”. *Mana*. v.8, n.1, pp. 113-148.

Foi em uma tarde de conversas em seu estúdio, quando tentávamos organizar as fotos de Canudos e da Providência em um formato interessante ao livro, que presenciei Maurício e Luiz Torres discutindo sobre as localidades da favela. A atividade fez com que ambos retomassem memórias de suas infâncias na comunidade e na região e foi nesta ocasião que Maurício discorreu sobre seu pai e sua família com mais detalhes. Disse-me que seu pai tinha sido um dos primeiros traficantes do Morro da Providência: *Quem criou a primeira boca de fumo no Morro, vendendo droga ao ar livre, foram meu pai e um primo dele.*

As histórias de sua infância e o peso envolto nas descobertas de se saber filho de um *bandido*, bem como as gradações envoltas no amadurecimento de seu olhar sobre a favela e sobre o que é *ser favelado* encontram-se registradas no livro **Morro da Favela**, de André Diniz (2011)<sup>51</sup>. Neste livro, inclusive, Maurício relata:

*Mesmo sendo filho de bandido, entendi que eu não era ele, então, eu fiz a minha história a contramão da história do meu pai. Passei a me conhecer melhor, a conhecer a história do Morro e a entender que não tinha vergonha de ser favelado. Descobri um lado maravilhoso da Providência.*  
(DINIZ, *op. cit.*: p.54).

Ainda refletindo sobre as fotografias, Canudos e as localidades da favela, Luiz me disse que o que o havia impressionado quando esteve no sertão com Maurício foi o estigma dos moradores com termo *favela*, muito por conta da dimensão assumida pela palavra no contexto carioca. Segundo ele, ao conversar com algumas pessoas locais, descobriu que um bairro simples que se desenvolvia afastado do centro da cidade tinha começado a ser chamado de favela pelos demais moradores, mas ao perceber as implicações que tal alcunha poderia ter, a própria prefeitura cuidou de rebatizar o bairro com um “nome oficial”. No entanto, antigos moradores ainda se referiam à região como favela. Curiosamente, quando ele e Maurício foram conhecer o bairro, encontraram um lugar simples, em cuja rua principal abundavam

---

<sup>51</sup> Muitas vezes, diante de meus questionamentos sobre sua vida, Maurício referia-se ao livro, tomando-o como um arraado testemunho e evitando, assim, maiores descrições.

exemplares do arbusto popularmente chamado *faveleira*, estabelecendo-se, assim, um cenário em nada parecido com o encontrado no Rio do Janeiro. Instigado pelas significações implicadas no termo *favela*, Luiz disse:

*O curioso dessa história toda é que a favela não é africana. A favela é nordestina. E digo isso pensando aqui na própria Providência. Desde os tempos da escravidão, os negros ocuparam os morros cariocas sem que a essa ocupação se desse o nome de favela. Com o fim da guerra do Paraguai, os combatentes negros que voltaram para a capital na condição de libertos começaram a ocupar as encostas do Morro da Providência. Os casebres eram poucos, mas existiam, e a eles não se denominava favela. A classificação de favela só passou a existir quando os nordestinos chegaram, primeiro, remanescentes de Canudos e, depois, pelo movimento migratório, entre as décadas de 1950 e 1970.*

Ouvindo o que o amigo dizia, Maurício assentia com a cabeça e, em seguida, os dois começaram a me dizer, de modo sistematizado, as classificações dadas a cada pedaço da favela:

*O início, início mesmo, da favela, essa que é a favela nordestina, é ali pela parte de trás da antiga Rua do Cajueiro. Pouco antes do Túnel da Central. É ali porque é a região mais próxima do antigo Ministério de Guerra, onde os soldados e os nordestinos foram procurar saber sobre os terrenos que tinham sido prometidos antes da Guerra de Canudos. Então, eles subiram por ali e com o tempo, foram alcançando as encostas da Pedra Lisa, depois chegaram ao lugar que hoje a gente chama de Sessenta e, por fim, chegaram ao que é o Buraco Quente. Essa região onde hoje é o Buraco Quente é onde, antigamente, dizem que existia a Ordem da Divina Providência, que deve ter sido um dos motivos para o nome mudar de Morro da Favela para Morro da Providência. Ali na Providência, essas quatro regiões constituem a maior população já caracterizada como favela [...]*

Luiz e Maurício me disseram, depois, que os nomes dados às localidades vinham de um exercício de classificação dos próprios moradores, desde o início da ocupação da favela, e o emprego das nomenclaturas baseava-se nas sensibilidades cotidianas. Assim, a Pedra Lisa,

por exemplo, fazia referência a uma grande pedra sob a qual muitos barracos foram construídos. Nos pés dessa pedra funcionou por anos uma pedreira, cuja atividade, por um lado, servia de emprego aos moradores e, por outro, constituía a própria destruição da comunidade, uma vez que a extração de pedras do centro e da base do maciço abalava a estrutura de todo o morro, afetando até a região onde as casas tinham sido construídas – inclusive, em dezembro de 1968, uma parte da pedra ruiu provocando a destruição de muitos barracos e a morte de 40 pessoas, entre moradores e trabalhadores da pedreira<sup>52</sup>. A região do Cajueiro fazia referência ao nome de uma rua localizada nos arredores e sobre o Buraco Quente e o Sessenta os relatos são menos precisos e, em geral, associados a classificações feitas a partir dos anos 70, quando o tráfico de drogas passou a dominar as ruas do morro.

Sobre as outras localidades, os dois diferenciaram as regiões *mais antigas* (formadas quase como um desdobramento do Morro do Livramento e compostas por muitos portugueses e negros<sup>53</sup>) e *as mais novas* (criadas como uma expansão da comunidade ao longo dos anos):

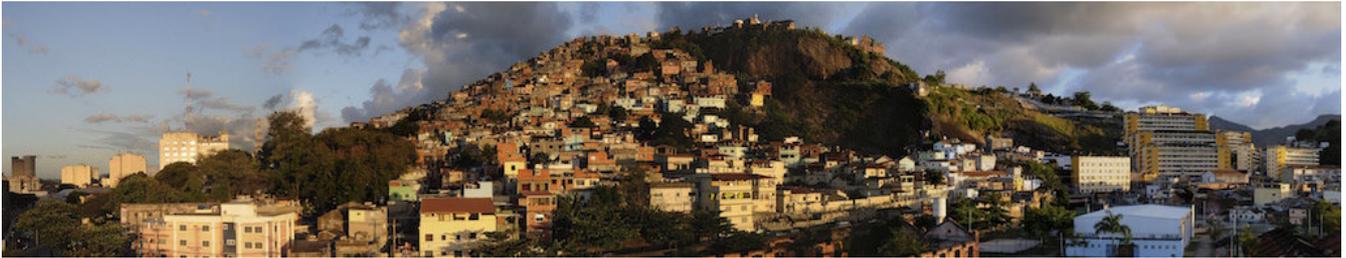
*[...] Depois tem a Ladeira do Barroso, que faz homenagem à família da madrinha de Machado de Assis, uma família que tinha sido proprietária de muitas chácaras no Morro do Livramento. Tem a Ladeira do Faria, a Rua do Monte, o Cruzeiro, o Largo, a Rua da Bica, a Praça Américo Brum, que hoje abriga a estação do teleférico, a Barão, que é uma região mais nova e faz referência à Rua Barão da Gamboa, uma das vias de acesso ao Morro. Dessas regiões mais novas ainda tem a Nova Brasília, a Toca e o Cantão.*

---

<sup>52</sup> O jornal Correio da Manhã, de 31 de dezembro de 1968, diz que: “O desabamento, motivado por uma descarga de dinamite, oriunda de uma pedreira a ser demolida, vinha de há muito preocupando os favelados, que por diversas vezes sentiram suas casas tremerem sob o impacto das explosões”. Informação disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=98642&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=98642&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#)

<sup>53</sup> Como já dito anteriormente, há registros de chácaras no Morro do Livramento desde o final do século XVIII e as primeiras casas, em formato menor do que as chácaras, assim como a abertura de ruas para coligar as partes do morro datam do final do século XIX. O Morro do Livramento e o Morro da Providência ocupam um mesmo maciço de grandes proporções que se estende por uma parte considerável do que atualmente designa-se bairro da Gamboa. Meus interlocutores afirmam que se por um lado a favela teve início pela subida da Rua do Cajueiro, com os soldados e nordestinos, por outro, negros e portugueses subiam ocupando o morro pela via do Morro do Livramento, até se encontrarem e formarem a constituição que atualmente se conhece.

Foto 4 –Vista Panorâmica do Morro da Providência



Crédito: Maurício Hora

Mapa 1 – Principais localidades do Morro da Providência



Crédito: Gabriel de Matos Manzanares

E, Luiz seguiu dizendo:

*A gente também não pode acreditar que por ser a favela nordestina, ela não era composta por negros. A escravidão aconteceu no Brasil inteiro, inclusive no sertão da Bahia. Aquelas pessoas que seguiram Conselheiro certamente eram descendentes de negros africanos escravizados naquela região e recém-libertos. Para além da questão da seca, o fim da escravidão deixou o negro nordestino em uma situação de vulnerabilidade equivalente a dos libertos aqui no Rio. Assim, dizer que a favela é nordestina não exclui o fato de que ela foi primeiramente pisada por negros, fossem eles nordestinos, ou não [...] O espaço proletário de habitação alternativa dos mais pobres e/ou excluídos, que se fez favela no centro da capital da recém-criada República, nasce pelo código, pelo símbolo de uma luta desenvolvida no espaço territorial nordestino. Esse conteúdo sui generis marcaria uma historicidade de interseção entre o espaço urbano do centro-sul e o sertão nordestino.*

E recorrendo às suas próprias raízes, Luiz me disse que sua família estava na região há pelo menos duas gerações. Tanto seu avô paterno, quanto seu avô materno tinham sido portuários e sócio-fundadores da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. Seu avô paterno, de nome Júlio Simião da Silva, tinha nascido em 1889, em Barra Mansa, filho de escravos de fazendas cafeeiras, e costumava dizer que por ter nascido em 1889, nunca tinha sido escravo. Segundo Luiz, seu avô havia chegado ao Rio com 17 anos e trabalhado na parte final das obras do porto, empreendidas durante o governo de Rodrigues Alves, na Prefeitura de Pereira Passos. Depois de ter morado em casas de cômodo no Morro da Conceição, muito provavelmente nos arredores da Pedra do Sal, Luiz disse que seu avô, como muitos outros ex-escravos, mudou-se para o Morro da Providência, na época, em franca ocupação.

A forte identificação de meus interlocutores com a favela, assim como as observações que faziam sobre Canudos, traçando análises de aproximações políticas e distanciamentos culturais entre os dois contextos, para além das marcações já feitas por eles próprios quanto à importância (e necessidade) da elaboração do livro, fizeram com que eu recordasse das

questões colocadas desde o início dos anos 2000 no processo de reconhecimento da Comunidade Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal, a qual ambos pertencem. Os meandros deste conflito já foram descritos por mim em minha dissertação de mestrado (COSTA, 2010), podem ser acessados em O'DWYER (2012) e também estão resumidamente colocados na Introdução desta tese, contudo vale ainda uma vez recuperar alguns aspectos para o presente momento.

Depois de toda caracterização do conflito entre a Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e a Comunidade Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal, depois de ouvidas as partes e recuperados os documentos históricos de uso e ocupação do território localizado nos arredores da Pedra do Sal, no sopé do Morro da Conceição, as pesquisadoras Martha Abreu e Hebe Mattos (2012) escreveram<sup>54</sup>:

“Em função do relatório antropológico e histórico apresentado, a área de referência do Quilombo da Pedra do Sal, entendido como área histórica de resistência negra à opressão histórica sofrida, compreende os marcos simbólicos e territoriais identificados com a memória e a história negras na região portuária, entre o Largo de São Francisco da Prainha e o Morro da Saúde: o território do mercado de escravos africanos, o Valongo; o cemitério dos pretos novos; o movimento do porto e de seus antigos armazéns, e a Pedra do Sal e seu entorno, com as memórias do samba e do santo” ( p. 63).

Seguindo os procedimentos institucionais para delimitação territorial de comunidades remanescentes de quilombos, fazia-se saber naquele instante que o Quilombo da Pedra do Sal excedia a área pleiteada no entorno da Pedra do Sal – muito embora esta região correspondesse aos limites físicos do quilombo, em termos práticos – e ganhava simbolicamente as ruas da zona portuária quase toda. Daquele instante em diante assumia-se que ao se tomar o território urbano da zona portuária carioca, estava-se adentrando também

---

<sup>54</sup> ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. 2012. “Relatório Histórico-Antropológico sobre o Quilombo da Pedra do Sal: em torno do samba, do santo e do porto”. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.) **O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais: o caso das terras de quilombo no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: E-papers.

um “território negro”<sup>55</sup>, onde singularidades foram elaboradas no decurso da história, onde o espaço do vivido passou a ser reconhecido como uma obra coletiva construída por um movimento e um grupo social específico, demarcado pelo pertencimento étnico.

A urbanista Raquel Rolnik (1989) nos faz lembrar que, no período da escravidão, se o espaço do negro era definido pela senzala, este espaço, com o tempo, passou a se configurar também como um território negro. Apesar das relações de submissão e violência presumidas nas relações entre senhores e escravos e vivificadas mesmo nos espaços das senzalas, “foi também no interior dessa arquitetura totalitária que floresceu e se desenvolveu um devir negro, afirmação da vontade de solidariedade e autopreservação que se fundamentava a existência de uma comunidade africana em terras brasileiras” (p. 2). E continua:

“O confinamento na terra de exílio foi capaz de transformar um grupo – cujo único laço era a ancestralidade africana – em comunidade [...] Arrancado do lugar de origem e despossuído de qualquer bem ou artefato, era o escravo portador – nem mesmo proprietário – apenas de seu corpo. Era através dele que, na senzala, o escravo afirmava e celebrava sua ligação comunitária; foi através dele, também, que a memória coletiva pôde ser transmitida, ritualizada” (p. 2).

Assim, o pátio da senzala transformou-se em terreiro e terreiro passou a ser qualquer elemento espacial fundamental na configuração dos territórios negros urbanos, na medida em que incentivava que laços comunitários fossem celebrados. Desde as ruas, até as rodas de samba, os sindicatos fortemente constituídos pela presença negra, os ranchos e cordões de carnaval, a vida na cidade permitia aos escravos uma chance maior de anonimato e ganho que, com o tempo, tornou-se uma oportunidade muito mais interessante que o espaço da senzala.

A complexidade em se compreender a abrangência da presença e do devir negros no desenvolvimento urbano fez-se sentir principalmente quando o crescimento populacional e o adensamento demográfico impuseram às cidades a necessidade de uma reestruturação

---

<sup>55</sup> O termo aqui advém do campo teórico e segue o que foi trabalhado em ROLNIK, Raquel. 1989. “Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro)”. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, n.17. Rio de Janeiro: CEAA, Universidade Cândido Mendes.

classificatória e padronizadora que trouxe consigo os projetos de limpeza e higienização. A insensibilidade política e a recusa à compreensão dos diversos saberes que compunham aquele cenário da vida urbana voltaram-se enfaticamente a esses territórios negros. Recuperando ainda uma vez o que nos diz Raquel Rolnik, a violência deste período se impôs de modo ainda mais contundente no Rio de Janeiro não só pelo fato de a cidade ser a capital do país, mas, sobretudo, porque, na virada do século, o Rio era ainda uma cidade muito negra e carregava a fama de ser “um lugar de desclassificados”:

“Sua marginalidade era identificada com a não-proletarização de sua população, o que é imediatamente associado à ideia de desorganização, uma vez que a ocasionalidade da distribuição dos tempos de trabalho e lazer contrasta com a disciplina e regularidade do trabalho assalariado. A imagem de marginalidade é também identificada como própria da habitação coletiva: a intensidade de uma vida em grupo não-familiar e a densidade dos contatos no dia-a-dia do cortiço contrastam com a organização da casa burguesa [...] Finalmente, a marginalidade é associada a um conjunto de gestos, um jeito de corpo. Se, para a comunidade negra, a linguagem do corpo é elemento de ligação e sustentação do código coletivo que institui a comunidade, para a classe dominante branca e cristã, a frequência com que se dança, umbiga, requebra e abraça publicamente desafia os padrões morais” (p.7).

Assim, se coube aos cortiços e à favela a caracterização como espaços negros do Rio de Janeiro é porque, desde sua origem, estes territórios misturaram caminhos que vinham desde a África até a marginalização completa provocada pela abolição e pelo início da República. E se é óbvio que tais espaços nunca foram compostos exclusivamente por negros, isso não quer dizer que as comunidades negras não tenham existido. No contexto das obras de revitalização, planejamento que se anuncia para a zona portuária de modo mais enfático desde o início dos anos 2000, as especulações culturais, econômicas e imobiliárias foram desenhando um quadro bastante semelhante ao que já se havia vivido na virada do século XIX para o XX, por isso, recorrer aos depoimentos de memória, tomando a escravidão e os eventos da Guerra de Canudos e da Revolta da Vacina como operadores válidos para a organização

política, configura-se uma atitude legítima, independentemente dos novos contornos argumentativos acrescentados. E é exatamente isto o que fazem meus interlocutores.

É o reconhecimento do uso dos depoimentos de memória como manufatura da ação política o que caracteriza o que é ser morador da região portuária carioca. E assim o é porque, ao contrário de quem vê e classifica os eventos da Revolta da Vacina e da Guerra de Canudos pela perspectiva da guerra, como sinônimo de caos, os moradores da zona portuária os veem como um modo particular de habitar o território. Pois, menos do que o conflito, o que sobressalta para eles nesses eventos é identidade, reconhecimento, pertencimento, organização, sobrevivência econômica, sociabilidade, ritual, crença, religiosidade, entre muitas outras coisas.

As tensões subsumidas na zona portuária, cujos reflexos se apresentam tanto como movimentos organizativos da Comunidade Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal, quanto como um projeto de livro fotográfico com intuito de pautar a ação política deixam ver que: a) a questão étnica que estrutura e sustenta a existência de um território negro, também serve, em outros contextos, como marcadores de singularidades e sensibilidades políticas; b) a ideia de um território negro não se refere a um espaço idealmente bom, menos do que isso, território negro, no sentido apresentado neste capítulo, assume-se como a existência de relações entre iguais, marcadas por disputas de interesse e percepção, forjadas através do tempo e da história, com o objetivo de fixar especificidades culturais e pertencimentos; c) desde a Guerra de Canudos, a questão da moradia é um problema na zona portuária carioca, os protestos e revoltas de certo modo mostraram isso. Assim como mostraram que se havia um problema de ordem técnica (faltava – e ainda falta – infraestrutura), também havia um problema de ordem sensível: “apesar da falta de casa e de infraestrutura, habita-se”. E é sobre como se faz este “habitar” que a categoria *morador* se delinea.

## **CAPÍTULO DOIS: CONFLITOS**

## 2.1 – NAS TRAMAS

“Mas Rubião não distinguia nada; via tudo confusamente. Foi ainda a pé durante largo tempo; passou o Saco dos Alferes, passou a Gamboa, parou diante do cemitério dos Ingleses, com seus velhos sepulcros trepados pelo morro, e afinal chegou à Saúde. Viu ruas esguias, outras em ladeiras, casas apinhadas ao longe e no alto dos morros, becos, muita casa antiga, algumas do tempo do rei, comidas, gretadas, estripadas, o cais encardido e a vida lá dentro. E tudo isso lhe dava uma sensação de nostalgia... Nostalgia do farrapo, da vida escassa, acalcanhada e sem vexame. Mas durou pouco; o feiticeiro que andava nele transformou tudo. Era tão bom não ser pobre!”

[Machado de Assis, **Quincas Borba**, cap. LXXXVI, p. 72]

Desde que cheguei à zona portuária, em 2008, para a realização do campo do mestrado<sup>56</sup>, tive a sorte de conseguir hospedagem em casas de moradores do Morro da Conceição. Configurado como um pequeno platô localizado na divisa entre o centro comercial do Rio de Janeiro e o início da zona portuária, o Morro da Conceição foi ocupado no século XVIII e teve sua parte mais alta habitada principalmente por descendentes de portugueses e espanhóis. A parte mais baixa do Morro e seu entorno mais imediato (já externo ao platô) foram desenvolvidos em função do tráfico de escravos africanos que, com o tempo, foram fazendo dessas regiões seus espaços de moradia – cenário, portanto, bastante diferente do encontrado na parte mais alta. Atualmente, o Morro conta com uma população de aproximadamente 2.500 habitantes, segundo informações do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP).

---

<sup>56</sup> Minha primeira visita à região, já com interesse de pesquisa, data de 2006, quando, por intermédio de um professor, recebi hospedagem na casa de duas famílias de amigos seus. Tal visita serviu-me apenas para reconhecimento da região e delimitação inicial acerca do tema de pesquisa. Meu primeiro campo na região aconteceu, de fato, em 2008.

Embora incomum à regra que rege a vida nas grandes cidades, acreditei que a hospitalidade com que sempre fui recebida advinha de uma certa surpresa pelo meu deslocamento de uma cidade do interior de São Paulo para uma metrópole como o Rio de Janeiro, e também de um cuidado zeloso – e não menos revelador das particularidades culturais inerentes ao contexto em questão – por eu ser mulher, na época, muito jovem, e desconhecer a cidade. Cuidados e atenções a que eu sempre procurei retribuir de todas as formas que me cabiam e que, com o tempo, resultaram em relações de amizade bastante próximas e legítimas à condição da pesquisa. Desde o início, a abertura que me foi dada logo permitiu que eu conhecesse de perto a forma como se estruturavam relações de vizinhança e sociabilidade no contexto daquele pequeno morro.

Com o tempo, o aumento da confiança voltada a mim e ao meu trabalho fez com que eu acessasse os interstícios dessas relações e pudesse compreender como se desenvolviam os conflitos comuns à vida local. A vasta rede de fofocas que envolvia a quase todos e, em alguma medida, até a mim mesma<sup>57</sup>, revelava a existência de relações estriadas por tensões, nem sempre declaradas publicamente, mas ainda assim pertinentes à atualização das relações de sociabilidade entre moradores. Era exatamente a percepção da existência dessas tensões e os modos de lidar com elas o que caracterizava o *ser morador* no Morro da Conceição.

A posição privilegiada que ocupei por conseguir morar no Morro da Conceição e por ter sido bem aceita pelos moradores de lá, facilitou bastante a minha inserção no ambiente mais denso da zona portuária, desde 2008, quando minhas intenções de pesquisa ainda não abrangiam aquele universo, muito embora também não pudessem estar completamente separadas dele. Assim, a partir das observações iniciadas no Morro da Conceição durante o

---

<sup>57</sup> No contexto do Morro da Conceição, “fofocas” funcionam como recurso revelador da intimidade e da interdependência existentes entre os moradores. O fato de eu ter sido envolvida em “casos de fofoca” no início das minhas pesquisas ainda em 2008, por um lado, mostra o funcionamento das dinâmicas locais de convivência e, por outro, que eu realmente estava em campo e, portanto, partilhava das relações locais e precisava ser encaixadas em alguma das classificações existentes. Os detalhes sobre isso podem ser vistos em minha dissertação (COSTA, 2010). Para os estudos antropológicos que se debruçaram sobre os aspectos da fofoca, da intriga, das disputas e apostas como “reguladores da vida social”, ver BAILEY (1971), HAVILAND (1977), FONSECA (2000), MARQUES (2002), COMERFORD (2003), entre outros.

mestrado, minhas investigações de pesquisa foram adentrando a região que o englobava, a princípio, sem que eu me apercebesse e, em seguida, sem que eu me esforçasse por evitar. Foi então que, muitas vezes, em situações públicas, me vi ganhar a simpatia de moradores da região por ter sido reconhecida e cumprimentada por um morador do Morro da Conceição. O reconhecimento voltado a mim pelo morador do Morro da Conceição acabava por diminuir a distância que poderia existir entre mim e os outros moradores da zona portuária, a quem eu não conhecesse para além da formalidade que se pode ter a um estranho.

As amizades que fiz no Morro da Conceição durante o mestrado, serviram-me de amparo, ainda uma vez, em 2012, quando decidi retornar para lá para o campo do doutorado. Antes de me decidir por voltar ao Morro da Conceição, tentei contato com alguns moradores da Saúde, que eu havia conhecido ainda em 2008. Talvez pelo tempo decorrido e pela frouxidão das relações que estabeleci com eles, logo nas primeiras tentativas de retomar contatos, percebi pouca disposição em me receberem naquela ocasião. Só depois de algumas buscas mal sucedidas por hospedagem na Saúde, na Gamboa e no Santo Cristo foi que me decidi por voltar ao Morro. Fiz, então, algumas ligações, recuperei algumas conversas estancadas no tempo, certifiquei-me da amizade existente e me decidi por passar uma temporada na casa de Nelson.

Data, portanto, de 2008 minhas relações de amizade com Nelson. Arquiteto de formação, ele morava no Morro havia quase dez anos e, por ofício e gosto, vez por outra se ocupava de pensar as transformações que se processavam pela região e, especificamente, pelo lugar onde morava. Muitas de suas considerações, inclusive, orientaram meu olhar para as questões latentes no período de meu retorno ao Rio. Nelson colecionava reportagens de jornais sobre assuntos relativos à região portuária com exímio cuidado e embora seu interesse se voltasse mais às questões arquitetônicas, quase tudo que se anunciava como intervenção urbana, econômica e cultural para aquela área era minuciosamente recortado, separado e

guardado por ele em uma pasta. Contudo, desde a chegada do Porto Maravilha, meu amigo andava cansado da frequência com que a região aparecia nas notícias e com o desencontro de informações circuladas entre os jornais que lia. Acrescia-se a isso o fato de que entre as notícias dos jornais e a realidade que ele vivenciava havia um abismo. Acompanhando Nelson de perto e cotidianamente, percebi que a dureza das obras embotava em grande medida os olhos e a vida dos moradores do Morro da Conceição.

Logo depois da minha chegada, quando eu ainda me adaptava ao quarto e à casa que me serviriam de abrigo pelos próximos seis meses, Nelson me relatou um fato acontecido no Morro um mês antes da minha chegada. Disse-me que, de uma noite para um dia, os moradores da Ladeira do Pedro Antônio acordaram sem poder sair de suas casas, pois, por causa das obras instaladas naquela rua, todos os paralelepípedos que serviam de pavimentação à rua haviam sido arrancados, impossibilitando que os carros dos moradores, então estacionados nas calçadas, fossem retirados. Além disso, os buracos abertos na rua dificultavam a passagem dos pedestres. O evento, acontecido sem nenhum aviso prévio aos moradores da ladeira, acabou acirrando ânimos e criando reais indisposições entre os moradores e as obras do Porto Maravilha.

Naquela época, ainda início de 2012, as obras que se espalhavam pelo Morro da Conceição faziam parte da Fase 1 do Projeto Porto Maravilha e eram desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Obras (SMO), com a proposta de reconfiguração da rede de infraestrutura local<sup>58</sup>. Esta fase foi executada com recursos municipais e esteve mais concentrada no melhoramento das ruas do Morro da Conceição e de seu entorno mais

---

<sup>58</sup> Nesta fase, a Prefeitura do Rio de Janeiro voltou-se aos projetos de reurbanização, com serviços de redimensionamento e troca de redes de esgoto, água pluvial, potável, telecomunicações e iluminação, além da pavimentação e construção de calçadas. Informações retiradas de: <http://portomaravilha.com.br/uploads/releases/55cbb0a39b6ef.pdf>

próximo<sup>59</sup>. Além disso, segundo boletim informativo da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP), *a prefeitura assumiu a responsabilidade sobre essa área de 350 mil metros quadrados (m<sup>2</sup>) como demonstração do que será implementado nos 5 milhões de m<sup>2</sup> da Operação Urbana Porto Maravilha*<sup>60</sup>.

Segundo Nelson, muitos moradores da Ladeira do Pedro Antônio estavam se mobilizando para enfrentar juridicamente a Prefeitura, em um manifesto contrário à falta de diálogo evidenciada neste incidente – o que, por fim, nunca aconteceu. Mas, nos dias que se seguiram a este meu diálogo com Nelson, procurei me informar das discussões e dos conflitos que rondavam as obras na Ladeira do Pedro Antônio. Embora meu histórico de pesquisa já tivesse me dado materiais suficientes para que eu entendesse os limites das divisões de gênero colocadas no cotidiano do Morro da Conceição, foi exatamente em um dos ambientes mais masculinos dali que eu vim a conhecer os pormenores mais atualizados do conflito. Sobre as divisões de gênero que nutrem as relações de vizinhança no Morro da Conceição, cabe dizer, de modo breve, que elas não se separam da compreensão sobre o que seja sociabilidade naquele contexto.

A maneira pela qual tais divisões parecem funcionar para aqueles moradores está manifesta no horário de circulação de homens e mulheres por determinados espaços. Nem a casa, nem a rua são espaços interditos. A interdição se coloca no horário em que tais circulações acontecem. Assim, se mulheres podem ser (e são) vistas no interior dos bares existentes no morro, tal presença está simbólica e culturalmente condicionada a certos horários do dia. O mesmo se percebe para o caso dos homens. Contudo, apesar desta aparente

---

<sup>59</sup> As principais ruas da Saúde que foram abarcadas pelas obras da Fase 1 do Projeto Porto Maravilha foram: Avenida Venezuela, Rua Coelho e Castro, Rua Argemiro Bulcão, Rua Camerino, Rua Edgard Gordilho, Avenida Barão de Tefé, Rua Sacadura Cabral e Avenida Rodrigues Alves. Para maiores detalhes, ver Mapa 02.

<sup>60</sup> A Operação Urbana Consorciada Porto Novo, responsável principalmente pelo desenvolvimento da Fase 2 do Projeto Porto Maravilha tem uma concessão de 15 anos dentro da zona portuária para o desenvolvimento das reformas <http://portomaravilha.com.br/uploads/releases/55cbb0a39b6ef.pdf>



Mulheres circulam pelas ruas nos períodos da manhã, quando partem para o trabalho; quando levam seus filhos à escola e depois os buscam; nos fins de tarde, quando voltam do trabalho, ou, ainda, quando levam as crianças à praça para brincar. Nesses momentos, eventualmente, elas entram nos bares do Morro, normalmente movidas pela necessidade de compras rápidas. Os homens, por sua vez, são vistos com mais frequência nas ruas e circulam por elas durante quase todos os horários do dia: são para eles como os quintais de suas casas e nelas se distraem consertando e limpando carros e motos, ou reformando móveis e outros objetos das casas que necessitem de reparo. Com o cair da noite, reúnem-se nos bares para partidas de baralho e para o jogo do Aliado – um jogo de tabuleiro, comum entre marinheiros e muito praticado por ali. É interessante salientar que pela proximidade com o cais, muitos moradores do Morro da Conceição e da região como um todo são ainda trabalhadores portuários. Há entre eles grande número de estivadores, conferentes, arrumadores e marinheiros, alguns de elevada patente, e há também grande número de aposentados dessas mesmas funções. O Jogo do Aliado é um jogo de tabuleiro, sendo este confeccionado pelos próprios moradores em cima de um pedaço de lona. No tabuleiro são pintados caminhos, casas e obstáculos a serem vencidos pelos jogadores. Utilizando dois dados, um copo de couro e 16 peças de quatro cores diferentes, duas duplas de jogadores se enfrentam com o objetivo de que ao menos um de seus integrantes chegue à última casa do tabuleiro com suas quatro peças intactas. As partidas são entrecortadas pelas exclamações dos competidores que, concentrados, esbravejam gírias próprias ao jogo, no intuito de atrapalhar a jogada do adversário. As gírias fazem referência ao contexto de trabalho portuário e naval.

Nos bares, os homens também discutem sobre futebol e rearranjos políticos acontecidos no cenário municipal, estadual e federal. Discussões que, apesar de pautadas em considerações corriqueiras, estão sempre envoltas em gritos, xingamentos e ofensas, algumas vezes fazendo crer na iminência de agressões físicas – o que, por sorte, nunca vi acontecer. É

nesse ambiente que usualmente os conflitos são gerados, atualizados e dissolvidos. E foi no armazém da Rua do Jogo da Bola, em um horário pouco propício à circulação feminina que eu, consciente de todas essas classificações, me sentei para descobrir o que se passava com a Ladeira do Pedro Antônio. Percebendo os olhares que se voltavam para mim, expliquei aos homens que ali estavam que eu havia voltado para desenvolver minha pesquisa de doutorado. Tentei continuar minhas explicações sobre o que procurava investigar, mas todos eles abaixaram suas cabeças e voltaram a conversar sobre suas cartas de baralho.

**Foto 5** – Rua do Jogo da Bola.



Crédito: Norton Tavares.

O fato de já ter estado ali em outro momento e de muita gente me conhecer, se por um lado facilitava questões relativas à minha hospedagem e me lançava ao ambiente mais rarefeito da zona portuária, por outro fazia com que eu fosse introduzida nas mesmas redes classificatórias das mulheres locais, o que, inevitavelmente, dificultava o estabelecimento das relações necessárias a minha nova pesquisa. Por isso, algumas vezes me vi obrigada a ignorar todos os conhecimentos particulares ao Morro que eu havia adquirido desde 2008 e infringir certos códigos existentes ali, a fim de construir um novo lugar como pesquisadora. Nessa

dinâmica de tensões e enfrentamentos, deparei-me com algumas ondas de hostilidade, que em um primeiro momento aborreceram-me, mas depois me fizeram perceber que eu havia conseguido romper a posição classificatória em que me encontrava. Não foi um movimento simples e desconfio de que também não tenha sido sempre consciente.

Instigada pela necessidade de me recolocar como pesquisadora naquele ambiente, eu retornei algumas vezes ao armazém com a intenção de saber como vinham se desenrolando as relações entre os moradores da Ladeira do Pedro Antônio e a Prefeitura. Depois de alguma insistência de minha parte, fui informada de que na ocasião da retirada dos paralelepípedos, alguns vizinhos saíram à rua e um deles, acionando seus contatos pessoais, havia conseguido o telefone particular de um Secretário Municipal e este, por sua vez, havia entrado em contato com a Secretaria de Obras pedindo a resolução do caso. Os homens com quem conversei ainda me disseram que algumas horas depois do telefonema, por ordens superiores, os operários da obra recolocaram os paralelepípedos no lugar para que os carros dos moradores pudessem ser retirados. No mesmo dia, depois de resolvido o contratempo e apaziguado o mal-entendido, as obras foram retomadas e os paralelepípedos novamente retirados.

De acordo com meus interlocutores, o grande problema que se colocava à retirada dos paralelepípedos da Ladeira do Pedro Antônio não residia apenas na obstrução da passagem de moradores. Sendo o Morro da Conceição um lugar pequeno, aquela era uma das únicas vias de acesso de veículos existente. Assim, fechando-se a Ladeira do Pedro Antônio, sobrava apenas a Rua Major Daemon, localizada do lado oposto, com subida ainda mais longa e íngreme. O fechamento da rua sem aviso prévio trazia perturbação em muitos níveis, pois impedia, por exemplo, que as entregas de produtos de abastecimento dos bares localizados no alto do Morro fossem feitas de modo mais simples; impunha uma alteração de trajetos (tanto a pé, quanto de carro) aos próprios moradores; e, ainda, na opinião geral, dificultava o recebimento de socorro em caso de necessidade – ambulâncias para amparo da população

idosa e bombeiros para atendimento a possíveis focos de incêndios nas casas ali existentes, quase todas bem antigas.

Na continuação das conversas, os senhores reunidos nos bar discutiam sobre a atitude dos moradores da Ladeira do Pedro Antônio na resolução do conflito. Era inegável que o problema da retirada dos veículos havia sido resolvido com visível rapidez, no entanto, pairavam entre eles dúvidas quanto às conseqüências de se ter recorrido a outra secretaria municipal para pressionar aquela responsável pelas obras ali no Morro. Se era certo que os contatos pessoais do morador que acionou a outra secretaria tinham ajudado de modo prático, também era certo que *ajudas políticas nunca são desinteressadas*. Em um ano eleitoral como aquele, os meus interlocutores temiam pela chegada da *cobrança da conta*, segundo eles, quando os políticos envolvidos na resolução do caso aparecessem para pedir votos em seus candidatos.

De certo modo, eles não estavam errados. Alguns dias depois dessa conversa no bar, comentava-se pelo Morro que, a pedido do Secretário cuja intervenção havia solucionado o problema da Ladeira do Pedro Antônio, o coordenador da Vila Olímpica da Gamboa (VOG) faria uma palestra aos moradores do Morro. Construídas no início dos anos 2000, no mandato de César Maia, as Vilas Olímpicas tinham por objetivo funcionar como centros esportivos sintonizados às escolas municipais, com o intuito de oferecer atividades em tempo integral tanto aos alunos destas escolas, quanto às crianças e adolescentes moradores das proximidades de onde as Vilas estivessem construídas. Assim, a Vila Olímpica da Gamboa (VOG), como o nome diz, localizava-se nos limites do bairro da Gamboa, em frente a uma das entradas do Morro da Providência. Mas ali no Morro da Conceição as notícias sobre aquele espaço e sobre as atividades desenvolvidas nele eram poucas – com exceção da filha de uma moradora que praticava natação na VOG, nenhum outro morador se exercitava por lá.

Em um domingo de manhã, logo após a missa realizada na Igreja de Nossa Senhora da Conceição o morador da Ladeira do Pedro Antônio que havia acionado o Secretário Municipal convidou a todos os presentes a assistirem à palestra que estava por se iniciar, no salão contíguo à Igreja. Curiosos sobre os motivos da palestra, muitos dos que haviam participado da missa se dirigiram ao salão. Pouco depois, outros moradores também chegaram e logo o salão estava lotado. O coordenador da VOG, então, apresentou-se a todos, disse que havia muito planejava realizar uma visita institucional ao Morro da Conceição e que era um grande prazer estar ali. Confirmando os boatos circulados durante a semana, o coordenador, a quem chamaremos Henrique, disse que a antecipação de sua visita devia-se a um pedido feito por um Secretário Municipal com quem mantinha relações de amizade. Assim que Henrique completou sua frase, um antigo morador sentado mais ao fundo do salão exclamou: *ih, é coisa de política, vou-me embora*. E, sem hesitar nem desfarçar, levantou-se e saiu.

Percebendo a indisposição dos presentes para tratar de assuntos por eles caracterizados como *política*, Henrique, disse:

*Não importa qual é a preferência política de vocês, seus votos, seus candidatos. Não importa se é tempo de eleição, ou não. A comunidade tem que entender que se ela está unida, qualquer ação abusiva por parte do Estado pode ser denunciada. E, mais do que isso, as ações políticas da Vila Olímpica não estão associadas a nenhum partido específico. São ações institucionais, com o objetivo de angariar recursos para a realização de atividades, em uma espécie de parceria entre a comunidade e a Vila Olímpica. Mas não importa muito de onde vem o recurso. Se ele existe, então, pode ser usado e deve ser usado pelo cidadão e aqui, os cidadãos são vocês.*

Em seguida, Henrique pacientemente começou a explicar os trabalhos e projetos desenvolvidos pela VOG. Disse que existiam atividades esportivas voltadas para mulheres, homens, jovens e crianças, todas monitoradas por professores da rede municipal de educação. Além disso, existiam alguns projetos específicos, criados com recursos provenientes das parcerias feitas entre a Prefeitura e empresas privadas, que também poderiam interessar aos

moradores do Morro da Conceição. Disse ainda que, apesar de ter assumido a função de coordenador da VOG recentemente, havia percebido a pouca adesão dos moradores do Morro da Conceição aos projetos desenvolvidos. E, exatamente por isso, aceitara a proposta feita pelo Secretário Municipal de visitar o Morro para conhecer e divulgar a VOG.

Logo depois da exposição, Henrique abriu espaço para que os moradores manifestassem suas dúvidas acerca de tudo que ele havia dito. Uma das senhoras presentes iniciou, então, a sessão de perguntas. Educadamente, agradeceu a presença e a boa vontade do coordenador da VOG de estar ali e disse que, apesar dos projetos parecerem muito bons, sua dúvida era sobre como as crianças moradoras do Morro da Conceição fariam para chegar até a Vila Olímpica, pois a distância não era pequena e desde que as obras do Porto Maravilha tinham sido iniciadas, os relatos de assaltos e violências haviam crescido. Além disso, segundo ela, a Vila Olímpica localizava-se em uma região *mais perigosa*, pois estava *mais próxima ao Morro da Providência, uma favela*. Em sua visão, o ideal era que a VOG desenvolvesse, então, atividades esportivas e recreativas ali no Morro mesmo, onde havia um imenso campo de futebol praticamente não utilizado.

Por desconhecer a existência de tal campo, Henrique pediu para que ela explicasse do que se tratava. Neste momento, alguns moradores mais jovens pediram licença para explicar e a senhora consentiu. Disseram eles que o lugar chamava-se *Campo do Cocão* e que durante muitos anos havia sido palco de torneios importantes feitos pelos times de futebol da zona portuária. Segundo o rapaz que falava, a importância do campo era tanta que permeava *a memória de todos os moleques crescidos na zona portuária*, inclusive daqueles que nunca tinham participado de um torneio. *Todo mundo que cresceu aqui sabe o que foi o Campo do Cocão*, completou. No entanto, segundo o rapaz, desde a Ditadura Militar, a 5ª Divisão de Levantamento do Exército Brasileiro, localizada ali no Morro da Conceição, havia se

apropriado do campo, cercando-o e dificultando o acesso dos moradores, uma vez que para usarem o espaço, eles precisavam de um documento de autorização.

Surpreso com a história, Henrique perguntou se ninguém havia feito nada para impedir que aquilo acontecesse e recebeu como resposta um vago e profundo silêncio. Alguns minutos depois, ele disse que se os moradores se organizassem e participassem das atividades esportivas existentes na VOG, pelo menos teriam um histórico recente da necessidade de intervenções esportivas ali no Morro, o que, em algum momento, cristalizaria a discussão sobre o Campo do Cocão. Segundo ele, a época para organização era aquela: um ano de eleição, com obras de melhoramentos espalhadas pela região portuária toda e a proximidade da Copa do Mundo FIFA (2014) e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos (2016) não poderiam deixar o momento mais propício.

Percebendo que a resistência dos moradores em deixarem suas casas para se deslocarem até a VOG era grande, um morador sugeriu que o ideal era que se fizesse um *trabalho de sensibilização no Morro*. Concordando com a sugestão, Henrique se comprometeu a iniciar uma atividade por ali. Disse que não teria condições naquele momento de *provocar enfrentamentos com o Exército* para reutilizar o Campo do Cocão com aulas de futebol para as crianças, por exemplo, mas que levaria aquele caso para alguma das reuniões que a Porto Novo fazia no espaço da VOG. No tocante à atividade que ele pretendia realizar, dois fatores seriam decisivos para a escolha: quem participaria e onde ela poderia acontecer. Começando pelo espaço, algumas mulheres sugeriram que a atividade fosse feita na praça, mas a ideia logo foi rebatida com o argumento de que, por ser um espaço aberto, as aulas seriam prejudicadas em dias de chuva. Outras pessoas sugeriram que se fizesse, então, no Jardim do Valongo que naquela época encontrava-se em fase final de reforma e além de ser um espaço pouco visitado pelos próprios moradores, ainda tinha a Casa da Guarda, que poderia servir de abrigo em dias de chuva. Porém, um dos presentes lembrou que o acesso ao

Jardim do Valongo, com ladeiras e escadarias, impediria a participação de pessoas mais velhas. Depois de mais algumas sugestões, decidiu-se, por fim, que as atividades, a princípio, ocorreriam ali mesmo no salão da igreja.

A discussão sobre o tipo de esporte a se praticar, não foi menor do que a outra sobre o lugar onde a atividade aconteceria. Mas Henrique, sem poder oferecer muitas alternativas, pois a variação da faixa etária era grande e o espaço para o desenvolvimento da atividade pequeno, afirmou que, pelos próximos três meses, ofereceria aulas de *tai-chi-chuan*, atividade de menos impacto e que poderia contemplar mais pessoas. Embora sem entender bem sobre do que se tratava a atividade sugerida pelo coordenador da Vila Olímpica, os moradores se animaram com a ideia de que algum projeto, proposto a partir do diálogo, aconteceria por ali.

Na compreensão de meus interlocutores, *política* tinha a ver com um meio de acesso a recursos públicos, possibilitado exclusivamente pela ação de alguém especializado, este *o político*. O problema não estava no acesso aos recursos públicos, mas sim nas formas como isso se dava e das relações que se necessitava estabelecer com *o político*. Por isso, se nos detivéssemos, em um primeiro momento, na forma ou na atitude com que certos acontecimentos ou circunstâncias foram encarados – como, por exemplo, a chegada do coordenador da Vila Olímpica, ou a possibilidade os candidatos políticos aparecerem para pedir votos, ou a mudez diante do fato de o campo de futebol ter sido apropriado pelo Exército durante a Ditadura Militar – acreditaríamos estar diante de uma população apática e desprovida de qualquer consciência política, esta entendida no senso comum como a disposição de se cobrar, criticar e buscar soluções diante dos problemas enfrentados na vida em sociedade.

Para os moradores recentemente chegados ao Morro da Conceição também vigorava a mesma compreensão da falta de consciência política entre os *moradores mais antigos*<sup>61</sup>. Isso

---

<sup>61</sup> Cabe explicar que *moradores antigos* são aqueles que estão no Morro desde o seu nascimento – e que muitas vezes recorrem às gerações de que descendem para demarcar seu *tempo de Morro*, sua *permanência* no local –,

explicaria para eles, por exemplo, o fato de existir por ali uma Associação de Moradores sem representatividade e sem presença, uma organização que, segundo muitos, *só existia no nome e não representava ninguém*<sup>62</sup>. Foi por isso que durante a palestra com Henrique, o morador sugeriu que se fizesse um *trabalho de sensibilização no Morro*, pois, como vim a saber depois, em sua visão, os moradores mais antigos não eram conscientes nem da necessidade de atividades físicas, nem do quanto a ação de usar o espaço da VOG poderia muni-los futuramente junto à Prefeitura. Entre moradores recentes e moradores mais antigos, as compreensões divergentes acerca do que o senso comum denomina consciência política eram constantemente geradoras de conflitos colocados às relações de vizinhança, pois se incidiam também sobre as formas de habitar o Morro da Conceição.

As sinuosidades construídas entre as compreensões diziam respeito, por exemplo, ao esforço de caracterizar o estilo de vida existente no Morro da Conceição como algo diametralmente oposto ao que se passava no Morro da Providência. É o que se percebe na fala da senhora que durante a palestra de Henrique colocou aos demais as dúvidas relativas ao fato de a Vila Olímpica estar localizada nas proximidades do Morro da Providência, uma *favela*. Na sua concepção, tal proximidade constituía-se condição suficiente para que a região fosse caracterizada como *perigosa*. Sua fala marcava a distância simbólica existente entre os dois morros, muito mais simbólica, inclusive, do que propriamente física, dado que estão ambos

---

mas também são aqueles que chegaram por ali e, compreendendo as dinâmicas culturais locais, comportam-se da mesma maneira que os primeiros, explicitando como *tempo* não tem a ver com duração, assim como *permanência* não diz respeito à continuidade. *Moradores mais novos* são os chegados recentemente, alguns trazidos pelo impulso da revitalização, outros pela estética pitoresca do lugar, ou, ainda, movidos por um certo encantamento com as cadeiras nas calçadas e outros “detalhes da vida local”, como se a isto coubesse o atributo do *tradicional*. Tais questões serão mais bem explicitadas ao longo deste capítulo.

<sup>62</sup> As questões que envolviam a Associação de Moradores e Amigos do Morro da Conceição são bastante complexas e como, em partes, já foram analisadas em minha dissertação de mestrado (COSTA, 2010), não serão pormenorizadas neste trabalho. Cumpre dizer, entretanto, que, de modo geral, a Associação era presidida por uma mesma pessoa havia muitos anos e, em consenso, os moradores afirmavam não tê-la escolhido – em votação – em nenhum momento. Da mesma forma, diziam desconhecer o que constava no estatuto daquela organização, por isso afirmavam que não eram representados nem pela organização, nem por sua presidente, que, em quase todas as situações públicas, era tratada com ressalvas e evitações, postura típica para a indicação da existência de conflitos no contexto em questão.

localizados na mesma zona portuária, separados pelo espaço de algumas ruas<sup>63</sup>. Para mais, na aceção em que ela empregava as palavras naquele contexto, havia em sua fala a marcação do *perigo* inerente à *favela* – não posso afirmar se por efeitos dos estímulos da mídia, que correntemente noticia a favela como espaço de violência, ou se como elaboração de experiências vivenciadas na região – e aquela marcação trazia em si uma diferenciação profunda entre formas de habitar a região portuária, aquelas válidas para o Morro da Conceição e as do Morro da Providência. Diferenças que também se reproduziam no âmbito da convivência mais próxima estabelecida entre moradores do próprio Morro da Conceição.

Tais diferenças ligavam-se intimamente com o que caracterizarei como “constituição política” própria ao Morro da Conceição, entendida como a maneira pela qual as relações de poder são compreendidas a partir dos usos que lhe são dados feitos em situações determinadas, e com isso adquirindo significados diferenciais para os moradores locais (senão para todos, ao menos para os mais antigos). Ao longo de todo o histórico de ocupação e desenvolvimento da zona portuária até os dias de hoje, além de ter sido palco de uma trama de acontecimentos históricos coincidentes com a história oficial do país, a região também serviu a consideráveis intervenções públicas (mesmo que feitas com capital privado), em partes destinadas a reconfigurar determinadas localidades ali existentes<sup>64</sup>, em partes destinadas a garantir maior fluidez ao funcionamento da cidade como um todo<sup>65</sup>. Independente de como fosse, todas essas formas de presença do Estado naquela área foram sentidas como

---

<sup>63</sup> A Rua Camerino (ver mapa 2) separa o Morro da Conceição do Morro do Livramento. Como o Morro do Livramento e o Morro da Providência ocupam o mesmo maciço e estão interligados, não seria de todo errado se disséssemos que o Morro da Providência e o Morro da Conceição estão separados pela distância de uma única rua. Contudo, as classificações utilizadas pelos moradores para diferenciar limites e localidades da região são outras e eu opto por segui-las.

<sup>64</sup> Como os remodelamentos que ora atingiam apenas o Morro da Providência, como o Projeto Favela-Bairro (feito para integrar a favela à cidade, nos anos 1990); ora atingiam apenas o Morro da Conceição, como o ProRio (criado com o objetivo de recuperar e valorizar o patrimônio urbanístico, paisagístico e arquitetônico, em 1998); ora se voltavam para as “áreas baixas” da região, isto é, externas aos morros, ou, ainda, para o próprio porto. Entre 1983 e 2001, Clarissa Moreira (2004) levantou sete projetos elaborados para a transformação do porto, ou da área portuária como um todo. Mais detalhes, ver: MOREIRA, C. C 2004. **A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro**. São Paulo: Ed. UNESP.

<sup>65</sup> Como o já extinto Elevado da Perimetral, por exemplo, feito nos anos de 1950, com o objetivo de conectar a zona norte à zona sul da cidade, ele se estendia pela zona portuária inteira, alterando a paisagem local e as relações com lugar estabelecidas pelos moradores.

impulsionadoras de um intrincado movimento de especulação econômica, social e cultural ao longo dos anos.

Talvez pela precariedade das condições de infraestrutura somada às questões étnicas – quadro repetitivo desde Canudos, quando as esquivas do Ministério de Guerra impeliram o início das construções “desordenadas” da favela, e desde a Revolta da Vacina, quando o Estado, mais uma vez, se voltou a essa mesma população pobre, em sua maioria negra, encortçada e favelizada – o Morro da Providência viu-se exposto a muito mais embates com as esferas pública e política do que o Morro da Conceição, o que configurou para o primeiro um modo de habitar a região portuária pautado na disputa e no enfrentamento incisivo ao Estado, bem como na aceitação de certas intermediações e favores políticos para garantir o acesso a direitos, bens e serviços públicos que não se conseguiria de outra forma. Em seu artigo “Antropologia e Política” (2007)<sup>66</sup>, para explicar sobre a conformação de certas redes de favorecimento necessárias para se garantir acessos a bens públicos, Karina Kuschnir escreve:

“As pessoas que participam dessas redes, seja como eleitores, seja como políticos, nunca concordariam com os acadêmicos que consideram suas ações um mero “clientelismo”. Do ponto de vista “nativo”, os políticos não estão “privatizando bens públicos” (para usar uma definição clássica de clientelismo); ao contrário, os políticos estão *dando acesso* a bens e serviços públicos a pessoas que não os teriam de outra forma. Nesse contexto, a palavra “público” não significa “recursos que pertencem a todos”, mas “recursos monopolizados pelas elites políticas e econômicas”. Ou seja, pessoas “ordinárias” – de estratos inferiores da sociedade – não participariam dessa definição de “público”. Por isso mesmo, o acesso às fontes públicas de bens e serviços precisa ser intermediado pelo político e é visto como um bem extraordinário, “que não tem preço”” (p.164-165).

O Morro da Conceição, por sua colonização europeia e por um conjunto de fatores, como ter uma população com poder aquisitivo mais alto, ser composto majoritariamente por

---

<sup>66</sup> KUSCHNIR, Karina. 2007. “Antropologia e Política”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.22, no.64, p.163-167.

brancos, ser uma pequena colina, se comparado às proporções do Morro da Providência – e ter sido escondido pelas construções de grandes prédios do centro da cidade e da região da Praça Mauá – acabou sendo de certo modo “esquecido” pelos órgãos públicos. Um esquecimento que, diga-se, não deixou de sinalizar os contornos e consistências destas esferas públicas, ao mesmo tempo em que se tornou favorável ao fortalecimento das relações de sociabilidade que cercam “o poder como negativo, *para prevenir sua separação do corpo social*”, como escreveu Bento Prado Jr., em seu Prefácio ao livro de Pierre Clastres<sup>67</sup>. E se não é propriamente de uma sociedade *contra o Estado*, nem de uma sociedade *sem Estado*, nos sentidos apresentado por Clastres, que se trata, resta dizer que o Morro da Conceição, possivelmente, se configure como, (para continuar com as aproximações terminológicas), uma sociedade que modula de um modo muito particular o poder que se encontra imiscuído em suas relações sociais.

Esta modulação parte do conflito proveniente das relações de poder de que é feita, para chegar à sociabilidade. Em estado de conflito, os moradores do Morro da Conceição, que carregam consigo o *tempo de Morro* como medidor de sua permanência, manifestam-se por meio de um profundo silêncio entremeado por códigos de evitação a tudo que lhes seja estranho e possa ser aproximado de uma concepção trivial de política, ou consciência política. Interessa-lhes muito mais suas próprias concepções, mesmo que desagradem a quem chegue de fora desavisadamente. Sua constituição política não se exalta, nem ecoa, para fora dos limites do próprio Morro, com suas relações de vizinhança azeitadas em boatos e fofocas, nem tampouco desconhece a essência da realidade que a ultrapassa e engloba.

---

<sup>67</sup> PRADO JR., Bento. 2004. “Prefácio”. In: CLASTRES, P. **Arqueologia da Violência: pesquisa de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify.

## 2.2 – NOS CORPOS

Foi a pedido de Henrique que eu me dispus a convidar os moradores a quem conhecia para as aulas de *tai-chi-chuan* que começariam na semana seguinte à palestra. Eu havia lhe contado rapidamente sobre a pesquisa que estava começando a desenvolver por ali, quase como uma continuação de outra, feita anos antes. Além de deixar comigo um pacote com fichas de inscrição que deveriam ser preenchidas por aqueles que desejassem participar da atividade no Morro, ou das outras que aconteciam na Vila Olímpica, Henrique convidou-me a ir conhecer os projetos e as pessoas que estavam começando a circular por lá. Prometi que assim o faria tão logo tivesse conseguido entregar as fichas aos moradores que eu conhecia. Para entregar as fichas, durante alguns dias, sentei-me no armazém da Jogo da Bola esperando que as pessoas aparecessem interessadas na atividade. Pensei, a princípio, em deixar o envelope lá com um aviso, o que me liberaria de ter de explicar a cada um aquilo de que se tratava naquele papel. No entanto, uma vez que o envelope poderia ser jogado fora por alguém que não entendesse sua função, um certo medo de perder papéis importantes fez com que eu ponderasse que o melhor a fazer era ficar por ali uns dias até que a curiosidade inicial tivesse se transformado em inscrições de futuros alunos das atividades da Vila Olímpica da Gamboa.

Eu não perdia mais do que duas horas do dia sentada ali, vendo o movimento da rua e esperando que as pessoas aparecessem para saber sobre o início das aulas. No começo, ia para o armazém no período da manhã, mas sendo este um horário de pouco fluxo de moradores, eu não conseguia completar muitas inscrições. Passei, então, a ir ao armazém pela manhã e ao cair da tarde, pois assim conseguia encontrar um número maior de moradores. Além disso, ocasionalmente, em vez de ficar no armazém da Jogo da Bola, eu me dirigia ao bar da Ladeira João Homem, com a intenção de comunicar a maior número de moradores a novidade. Aos

poucos as fichas foram acabando. As pessoas, às vezes, passavam por mim apenas para recolher um exemplar a mais para um parente que saía pouco de casa, ou que não ia aos bares. Tratava-se de uma ficha simples, feita em folha sulfite, com espaços para se preencher o nome, endereço, telefone, filiação, data de nascimento e histórico de atividades físicas desenvolvidas nos últimos anos. Com frequência, perguntavam-me se eu estava trabalhando para a VOG e ao receberem minha resposta negativa, perguntavam se eu sabia, ainda assim, do que se tratava aquele projeto e aquela atividade.

Eu explicava que não era exatamente um projeto, mas sim um experimento de trazer a já conhecida Vila Olímpica da região para os moradores do Morro da Conceição, como uma forma de incentivar a prática de atividades físicas. Em seguida, questionavam-me se o tal experimento era também feito no Morro da Providência – curiosidade cujo objetivo era verificar a exclusividade do intento. E como eu dizia desconhecer tais pormenores, logo, meus interlocutores agradeciam pelos esclarecimentos e partiam, deixando-me sozinha no bar onde eu me encontrava. Certa vez, fui advertida pelo morador que havia se recusado a participar da palestra, e que se recusou também a participar das aulas, que era preciso fazer chegar aquela ficha até as mulheres de mais idade moradoras do Morro. Dei-me conta, então, de que desde a minha chegada eu já não encontrava circulando pelas ruas locais as mulheres com quem eu havia trabalhado durante o mestrado e com quem havia construído, na época, estreitas relações. Eu as tinha procurado para avisar de meu retorno ao Morro, mas as atribuições provenientes da minha readaptação àquele contexto impediram que eu as visitasse como antes.

Depois desse alerta que me fora dado pelo senhor, observei que mesmo as reuniões que estas mulheres faziam semanalmente no salão da Igreja para conversar, bordar e produzir a Procissão de Nossa Senhora da Conceição haviam cessado. Naquele mesmo dia, algumas horas depois, caminhei pela Rua do Jogo da Bola até a casa de uma daquelas matriarcas

locais. Encontrei-a abatida, sentada na sala de sua casa, assistindo a um telejornal. Visivelmente feliz pela minha inesperada visita, disse-me Lúcia que não se sentia bem de saúde fazia algum tempo. Atribuindo seus problemas à idade, disse-me que já não tinha energia para subir e descer a ladeira todos os dias, como fazia antes e, por isso não mais saía para se encontrar com as outras mulheres, suas amigas, *nos chás da tarde no salão da Igreja* – momentos em que se discutia a organização da festa e da procissão em homenagem à Nossa Senhora da Conceição. Perguntei-lhe, então, se os encontros ainda aconteciam, pois até aquele dia eu quase não havia visto o salão aberto. Falando com certo esforço por conta de crises de falta de ar, Lúcia me disse que uma das primeiras obras iniciadas no Morro havia sido a reforma da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, o que implicou a retirada dos santos e imagens da capela e a alocação provisória de todos estes materiais no salão contíguo, impossibilitando, assim, que as costumeiras reuniões acontecessem. *Era muita poeira, muita sujeira, não dava mais para ficar ali confortavelmente*, explicou.

Fez-se então entre nós um silêncio breve, mas intenso – pausa para que minha interlocutora conseguisse recuperar o fôlego e continuar nossa conversa. Pensei em deixá-la descansar, mas quando fiz menção de partir, ela segurou minhas mãos pedindo que não me apressasse em sair. Lúcia estava incomodada com suas crises de falta de ar e pediu-me repetidas desculpas pela fragilidade em que se encontrava. Eu lhe disse que não eram necessárias as desculpas, pois compreendia seu estado de saúde e desejava que se recuperasse logo. Ela, reflexiva, então me disse que retornaria ao médico na semana seguinte, atividade já não tão simples de se realizar não só por causa de suas debilidades físicas:

*Ao mesmo tempo em que eu fico feliz por ir ao médico, pois espero que ele me receite algum remédio que diminua a angústia que me dá a falta de ar, eu também fico muito estressada pensando na dificuldade que é sair de casa por causa dessas obras. O carro da sobrinha que vem me buscar não pode mais subir, nem descer pela Pedro Antônio, que era o caminho mais fácil que tínhamos. Agora, eu sou obrigada a contar com a ajuda do meu marido para descer pela Pedra do Sal, onde ela costuma*

*parar para me esperar. Essas obras são um transtorno e eu não vejo melhora nenhuma, a Igreja só foi concluída depois que um vizinho se comprometeu a restaurar os santos e as imagens. E o telhado da Igreja, que precisava de reforço, você viu o que eles fizeram? Cobriram com zinco as telhas antigas do lado de fora e, em vez de consertar a estrutura de madeira pelo lado de dentro, colocaram um revestimento de plástico no teto. Ficou horrível e parece que eles não consertaram nada, só esconderam! E isso é que eles são o patrimônio, hein?! [...]*

Até aquele instante, eu não havia reparado com atenção nas obras feitas na pequena igreja localizada na Rua do Jogo da Bola mas Lúcia não só observara os desdobramentos daquelas obras, como fora diretamente impactada por elas. Por causa da reforma da capela, minha interlocutora vira-se impedida de se reunir com suas amigas e vizinhas, diminuía seus passeios pela rua, fechava-se mais ao ambiente doméstico e acompanhara, com algum pesar, as transformações de uma tradição à qual estava habituada: na impossibilidade de se reunirem para organizar a festa e a procissão de Nossa Senhora da Conceição, Lúcia e as outras mulheres, suas vizinhas, acabaram transferindo tal responsabilidade à sobrinha de uma das antigas integrantes do grupo. A escolha da nova responsável pela festa não foi aleatória. Como a igreja de Nossa Senhora da Conceição trata-se de uma *Devoção Particular*<sup>68</sup>, a incumbência de continuar a preparação dos ritos de celebração da santa padroeira foi transferida a uma pessoa da mesma família atualmente responsável pelos cuidados da capela. Apesar das inúmeras qualidades da nova organizadora do festejo, havia entre as antigas organizadoras um sentimento de perda e impotência. As obras pareciam adiantar o envelhecimento delas, curvando seus corpos e confinando-as cada vez mais ao ambiente da casa.

---

<sup>68</sup> A fundação da *Devoção Particular* a Nossa Senhora da Conceição por famílias de comerciantes portugueses data de 1892 e em 1895 teve início a construção da capela localizada na Rua do Jogo da Bola. Entre os anos de 2009 e 2010, a Festa de Nossa Senhora da Conceição foi inventariada como patrimônio imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio de Janeiro (IPHAN-RJ). Os detalhes e desdobramentos deste projeto foram analisados pela historiadora Mayra Vaz Carneiro, em sua dissertação de mestrado: CARNEIRO, M. V. 2015. *Telhado de Vidro: uma reflexão sobre o processo de inventário do IPHAN-RJ a partir do caso da Festa de Nossa Senhora da Conceição – RJ*. Dissertação de Mestrado. CPDOC. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro.

Como eu desconhecia o fato de que a obra da igreja tinha sido proposta pelo IPHAN e mencionei que talvez o instituto tivesse seguido diretrizes específicas na condução da reforma, Lúcia rebateu dizendo não acreditar em boas intenções vindas do Estado, nem mesmo no que dizia respeito à conservação do patrimônio. Após uma nova crise de falta de ar de minha interlocutora, despedi-me e saí. No dia seguinte, Lúcia me ligou para dizer que por causa de suas crises respiratórias havia se esquecido de me dizer que uma das pesquisadoras que trabalhara para o IPHAN havia se mudado recentemente para o Morro. Sem muitas delongas, passou-me o telefone da moça e antes que eu agradecesse pela gentileza, ela disse: *Não tem escapatória, essas obras ainda vão nos matar, ou de raiva pela sujeira e pelo barulho que provocam, ou de confinamento, pois com tantos buracos nas ruas, já não temos como sair de casa.*

Já havia algum tempo, as mulheres que organizavam a Festa de Nossa Senhora da Conceição desejavam realizar uma obra na capela, principalmente para conserto do telhado e reparos na parte elétrica. O interesse do IPHAN pela região não era algo novo<sup>69</sup> e, no início de 2009, quando representantes do órgão reapareceram na região com interesse de inventariar a referida Festa – o que supõe e significa relevância ao interesse público e atribuição de valor histórico, religioso e cultural para o Rio de Janeiro e o Brasil (cf. CARNEIRO, 2015: p.49), aquelas senhoras unidas a alguns outros moradores viram na aproximação uma via para a realização da desejada reforma. Mayra Vaz Carneiro reforça em seu trabalho que: “É interessante notar que a justificativa para realização do inventário da festa confunde a própria celebração com o local onde a mesma é realizada: o Morro da Conceição” (p.49) – confusão que, diga-se de passagem, não estava só no projeto do inventário do IPHAN, mas também na

---

<sup>69</sup> Em 1938, quatro bens situados no Morro da Conceição foram tombados pelo IPHAN: A Fortaleza da Conceição, o Palácio Episcopal contíguo a ela (as duas construções abrigam atualmente a 5ª Divisão de Levantamento do Exército Brasileiro, sede do Serviço Geográfico), a Igreja de São Francisco da Penitência (e seu acervo) e o Jardim e Morro do Valongo (pelo conjunto arquitetônico e urbanístico). Com exceção feita ao Jardim do Valongo, construído em 1906, todos os outros bens foram tombados como referência arquitetônica à colonização portuguesa (cf. CARNEIRO, 2015).

compreensão difundida entre os moradores. Pelo fato de nem a igreja, nem o Morro serem de fato tombados como patrimônio, o investimento financeiro por parte do IPHAN para a reforma da capela acabou se dando a partir de um “contorno extraoficial”<sup>70</sup>, que se por um lado adiantou o processo da reforma, por outro não se deu de modo satisfatório, como pode-se perceber na fala de Lúcia:

*“[...] Cobriram com zinco as telhas antigas do lado de fora e, em vez de consertar a estrutura de madeira pelo lado de dentro, colocaram um revestimento de plástico no teto. Ficou horrível e parece que eles não consertaram nada, só esconderam! E isso é que eles são o patrimônio, hein?! [...]”.*

Além disso, a extraoficialidade da obra ainda trouxe alguns agravantes, como o fato de não se poder exigir o restauro das telhas (no lugar da colocação de uma cobertura sobreposta a elas), nem a substituição da estrutura de madeira do telhado. CARNEIRO (Op.cit: p. 121) ainda narra que ao logo da reforma alguns operários quebraram um vitral da capela, prejuízo que acabou sendo pago pela família responsável pelos cuidados com a igreja, pois mudanças na Superintendência do IPHAN-RJ, somadas à ausência de um documento oficial de registro da obra impediram que os moradores requeressem o conserto ao Instituto. Por ter sido iniciada no mesmo momento em que entrava em vigor o Projeto Porto Maravilha, as obras da igreja por diversas vezes foram confundidas com obras da revitalização, fazendo com que os projetos do IPHAN e os da Prefeitura fossem vistos como uma coisa só, cuja interferência, apesar de às vezes necessária, não era sensível às especificidades locais, nem às múltiplas compreensões existentes sobre o local e seus usos simbólicos.

Com as palavras de Lúcia na cabeça, organizei as fichas de inscrição da Vila Olímpica e fui ao armazém esperar que mais algum morador aparecesse para buscá-las. Lá chegando encontrei, como de costume, um grupo de senhores debruçados em volta do tabuleiro de Aliado. Sem se preocuparem com a minha presença, eles se exaltavam absortos em suas peças

---

<sup>70</sup> Os pormenores desse processo podem ser conferidos na dissertação de Mayra Vaz Carneiro (2015), Op.cit.

e jogadas. Tentei me aproximar para entender como funcionava o jogo, mas eles se encostavam uns nos outros, formando quase que uma barreira humana, que me impedia de ver o tabuleiro. Sentei-me, então, a um canto do bar e fiquei observando os recados colados no mural de avisos. Entre os informes da igreja, os telefones de taxistas e os dos entregadores de gás, vi pendurado um jornal com os informativos da Concessionária Porto Novo. Ao me ver lendo as notícias do pequeno jornal, o dono do bar indicou-me uma pilha com outros exemplares que ali estavam para distribuição e quando me levantei para buscar, ele disse que, segundo tinha ouvido, na semana seguinte as obras da rua seriam iniciadas. Então, os outros homens presentes no bar abandonaram momentaneamente o tabuleiro para conjecturar sobre a informação. Seria mesmo verdade que as obras começariam por ali? Quem teria espalhado aquela notícia? Como as obras daquela rua poderiam ser iniciadas se as da Ladeira do Pedro Antônio ainda não tinham sido concluídas? Mais enfaticamente, um dos senhores refletiu:

*É um absurdo que a gente não saiba se essa notícia é verdadeira ou não! Com a Ladeira do Pedro Antônio interditada, se iniciarem as obras aqui, ficaremos completamente trancados nesse espaço. Se alguém passar mal, como é que a gente vai chamar socorro? Quanto tempo será que essas obras vão durar? Vocês ficaram sabendo que a Dona Luísa da Pedro Antônio caiu em um buraco e quebrou a perna? Agora vejam, uma senhora daquela idade ter a perna quebrada é quase que um decreto de que ela nunca mais vai andar!*

Eu comentei, então, que talvez a confirmação da notícia estivesse na Folha da Porto Novo, o boletim distribuído com o objetivo de informar sobre o que acontecia na região naquela movimentação das obras. Cada um deles pegou um exemplar do jornal e, juntos, procuramos por qualquer nota que informasse sobre as obras na Rua do Jogo da Bola. O boletim dizia sobre a renovação do sistema viário da região portuária, sobre as rotas alternativas por onde os cidadãos deveriam seguir durante as obras, sobre os túneis que seriam

construídos para desafogar o trânsito, sobre a remoção do Elevado da Perimetral que se aproximava, sobre o projeto da Concessionária de preservar as áreas verdes já existentes no entorno e criar outras, sobre os cursos gratuitos e ações sociais que estavam sendo oferecidos no Morro do Pinto, localizado nos arredores, mas não trazia nenhuma nota sobre as possíveis obras da Rua do Jogo da Bola.

O dono do bar lembrou-nos, então, que não era papel da Concessionária informar sobre as obras que aconteciam no Morro da Conceição, pois a responsabilidade por aquela fase do projeto era da própria Prefeitura. Desta forma, caberia à Secretaria Municipal de Obras fornecer as informações corretas sobre o assunto. Um outro senhor, mais exaltado, esbravejou que se a Concessionária trabalhava em parceria com a Prefeitura, como compete a uma PPP<sup>71</sup>, então, não custaria que ela informasse em seu boletim sobre como se desenvolveriam as obras naquele momento. Passadas mais algumas reclamações, o assunto foi encerrado e os homens voltaram a discutir sobre as jogadas no tabuleiro.

Ao perceber que ninguém havia aparecido para buscar novas fichas de inscrição para as atividades da Vila Olímpica, refleti que já era hora de entregá-las ao coordenador. Antes, porém, resolvi fazer uma contagem de quantos eram os inscritos e de quais regiões do Morro eles vinham. Percebi, então, que quase todos os moradores listados eram ou da Rua do Jogo da Bola, ou da Ladeira do João Homem. Da Ladeira do Pedro Antônio, a única ficha preenchida era a do morador que acionara seus contatos pessoais para solucionar o problema dos carros estacionados na ocasião do início das obras. Não havia nenhum morador proveniente das outras tantas ruas, escadas, ladeiras e becos. Àquela altura, a segregação existente entre os moradores de cada parte do Morro da Conceição instigava-me muito mais do que quando realizei meu campo de mestrado. Decidida a investigar o que se passava, caminhei até a Ladeira do Pedro Antônio. Embora cada uma das ruas do Morro tenham uma

---

<sup>71</sup> PPP é a sigla de Parceria Público-Privada, um acordo que, como o nome diz, uniu em parceria a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Concessionária Porto Novo para a realização das obras de remodelação urbana da região portuária. Para outras informações, ver: <http://www.portonovosa.com/pt-br/sobre-a-concessionaria>

forma específica de ser, a Ladeira do Pedro Antônio sempre me chamou mais atenção, talvez pelo fato de eu ter morado por ali durante boa parte do campo do mestrado. Íngreme e pouco sinuosa, é uma rua composta por casas de arquitetura mais simples em relação às encontradas na Jogo da Bola e na João Homem, algumas com fachadas datadas do final do século XIX.

**Foto 6** – Fachada de 1892, no início da Ladeira do Pedro Antônio



Crédito: Norton Tavares.

Por ser uma rua de passagem de veículos, a movimentação é constante, principalmente durante a semana, pois muitos trabalhadores do centro da cidade optam por estacionar seus carros ali, como forma fugir das taxas cobradas pelos estacionamentos particulares e, ainda assim, estarem em um local *reconhecidamente seguro*. Por vislumbrarem nos carros estacionados uma fonte de ganhos, os homens de uma família cuja casa se localiza na intersecção entre a Ladeira do Pedro Antônio e a Rua do Jogo da Bola, oferecem-se diariamente como guardadores de veículos. Nessa função, algumas vezes se ocupam lavando os carros estacionados e, eventualmente, travam contratos com os estacionamentos particulares do centro para que estes, ao atingirem a lotação máxima permitida, encaminhem o excedente para ser guardado ali – o que faz com que, em certas horas do dia, rua e calçadas

estejam apinhadas de veículos. Na parte mais alta da rua está localizado o Observatório do Valongo, instituto que abriga o curso de Astronomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sua presença dinamiza ainda mais a vida da Pedro Antônio, com o vai-e-vem de estudantes e professores. Na lateral do Observatório do Valongo localiza-se o caminho que dará acesso ao Jardim Suspenso de mesmo nome, construído na administração do prefeito Pereira Passos, em 1906, e atualmente um dos focos das obras de remodelação.

**Foto 7** – Ladeira do Pedro Antônio



**Foto 8** – Caminho do Jardim do Valongo



Créditos: Norton Tavares

**Foto 9** – Jardim Suspenso do Valongo



Crédito: Bruno de Lima.

Entre suas especificidades, a Ladeira do Pedro Antônio carrega ainda um forte sotaque português e, em relação ao restante do Morro, é a rua com maior número de casas

administradas por mulheres. Quando bati à porta de Dona Luísa, ela mesma apareceu para me atender. Amparada por uma bengala e caminhando lentamente, Dona Luísa recebeu-me com surpresa e, assim que nos cumprimentamos, pude lhe explicar que eu havia retornado ao Morro para uma nova pesquisa. Olhando da varanda de sua casa para a rua, ela reclamava das obras: *Não passa um único dia sem que eu tente manter a casa limpa, mas é impossível, a poeira que sobe dessas obras entram em todas as frestas. Na minha idade já não consigo ter a mesma agilidade de antes.* E apontando para a bengala, completou: *Eu já passo dos 80 e dia desses ainda caí num buraco aí da rua. É uma dor insuportável (...).* Dona Luísa tinha vindo de Portugal aos 16 anos. Acompanhada dos pais e irmãos, estabeleceram-se todos em um casarão na Rua do Escorrega, no Morro da Conceição, com a ajuda de um parente que já estava no Brasil. Ainda menina, aprendera com a mãe o ofício que tantas vezes lhe valera o sustento: a costura. Trabalhava por conta própria quando conheceu o futuro marido, um brasileiro, filho de portugueses, também morador da região portuária. Depois de casada, mudara-se para a Ladeira do Pedro Antônio, onde eles adquiriram um terreno e construíram uma casa espaçosa. Com a chegada dos filhos, Dona Luísa montou uma pequena empresa de costura, que a fazia circular com frequência pela região do SAARA<sup>72</sup> em busca de linhas e tecidos. Com a morte do marido, desfez-se da empresa e passou a costurar informalmente, apenas como passatempo. Eventualmente, costurava para amigos e vizinhos mais próximos, em ocasiões especiais – fez questão, por exemplo, de costurar os enxovais das netas e das afilhadas quando elas se casaram e, mais recentemente, ocupou-se da finalização das roupas dos primeiros bisnetos:

*Foi quando eu resolvi sair para ir buscar uma linha para finalizar a roupinha da minha última bisneta que eu caí nesse buraco que está aí na calçada da ladeira. Eu já quase*

---

<sup>72</sup> SAARA é a sigla dada à Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega que, como o nome diz, trata-se de uma associação formada pelos comerciantes que atuam nas proximidades da Rua da Alfândega, no centro do Rio de Janeiro. A vertente comercial desenvolvida na região data do início do século XX, quando imigrantes mulçumanos e judeus se instalaram nos casarões ali existentes. Para maiores informações, ver: <http://www.saario.com.br/historia.htm>

*não saio de casa e quando saio, me machuco. Agora já não sei se um dia voltarei a andar sozinha pelo centro. Os ossos dos velhos demoram a colar. Eu estou velha, meus ossos também. Talvez eu nunca mais consiga ir até o SAARA comprar linhas<sup>73</sup> ... É assim mesmo, a gente envelhece e vai ficando trancado dentro de casa, às vezes por querer, às vezes por que forçam a gente a isso.*

**Foto 10** – Rua do Jogo da Bola em obras/ junho de 2012.



Crédito: Flávia Carolina da Costa

Na continuidade de nossas conversas, comentei com Dona Luísa sobre as aulas de *tai-chi-chuan* que seriam oferecidas pela Vila Olímpica da Gamboa ali no Morro. Ela se animou com a possibilidade de sair de casa de vez em quando e logo me perguntou se eu sabia quais eram os procedimentos para a inscrição. Ofereci a ela uma das fichas que estavam comigo, mas antes de me entregar a ficha completa, minha interlocutora ponderou sobre seu estado de saúde e sobre a dificuldade que teria de chegar até a Rua do Jogo da Bola para as atividades. Curiosa, Dona Luísa perguntou-me se mais alguma vizinha da Pedro Antônio tinha se inscrito nas aulas, pois dependendo de como fosse, elas poderiam ir juntas. Eu respondi que até aquela

<sup>73</sup> Apesar de se tratar de uma “associação comercial”, um substantivo feminino que, portanto, merece ser designado pelo artigo definido feminino “a”, meus interlocutores frequentemente se referem “ao SAARA”, em uma alusão ao mercado de compras e não à associação e, mais uma vez, eu opto por segui-los.

instante apenas ela e o senhor que intercedera no problema da retirada dos paralelepípedos tinham se interessado pela atividade. Ela avaliou que a pouca adesão dos outros moradores se devia ao desconhecimento e, em seu ritmo, levantou-se, amparou-se em sua bengala e saiu até a varanda que dava acesso à rua. Eu a acompanhei em silêncio. Já do lado de fora da casa, Dona Luísa começou a chamar pelas vizinhas das casas mais próximas à sua e a anunciar a novidade que aconteceria em breve no Morro. Não demorou muito para que todas as fichas que estavam comigo fossem preenchidas e Dona Luísa encontrasse uma amiga que a acompanhasse até o local da futura atividade.

Como eu já havia constatado desde o mestrado, a interação entre os moradores do Morro restringia-se, de certa maneira, às ruas em que moravam. Assim, moradores da Rua do Jogo da Bola reuniam-se com mais frequência entre si e usavam a rua de sua residência como espaço de socialização. O mesmo acontecia para as outras ruas e ladeiras locais. As missas na igreja, algumas festas e os bares criavam os momentos de exceção, em que as interações se construía de modo mais abrangente. Todavia, apesar da visível segregação existente, era comum que as fofocas e as notícias (de nascimento, óbito, casamento e doença) circulassem de maneira mais generalizada por todas as localidades. Curiosamente, as obras e seus desdobramentos, quase sempre considerados incômodos, também passaram a ter o mesmo potencial de circulação e agrupamento entre os moradores, na medida em que, independente de qual fosse o lugar preciso, mobilizavam a vida de todos, ao impor alterações nos trajetos e nos cuidados, além de trazerem consigo uma exterioridade incontornável, perceptível pela presença dos trabalhadores, dos maquinários de perfuração das ruas, pelo barulho e pela sujeira.

O estado de saúde de Lúcia e de Dona Luísa, assim como a tensão instaurada entre outros moradores com quem convivi, de que não se podia adoecer durante as obras no Morro, pois não haveria como conseguir socorro rápido, trouxeram-me a reflexão de que o projeto de

revitalização empreendido pela prefeitura de Eduardo Paes e aquele, do início do século XX, arquitetado pela prefeitura de Pereira Passos guardavam similaridades muito mais profundas do que a delimitação geográfica. Se havia entre os moradores da área central do Rio de Janeiro de 1904 um posicionamento contrário às determinações de expulsão das camadas populares da área central da cidade e uma aversão às medidas sanitárias representadas pela vacina, é preciso que se diga mais uma vez, que tal aversão não se caracterizava unicamente contra uma política de Estado invasiva. Sidney Chalhoub (1996) e Henrique Cukierman (2007) reforçam a ideia com a qual eu tendo a concordar de que as divergências sobre como as classes populares e o Estado entendiam o significado de corpo, de saúde e de doença apontavam para uma multiplicidade que precisa ser considerada e recuperada:

“Uma multiplicidade é uma agregação que estabelece continuamente à base das singularidades heterogêneas que perfazem, ao mesmo tempo, tanto os atributos de continuidade do coletivo quanto os atributos de localidade e especificidade que caracterizam a heterogeneidade” (CUKIERMAN, 2007: 296).

De um lado, estava o Estado com a medida sanitária da vacina, de outro, estavam as condições precárias de sobrevivência e os surtos de varíola, no meio, sobrevivendo, estavam os corpos marcados pela doença e pelo Estado, com cicatrizes deixadas pelas duas intervenções, congregando duas visões de mundo, dois sistemas distintos. O corpo que sobrevive e se impõe à permanência, à custa de todos os meandros da revolta, é um híbrido, ou um ciborgue da forma como definiu Donna Haraway em seu artigo “Um manifesto para os *cyborgs*: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80”<sup>74</sup>:

“É um organismo cibernético híbrido; é máquina e organismo [...] [U]m mapeamento ficcional da nossa realidade social e corporal [...] [É] nossa antologia, determina a nossa política. O *cyborg* é uma imagem condensada da imaginação e da realidade material, tendo os dois centros interligados para estruturar qualquer possibilidade de transformação histórica” (p. 243-244).

---

<sup>74</sup> HARAWAY, D. 1994. “Um manifesto para os *cyborgs*: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80”. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (org). *Tendências e Impasses. O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Roco.

Da mesma forma que nos corpos que deram vida aos episódios da revolta do início do século XX conviviam uma multiplicidade de conhecimentos, crenças e interferências, as obras de revitalização iniciadas em 2010 na região portuária também deixaram ver por entre os seus maquinários o aparecimento de outros corpos, também híbridos, moldados na dinâmica das perfurações, do barulho, dos buracos e da poeira. “Por que nossos corpos têm de terminar dentro da pele [...]?” questiona-se oportunamente Donna Haraway (Op.cit. p. 279) e talvez também se perguntassem intuitivamente os moradores da área portuária expostos à vacinação do início do século XX, ou às obras de revitalização do século XXI. É claro, entretanto, que se estamos tratando de corpos híbridos, ou ciborgues, que assim o são devido às relações a que estiveram (e estão) expostos, e de que participam, há entre eles uma diferença qualitativa importante: os ciborgues de 1904 eram corpos nos quais foram adicionados – mesmo que simbolicamente – outros seres vivos a partir da vacina<sup>75</sup>; os ciborgues do nosso século são corpos compostos pela relação com as máquinas de uma tecnologia urbana.

As diferentes substâncias de que são compostos os corpos ciborgues desses dois períodos ligam-se aos contextos sociais e políticos de suas fabricações. No início do século XX, a política sanitária desenvolvida no Brasil repercutia o movimento higienista europeu, iniciado no final do século XVIII, que considerava as cidades – com suas ruas e construções irregulares, sua pavimentação incompleta e seu deficiente sistema de escoamento de água – como um entrave ao desenvolvimento urbano. Tratava-se mesmo de um “corpo urbano doente” que necessitava de ser medicado com urgência e a medicação consistia em

---

<sup>75</sup> É importante lembrar que algumas das objeções feitas à prática de vacinação levavam em conta o fato de que a vacina era a inoculação de uma pequena quantidade do próprio vírus da varíola no organismo. Sobre isso e sobre outras desconfianças, Rui Barbosa disse em seu discurso sobre os acontecimentos de 1904 reunido no livro *Ditadura e República* (1932) que: “Até aqui, até à pele que nos reveste, pode chegar a ação do Estado. Sua polícia poderia lançar-me a mão à gola do casaco, encadear-me os punhos, lançar-me ferro aos pés. Mas introduzir-me nas veias, em nome da higiene pública, as drogas de sua medicina, isso não pode, sem se abalançar ao que os mais antigos despotismos não ousaram. Não o poderia, ainda que elas fossem indubitavelmente inofensivas. A medicina do meu corpo, como a do meu espírito, me pertence” [*apud* CUKIERMAN, *op.cit.*, p. 292].

“diferenciar o indistinto, fazer circular o que é estagnante”<sup>76</sup>, de modo a impedir que os ares contaminados se espalhassem pelos aglomerados humanos. Sem se desfazer completamente do argumento higienista e se pautando no padrão de desenvolvimento urbano e de recuperação de áreas degradadas de cidades ao redor do mundo<sup>77</sup>, o Rio de Janeiro do século XXI apresenta o Porto Maravilha como a salvação para os problemas da mobilidade urbana e da estagnação econômica. Apoiado na ideia da requalificação estética de uma área degradada, o Projeto Porto Maravilha vai aos poucos construindo a imagem de um movimento aparentemente harmonioso entre os transportes públicos, as canalizações subterrâneas (de água, esgoto, gás, eletricidade e telefonia) e a normalização das fachadas das casas<sup>78</sup>.

Da construção desta imagem de harmonia a ser exibida ao restante da cidade é que depende a configuração dos corpos ciborgues, para quem o aplainamento das ruas e calçadas em vez de significar uma unificação, significa a desestabilização de determinadas memórias e relações mantidas ao longo de certo período de tempo, como por exemplo, a relação de reconhecimento das ruas e pertencimento ao lugar. Entretanto, assim como os “depoimentos de memória”, os corpos ciborgues também são operadores de um modo de habitar a região portuária, na medida em que congregam uma forma de ser e estar naquela região com os mecanismos e intervenções técnicas trazidas de fora – tanto pelo Estado, quanto por iniciativas privadas – estas, por sua vez, impulsionadas a padronizar as formas de comportamento e, conseqüentemente, os modos de habitar. Há entre eles uma equivalência

---

<sup>76</sup> GILLE, D. 1988. “Estratégias Urbanas”. In: ALLIEZ, E.; STENGERS, I. et al. *Contratempo: ensaios sobre algumas metamorfoses do Capital*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. (p.22).

<sup>77</sup> O geógrafo Álvaro Ferreira traça um interessante paralelo entre as concepções que orientaram a criação de espaços públicos e as grandes operações urbanísticas em Barcelona e no Rio de Janeiro, duas cidades portuárias que também foram palco de eventos olímpicos, em FERREIRA, A. 2010 “O Projeto ‘Porto Maravilha’ no Rio de Janeiro: inspiração em Barcelona e produção a serviço do capital?”. In: *Revista Bibliográfica de Geografia e Ciências Sociais*. Serie Documental de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografia Humana. Barcelona, vol. XV, nº 895 (20). A mesma comparação entre as duas cidades é ressaltada por Jorge Arraes, em 2012, quando era então presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (CDURP), na seguinte reportagem: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/28/rio-se-inspira-em-barcelona-para-recuperar-zona-portuaria.htm>

<sup>78</sup> Sobre os transportes públicos, o Projeto Porto Maravilha apresentou o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), espécie moderna de metrô de superfície, movido à eletricidade, com objetivo de integrar o Aeroporto Santos Dumont, as barcas, os trens, metrôs, passando pela região portuária. As canalizações subterrâneas eram projeto para a fiação exposta do Morro da Conceição, na Fase 1 das obras, mas até o momento não foram concluídas.

narrativa. Todavia, não seria demasiado dizer que os corpos ciborgues dependem dos “depoimentos de memória” para existir. E é exatamente por isso que eles são capazes de transformar as padronizações vindas de fora e significá-las. É por isso também que conseguem incluir em suas relações de vizinhança e sociabilidade aqueles que serão classificados como *novos moradores*.

A classificação dos *moradores* como *novos* já traz em si o espectro do conflito que permeará todas as relações e, ao mesmo tempo em que acata a presença do outro dentro de uma categoria de forte disputa semântica (*morador*), não deixa de diferenciá-lo (como *novo*) como aquele que não possui corpos ciborgues, nem desfruta dos “depoimentos de memória” com a mesma “aura”, esta entendida em sentido próximo ao desenvolvido por Walter Benjamin em seu ensaio “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” (1985), como algo associado à originalidade e à relação orgânica com o passado. A “aura” é aquilo cuja singularidade não pode ser reproduzida e no contexto das relações de vizinhança, a chegada do *novo* explicita bem isso. Não se trata de considerar o *novo* como menos autêntico em relação ao *antigo*, mas sim “não-aurático”<sup>79</sup>, uma vez que mesmo não tendo vivido as mesmas relações que aqueles moradores aqui classificados por seus corpos híbridos, *os novos* são plenamente conscientes de todo o processo – tanto histórico, quanto urbano.

É por serem conscientes do processo que eles podem “consumir” um modo de habitar a região portuária, participar de seu cotidiano, estabelecer relações etc. Assim, quanto mais estes *novos moradores* tensionam as relações de vizinhança, mais os antigos recriam suas formas de ser, estar e habitar, em um movimento nada retilíneo, que faz do conflito algo da própria relação, e não uma recusa a ela. Neste emaranhado de representações, práticas, tramas

---

<sup>79</sup> Sobre a ideia de “não-aurático”, cabe lembrar o artigo de José Reginaldo Gonçalves, “Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais” (1988), em que o pesquisador aborda, a partir da comparação entre as concepções de “patrimônio cultural” no Brasil e nos Estados Unidos, como a reprodução dos “bens culturais” que compõem a ideia de patrimônio tendem a perder sua “aura” e a desenvolver uma forma “não-aurática” de autenticidade, que seria fundada não em uma relação orgânica com o passado, mas sim na própria possibilidade de reprodutibilidade técnica deste.

e conflitos, o movimento de habitar a região portuária não pressupõe deslocamento, da mesma forma como o *tempo* não tem a ver com duração, nem *permanência* com continuidade. Desta maneira, a configuração dos corpos híbridos não se trata de uma imposição vinda de cima para baixo, ou de fora para dentro, ou do Estado para as classes. Antes disso, trata-se de uma relação política imersa numa rede de práticas que estabelecem relações de oposição e composição.

Neste sentido, compreender o que sejam as formas de habitar a região portuária não passa por uma oposição entre autenticidade e inautenticidade, como poderia parecer em um primeiro momento, assim como não passa pela pressuposição da existência de uma “unidade natural” dos modos de ser e estar. Há uma fronteira permeável entre narrativas, entre tecnologias e coletivos, entre sistemas históricos de relações sociais e anatomias históricas de corpos possíveis, incluídos de objetos de conhecimento (cf. Haraway, op.cit.), como se procurou demonstrar ao longo deste capítulo e como continuará sendo explicitado no próximo. É da conectividade entre materialidades distintas que se faz o habitar, assim como é de conexões imperfeitas e múltiplas que se caracteriza o *morador*.

## **CAPÍTULO TRÊS: POLÍTICA**

### 3.1 – TERRITÓRIOS

“[...] qualquer antropologia é política [...]”.

(Stolze Lima & Goldman)

Depois de minha visita à Dona Luísa, concluí que era chegada a hora de entregar as fichas de inscrição à Vila Olímpica, pois de acordo com o que havia proposto o coordenador em sua passagem pelo Morro da Conceição, a atividade de *tai-chi-chuan* começaria em breve. Embora eu soubesse onde estava localizada a VOG, nunca tinha ido até lá. Caminhei, então, da Rua Sacadura Cabral até a Rua do Livramento, desta até a Rivadávia Corrêa, passei pelo Instituto Metodista Central do Povo (ICP) e pelo Cemitério dos Ingleses, atravessei a Rua Barão da Gamboa até chegar à Rua da União e encontrar Henrique no estacionamento da Vila Olímpica preparando-se para uma reunião que aconteceria em outro ponto da cidade. Conversamos rapidamente, enquanto ele organizava suas pastas de papéis no porta-malas do carro. Curioso por saber como tinham sido as inscrições, Henrique lamentou não poder me receber naquele instante e pediu que eu deixasse as fichas com sua secretária e voltasse no dia seguinte pela manhã, pois assim, além de conversarmos, eu poderia conhecer um grupo de *juvens pesquisadoras* que trabalhavam em uma Secretaria do Estado e desenvolviam atividades por ali.

Seguindo as orientações de Henrique, deixei os papéis com a secretária e, por sugestão dela, conheci as instalações daquele espaço amplo e bem arejado. Naquela época, a VOG dispunha de duas piscinas semi-olímpicas, uma quadra de futebol e uma de vôlei de areia, uma pista de atletismo, uma área de lazer com cozinha onde eram desenvolvidas oficinas de culinária, um pequeno espaço coberto utilizado para aulas de lutas (como capoeira e muay thai), além de uma construção bastante simples onde se localizavam os banheiros, as salas de professores, secretaria, coordenação, um espaço médico e um espaço multiuso.

Com 25 mil m<sup>2</sup>, a parte da frente da VOG, onde se localizava o portão de entrada, era fechada por um grade, um muro baixo e uma guarita. As laterais do espaço eram cercadas por um alambrado que permitia a visão tanto de quem estava lá dentro, quanto de quem passava pelo lado de fora. Aos fundos da VOG, no mesmo terreno, estavam abandonados os Galpões da Marítima, ou Galpões da Gamboa, resquícios da atividade ferroviária do século XIX<sup>80</sup>. Dentro da Vila, avistava-se uma boa parte do Morro da Providência. Os barracões abandonados contrastando com a favela compunham um cenário interessante que, aos meus olhos, não se conectava com os instrumentos da Vila Olímpica. Parecia não haver diálogo entre todas aquelas construções.

No dia seguinte, como tinha ficado combinado, eu retornei à Vila Olímpica. Henrique me esperava em sua sala, um local modesto, que por determinação sua costumava ter sempre as portas abertas, facilitando o acesso a todos que o procurassem. Começamos nossa conversa com ele me contando sobre sua trajetória como educador físico, morador da Baixada Fluminense e sua atuação em movimentos sociais desde a juventude. A proposta de coordenar a Vila Olímpica da Gamboa tinha vindo de um amigo que assessorava o Secretário Municipal de Esportes e Lazer do Rio de Janeiro, era, portanto, um cargo de confiança. Henrique me disse ter hesitado algumas vezes antes de assumir a responsabilidade de coordenar a VOG e o principal agravante era o histórico de rotatividade dos coordenadores:

*Eu nasci em uma favela, eu sei o que é conflito e desde que recebi o convite de assumir a coordenação, imaginei que se tratasse de uma área com problemas, por isso hesitei. Mas meu amigo me disse que a região tinha sido beneficiada com uma UPP e eu sabia que a revitalização estava acontecendo, então, achei que poderia ser um desafio interessante. Eu sou uma pessoa pacífica e sei negociar bem com opiniões divergentes.*

---

<sup>80</sup> A Estação Marítima foi um ramal da Estrada de Ferro Dom Pedro II, posteriormente denominada Estrada de Ferro Central do Brasil, que levava cargas até a área portuária.

Atenciosamente, Henrique me explicou que as Vilas Olímpicas começaram a ser construídas no início dos anos 2000, na Prefeitura de César Maia<sup>81</sup>, com o objetivo de levar áreas de esporte e lazer à regiões carentes<sup>82</sup> e promover, principalmente, a sintonia entre a educação oferecida pela Rede Municipal de Ensino e a prática de atividades físicas. Além da perspectiva da educação, as Vilas Olímpicas também tinham como proposta a integração da comunidade local em um espaço de lazer. Disse-me também que as Vilas são administradas por Organizações Não-Governamentais (ONG) contratadas especificamente para este fim por meio de editais temporários, o que, conseqüentemente, faz com que ao fim do contrato, as ONG's sejam substituídas, provocando alterações nem sempre positivas:

*A cada nova gestão, o trabalho de aproximação com a comunidade do entorno precisa ser refeito, o que pode ser muito ruim, pois não favorece o fortalecimento de laços de identificação da comunidade com o espaço, nem com as atividades desenvolvidas. Na contrapartida, a Prefeitura cede alguns de seus docentes para as Vilas Olímpicas, como forma de incentivar atividades fora da sala de aula, mas integradas ao currículo escolar. Algumas escolas localizadas em áreas realmente próximas às Vilas chegam a retirar as aulas de Educação Física de suas grades horárias e transferi-las exclusivamente para as Vilas Olímpicas, em período oposto àquele em que o aluno está na sala de aula, o que faz com que ele tenha um tipo de educação integral, em um ambiente que além do esporte, ainda oferece lanche, recreação e acompanhamento psicopedagógico, pois muitas ONG's disponibilizam profissionais especializados. Além disso, nas Vilas Olímpicas, o aluno pode escolher entre muitas atividades, diferente do que acontece nas escolas, que concentram tudo ou em jogos de vôlei, ou em jogos de futebol por falta de material e de estrutura. Nas Vilas, a estrutura é melhor e a oferta é mais variada, então, as chances de um aluno realmente se interessar pelo esporte são grandes, sem contar que como quase todas as Vilas foram construídas em áreas de comunidade, áreas muitas vezes carentes e violentas, ter uma criança resguardada pelo esporte é a esperança de que ela não vai cair tão fácil na armadilha do tráfico.*

---

<sup>81</sup> Na época, Prefeito pelo PMDB.

<sup>82</sup> Aqui entendidas como regiões marcadas pela ausência de outros espaços para prática de esporte e lazer, localizadas perto de favelas e comunidades de baixa renda, com reconhecido grau de violência advindo da presença do tráfico de drogas ostensivo.

Henrique via a proposta das Vilas Olímpicas com bons olhos, mas não deixava de ser crítico quanto ao real alcance delas:

*É claro que nem sempre as coisas funcionam assim dessa maneira como estou te falando. Veja o exemplo daqui da Vila Olímpica Gamboa, nos últimos dois anos, três coordenadores passaram por aqui antes de mim. Isso prova que as negociações com a comunidade não são simples. Eu mesmo hesitei antes de vir para cá. Não é um lugar com o qual eu estou acostumado, onde eu conheço as pessoas, os líderes, não é. Então, é claro que aqui na Gamboa a Vila Olímpica não funciona tão bem quanto na Mangueira, por exemplo, que tem uma Vila modelo, integrada com a comunidade, com equipe multiprofissional atuando, com atendimento médico, enfim, com um serviço de qualidade que conseguiu ser mantido mesmo com a mudança de ONG's por causa do fim do contrato. Essa continuidade dos trabalhos, esse vínculo, depende muito da coordenação que, normalmente, é ocupada por alguém de confiança que não tem ligação nem com a comunidade, nem com a ONG, nem com os professores, mas que faz essa ponte, faz esse diálogo, é um mediador. Aqui, nem sempre funcionou bem e eu sei que não poderei estar à frente pelo resto da vida, mas o que eu quero deixar para as próximas gestões e coordenações é que juntos, unidos, a gente pode conseguir ir longe, tudo só depende do diálogo. Este, eu espero, será o meu legado na Vila Olímpica da Gamboa.*

Em seguida, o coordenador perguntou detalhes sobre a minha pesquisa, mas enquanto eu me explicava, o telefone tocou, então, ele pediu licença para atender, o que eu, sem restrições consenti e ele se ausentou da sala por uns instantes. Pouco depois, ele voltou pedindo desculpas e me explicou que alguns detalhes da reunião do dia anterior não tinham sido resolvidos e, por isso, ele teria que sair em breve para uma nova reunião em outra Vila Olímpica. Sem detalhar muito, ele me disse que eram reuniões para organização de um evento que reuniria dados de todas as Vilas Olímpicas existentes em um dia de atividades. Antes de nos despedirmos, Henrique, educadamente, se colocou à disposição para contribuir com o que fosse necessário para minha pesquisa e pessoalmente me conduziu até a sala multiuso da VOG, onde aconteceria a reunião das *pesquisadoras* a quem ele tinha se referido no dia

anterior. Impossibilitado de continuar lá para me apresentar a elas, ele pediu para que a assistente social da VOG cuidasse disso e nos despedimos.

Gentilmente, a assistente social, a quem chamaremos Sônia, ofereceu-me um café e perguntou o que eu fazia por ali. Expliquei mais uma vez sobre a pesquisa e ela, sorridente, disse que era muito bom ver que a Vila Olímpica estava se tornando um espaço de interesse de outras pessoas, vindas de fora da comunidade, da cidade e até do país. Rapidamente, Sônia me contou que já havia recebido por ali outros pesquisadores, inclusive estrangeiros, com interesse em pesquisar o lugar, o que era uma grande novidade diante do visível *desinteresse* e *abandono público* a que a Vila tinha sido deixada nos últimos anos. Espantei-me com a revelação, pois o lugar além de bem cuidado, estava cheio de alunos àquela hora da manhã. Mas Sônia me garantiu que não tinha sido sempre assim. Antes que pudéssemos conversar mais sobre isso, o grupo de *pesquisadoras* chegou, colocando o assunto em suspenso. Eram três mulheres jovens que, como pude observar, tinham chegado em um carro com o logotipo do Governo do Estado. Carregavam muitas pastas e papéis e conversavam entre si com visível descontração. Sônia as cumprimentou e, logo depois, apresentou-me.

Uma delas tomou a frente no diálogo, pediu mais detalhes de minha pesquisa além daqueles dados por Sônia e perguntou se eu gostaria de participar da reunião que seria iniciada em de instantes. Aceitei e ela disse que assim que a equipe estivesse toda reunida, faria as apresentações necessárias. Na sala multiuso, Sônia organizou as cadeiras em círculo e nós nos sentamos, enquanto elas, juntas, organizavam papéis, eu apenas observava. Cerca de vinte minutos depois, ao constatar que ninguém chegaria, uma das *pesquisadoras* iniciou a reunião que, basicamente, consistia em definir com Sônia detalhes de um evento que eu naquele momento não entendi do que se tratava. Alguns minutos depois, entram pela porta um homem e uma mulher bastante apressados e, pedindo desculpas pelo atraso, sentam-se e, sem se preocuparem com o que Sônia e a outra moça conversavam, anunciam mais detalhes sobre

como o tal evento deveria ser. Há uma intensa negociação entre eles sobre locação de som, confecção de camisetas, número de inscritos, policiamento, café da manhã, faixas de premiação, medalhas, idade mínima para participação, distribuição de água, fotografia, divulgação e limpeza. Quase uma hora depois, quando tudo parecia ter sido devidamente resolvido e acertado e o homem e a mulher que tinha chegado atrasados faziam menção de ir embora, a *pesquisadora* me olhou e pediu desculpas por ainda não ter me apresentado aos demais. Ela pediu, então, que eu mesma me apresentasse e explicasse o motivo de estar ali. Eu repeti mais uma vez o meu nome, de onde vinha e quais eram as minhas intenções de pesquisa. Em seguida, já de pé, o homem e a mulher se apresentaram, disseram ser moradores da Providência, me deram boas-vindas e se desculparam pela pressa com que tinham que deixar a reunião. Sônia confirmou ainda algumas informações com eles e os acompanhou até a saída. Neste momento, ficamos na sala apenas eu e as três mulheres vindas da Secretaria do Estado. Já mais calmas por terem ajustado informações importantes do evento que se aproximava, uma delas disse:

*Você nos desculpe pela forma atropelada como as coisas aconteceram, mas é que são detalhes de um evento de corrida e caminhada que nós estamos organizando aqui com a comunidade e que está marcado para a semana que vem, mas até hoje não tínhamos definido quase nada, como você viu. Bem, eu já disse, mas repito, meu nome é Jocelene Ignácio e eu sou coordenadora desta equipe. Eu imagino que o Henrique tenha nos apresentado como pesquisadoras, mas não é bem isso que nós somos. Aqui, cada uma de nós tem uma formação diferente e apesar de até fazermos pesquisas, algumas acadêmicas mesmo, esse não é o objetivo do nosso trabalho. Eu sou assistente social de formação e atuação, sou doutora pela PUC-RIO em Serviço Social com ênfase em pesquisas sobre Direitos Humanos e trabalho, na prática, há mais de dez anos com a gestão, coordenação e implementação de projetos sociais voltados para as áreas de favela do Rio de Janeiro. Sou funcionária pública do Município do Rio, mas neste momento estou cedida para o Estado, desenvolvendo o projeto Territórios da Paz, pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, a SEASDH. Eu não sei se você conhece o Territórios, mas é um programa de Gestão Social em Territórios Pacificados no Rio, que tem por objetivo o fortalecimento das redes locais, potencializar as lideranças e facilitar o diálogo entre a*

*comunidade e o Estado. Nós três aqui somos, portanto, gestoras sociais e atuamos especificamente no Morro da Providência e no Morro do Pinto, que são as áreas pacificadas da zona portuária.*

Depois de Jocelene, as duas outras gestoras se apresentaram dizendo que tinham sido contratadas especificamente para o trabalho no Territórios da Paz<sup>83</sup> e, portanto, nenhuma delas era funcionária pública. Eu perguntei então qual era a ligação do Territórios com a Vila Olímpica e, dessa vez, quem se adiantou a responder foi Sônia:

*Essa é uma abertura bem recente, incentivada pelo Henrique. Desde que ele chegou aqui na VOG, tem procurado meios de estimular o diálogo e a relação entre a comunidade e o Estado. Aí, por conta da UPP, ele chegou até o Territórios da Paz.*

Eu realmente desconhecia a existência daquele programa e fiquei bastante surpresa com as apresentações que me foram dadas. No entanto, como as medidas de atuação das Unidades da Polícia Pacificadoras vinham ganhando visibilidade, eu já tinha ouvido falar em um outro programa, sobre o qual eu também não tinha detalhes, mas que, ao que me parecia, tinha funções semelhantes às aquelas expostas por Jocelene. Perguntei-lhe, então, se o Territórios da Paz era um outro nome dado ao programa UPP Social. Minhas interlocutoras se entreolharam e riram com alguma ironia, mas em seguida, Jocelene me apresentou o seguinte panorama:

*A Unidade da Polícia Pacificadora, ou UPP, é um programa de Segurança Pública criado pela Secretaria de Estado de Segurança e gerenciado pela Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional, com o objetivo de aproximar a polícia das comunidades dominadas pelo tráfico. Por ser um programa com uma função muito grande, ele engloba os governos Municipal, Estadual e Federal, mas é um programa Estadual, como eu já disse. Quando se pensou a criação da UPP, pensou-se também a criação de um mecanismo que promovesse a aproximação entre a comunidade, que sofreria a interferência da polícia, e o Estado. Era uma forma de gerar diálogo, ajudar nas organizações,*

---

<sup>83</sup> Como será explícita ao longo do capítulo, o Programa Territórios da Paz aqui apresentado não tem nenhuma ligação com o Territórios de Paz desenvolvido pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), do Governo Federal.

*afinal, tem muita comunidade que nunca viveu sem a presença do tráfico e nem sabe como pode se organizar social e economicamente sem o tráfico, então, seria necessário um programa que fizesse essa interlocução, essa ação integrada, como a gente chamava na época, e que basicamente consistia em levantar as demandas das comunidades e conectá-las às ofertas que poderiam vir da Prefeitura, do Governo do Estado, do Governo Federal e até de iniciativas privadas mesmo. Esse programa, a princípio, era a UPP Social, criada também pelo Governo do Estado, especificamente, pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos. Organizado dessa maneira, uma prévia do que seria a então planejada UPP Social começou a atuar, em 2010, em três comunidades em pacificação no Rio. Uma delas, era a Providência e foi nessa época que eu cheguei aqui. No entanto, por questões que eu realmente não sei como te explicar porque nem eu entendi direito, em 2011, por meio de um acordo entre o Governo do Estado e a Prefeitura do Rio de Janeiro, o programa foi transferido para o Município e passou a ser chamado de UPP Social Carioca. No Município, ele passou a ser supervisionado pelo Instituto Pereira Passos que, inclusive, criou uma subdivisão específica para esse assunto: o Rio+Social. Como esse processo de transferência de programas foi um pouco lento e demorou a ser de fato implementado, apesar de os gestores já terem sido selecionados desde 2010 e de alguns deles até já estarem atuando em certas favelas, a própria Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos criou algo que eu vou chamar de costura política, para aproveitar os gestores que já estavam em campo desde a prévia do programa em 2010. Então, o Territórios da Paz é isso, uma costura política que funciona dentro da SEASDH. Mas, infelizmente, por mais que a gente tente, nosso diálogo com a UPP Social Carioca não é dos melhores e eu acho que isso se deve principalmente porque nossas frentes de atuação são muito parecidas, o que acaba gerando disputa entre gestores e uma certa indefinição perante a comunidade.*

Eu realmente não estava nada familiarizada com todos aqueles programas e secretarias e as explicações de Jocelene me soavam como uma aula sobre política pública e política de segurança no Estado e no Município do Rio de Janeiro. Ao perceberem meu embaraço e minha pressa em anotar e gravar tudo que me contavam, as gestoras me ofereceram a possibilidade de acompanhar as reuniões que aconteciam todas as terças e quintas, de manhã e à noite, ali mesmo na VOG, assim, aos poucos, eu poderia entender um pouco melhor sobre o

que se passava. Como já se aproximava o horário do almoço, uma delas comentou que em breve teriam de partir e, por isso, era necessário que juntassem os papéis e revisassem as informações sobre o evento de corrida e caminhada que se aproximava. Nesse momento, eu então, me despedi delas e acompanhada por Sônia fui para o lado de fora da sala multiuso. Ali, Sônia me passou os horários corretos das reuniões e disse que seria muito bom que eu as acompanhasse. Ela ainda me contou que a Gamboa e a Vila Olímpica faziam parte do território a ser revitalizado pelo Porto Maravilha, mas até aquele instante, o que se tinha era um cenário de grandes indefinições e nenhuma ação prática. Apontando para os barracões abandonados dos Galpões da Marítima, Sônia disse que já tinha vivido situações bem complicadas por ali e que era bom ver a disposição das gestoras estaduais em construir conexões e diálogos com os moradores da comunidade do Morro da Providência, do Pinto e de toda a zona portuária.

Como fui percebendo, em geral, as ações do Governo Estadual e mesmo da Prefeitura do Rio de Janeiro voltadas à assistência social e interessadas em criar mecanismos mais próximos de diálogo se restringiam aos Morros da Providência e Pinto. Não havia nenhuma instância pública criada especificamente para dialogar com o Morro da Conceição, nem mesmo havia interesse em uni-lo às já existentes. Havia uma clara compreensão por parte dos gestores públicos de que o Morro da Conceição fazia parte de uma outra realidade, mais voltada às demandas culturais e turísticas. Assim, apesar da boa vontade de Henrique de oferecer atividades físicas aos moradores do Morro da Conceição, parecia haver entre ele, os secretários, professores e gestores o consenso de que não seriam atividades duradouras. O recorte econômico colocado a cada um dos morros pelos gestores públicos era algo definidor das formas de aplicação das políticas, o que, conseqüentemente, alimentava a falsa sensação de que o Morro da Conceição não vivia situações conflituosas com o Estado, pois na visão

generalistas, problemas sérios que mereciam ser *diagnosticados e tratados* eram aqueles diretamente relacionados às questões econômicas.

Desta maneira, as áreas baixas da zona portuária, isto é, aquelas que não eram áreas de morro, eram praticamente invisíveis aos olhos dessas políticas públicas, mas ao contrário da compreensão que se fazia sobre o Morro da Conceição – assumido como espaço nobre, ou *zona sul da zona portuária*, como algumas vezes ouvi – elas não eram mesmo contabilizadas. Era como se não existissem moradores nas Ruas Pedro Ernesto, Lavradio, do Propósito, Leôncio de Albuquerque, Cardoso Marinho, da América e tantas outras que perfaziam o cenário da região portuária. Nestas ruas, a compreensão comum compartilhada entre gestores era de que se tratavam apenas de ruas de passagem, e mesmo que nelas existissem moradores, eles não eram o alvo das ações políticas. Assim, para além das segregações já próprias das relações de sociabilidade e vizinhança, havia ainda um reforço sobre as diferenciações imposto pelas formas de atuação e pelas políticas do Estado. Como vim a acompanhar e como será narrado em breve, tal situação dificultava e, às vezes, impedia que os moradores se mobilizassem conjuntamente por causas de interesse coletivo, como, por exemplo, as perfurações feitas para as construções dos túneis previstos no projeto de revitalização que provocaram rachaduras em muitas casas, ou mesmo a suspensão das linhas de ônibus que serviam o interior dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo muito antes da inauguração efetiva dos VLTs.

A frequência das reuniões oferecidas pelo Territórios da Paz fez com que eu passasse muitas horas das terças e das quintas na Vila Olímpica da Gamboa, o que, inevitavelmente, me permitiu construir relações de proximidade com muitos dos funcionários e alunos que passavam por ali diariamente. Inclusive, por me ver ali observando as aulas e as movimentações de alunos, uma professora chegou a sugerir que eu me inscrevesse nas aulas de natação, assim além de observar e participar das reuniões, eu ainda poderia me exercitar.

Achei a ideia interessante e confirmei com Sônia se aquilo era mesmo possível, diante de seu consentimento, passei a praticar aulas de natação junto com adolescentes de 13 e 14 anos, moradores do Morro da Providência e estudantes da Escola Municipal Vicente Licínio Cardoso, localizada perto do Morro da Conceição.

No convívio com estes adolescentes, descobri que o acordo entre a escola e a prática de atividades físicas ali na VOG não era de fato oficial. Havia um estímulo da coordenação do colégio para que os alunos praticassem as atividades, mas como nem todos se dispunham a ir até a VOG, a escola mantinha as aulas de Educação Física em suas grades horárias. Assim, muitas vezes, as turmas de natação eram compostas por alunos que vinham de diferentes colégios municipais, mas eram todos moradores da região portuária. Existiam também horários específicos de atividades voltadas exclusivamente para adultos, normalmente, distribuídas nos turnos da manhã e da noite. A presença dos adolescentes nas atividades, em geral, dependia ou de uma exigência imposta pelas escolas em que estudavam, ou dos pais e responsáveis, eram raros aqueles que ali estavam por vontade própria.

As reuniões organizadas pelas gestoras do Territórios da Paz no período da manhã, normalmente, eram voltadas à organização de eventos e levantamento de demandas dos moradores. As que aconteciam no turno da noite tinham um perfil mais técnico e de especialização. Assim, não era incomum que durante as manhãs aparecessem moradores com reclamações sobre as obras que estavam sendo prometidas para as ruas em que moravam, outros reclamavam sobre a hostilidade do tratamento dos policiais da UPP, também apareciam reclamações sobre a necessidade de novas escolas públicas e creches bem equipadas na região, sobre a falta de unidades médicas de pronto atendimento e, algumas vezes, apareciam grandes grupos de moradores amedrontados com a possibilidade das remoções. No período da noite, depois da demanda recorrente por oportunidades de trabalho, em pareceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Micro Empresas (SEBRAE/RJ), as gestoras

organizaram algumas palestras e cursos voltados aos moradores locais. No começo, tais cursos e palestras tinham como lema o desenvolvimento de *oficinas de capacitação para o empreendedorismo*, algo mais voltado para a exploração do potencial turístico da região. Contudo, a possibilidade das remoções alterou também a dinâmica dessas oficinas.

### 3.2 – REMOÇÕES

“Em março de 2010, [...] a Secretaria Municipal de Habitação (SMH) divulgou elementos do plano de obras para a favela em seu boletim informativo, chamado “Habitação em Foco” [...] Dentre os elementos de intervenção urbanística está a construção de um teleférico ligando Providência, Morro do Pinto, Morro do Livramento, Morro da Conceição, alcançando a Praça Mauá, plano inclinado localizado na escadaria ao final da Ladeira do Barroso, construção de praça do conhecimento, anfiteatro, restauração das casas, remoção de 800 moradias e reassentamento em unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), no entorno da favela, melhorias habitacionais, abertura de vias, entre outras ações. Mesmo, com a previsão de remoção de 800 famílias, o projeto foi anunciado sem participação da população. Posteriormente, através de matérias de imprensa, ou divulgações da própria SMH, as informações sofreram alterações, principalmente acerca do número de casas previsto para remoção. Tal fato, somado à falta de informação e de participação dos moradores nos rumos do projeto, levou os mesmos a realizarem manifestação de protesto, noticiada, inclusive, em rede televisiva. Isto porque, desde fevereiro de 2011, a SMH iniciou a marcação dos muros frontais das moradias a serem removidas, a medição e fotografia de cada unidade habitacional ameaçada, sem abrir qualquer canal de esclarecimento e negociação coletiva e/ou individual com os atingidos. Alguns moradores receberam cartas de convocação para se apresentarem à SMH, mas a grande maioria não possui qualquer informação sobre os destinos de sua moradia e de suas vidas. É importante frisar que tais ações não ocorreram a partir da apresentação e discussão conjunta de um plano de remoção e reassentamento, ocasionando, assim, várias situações de violação de direitos básicos, como o direito constitucional à informação, à inviolabilidade do lar e ao direito humano à moradia digna”<sup>84</sup> (p. 15-16)

---

<sup>84</sup> Grifos meus. A íntegra do documento encontra-se em:

<https://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-mpf-fcp.pdf>

A longa citação foi extraída do **Relatório de Violação de Direitos e Reivindicações**, publicado em 24 de maio de 2011, e produzido pelo Fórum Comunitário do Porto – um movimento da sociedade civil organizada, que desde janeiro de 2011, elabora grupos de discussão, principalmente junto aos moradores do Morro da Providência, com o objetivo de cobrar transparência dos órgãos públicos e instituições privadas envolvidos na realização das obras de requalificação urbana propostas pelo Projeto Porto Maravilha<sup>85</sup>.

Tal citação se faz necessária porque sintetiza as informações concernentes às remoções e ainda demarca a forma como informações importantes sobre um assunto demasiado sério eram repassadas naquela época, explicitando a inexistência de um espaço de intermediação entre as queixas dos moradores e o Estado. Quando iniciei meu campo ali na Vila Olímpica da Gamboa, em abril de 2012, fui movida pela continuidade das investigações iniciadas no Morro da Conceição e, apesar de minimamente conhecer as propostas da revitalização, os projetos voltados para o Morro da Providência eram uma incógnita. Em 2012, as casas do Morro da Providência já haviam sido marcadas pela Secretaria Municipal de Habitação e um documentário produzido por um coletivo artístico<sup>86</sup> começava a circular entre os moradores.

Muitos pesquisadores advindos das mais variadas áreas dedicaram-se a analisar minuciosamente os impactos e desdobramentos das políticas de remoções<sup>87</sup>. Adianto que este não foi o meu caso. Tudo que observei sobre este fato esteve sempre atrelado ao que chegava à Vila Olímpica da Gamboa, especificamente, ao programa Territórios da Paz e,

---

<sup>85</sup> No Preâmbulo desta tese há uma definição dada sobre o Fórum Comunitário do Porto por uma de suas integrantes, na ocasião de um evento organizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). As informações lá expostas estão em itálico, o que significa que são a própria fala da integrante proferida naquele momento. Aqui, a explicação sobre o que seja o Fórum foi retirada do próprio blog do movimento e em quase nada difere do que foi dito no evento da UERJ. Para maiores informações, ver: <https://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/about/>

<sup>86</sup> Intitulado **Casas Marcadas**, o documentário foi lançado oficialmente em 2013 e foi dirigido por Adriana Barradas, Carlos R. S. Moreira e Alessandra Schimite.

<sup>87</sup> GIANELLA (2013), GONÇALVES (2013), CARDOSO (2013) são apenas alguns exemplos.

posteriormente, minhas considerações sobre o assunto eram derivadas das leituras feitas pelo Fórum Comunitário do Porto, no curto tempo que o acompanhei.

Entretanto, neste momento é importante dizer que o Relatório supracitado foi produzido para ser entregue ao Ministério Público Federal, no mesmo ano de 2011, pouco antes de uma audiência convocada para esclarecer os detalhes sobre as já anunciadas remoções e as ligações delas com as obras de revitalização da área portuária e com o contexto da Copa do Mundo FIFA e das Olimpíadas de 2016. Nesta audiência em que estiveram presentes moradores, integrantes do Fórum Comunitário e representantes da ONG FASE, o então Secretário Municipal de Habitação (SMH), Jorge Bittar, apresentou os investimentos que a Prefeitura pretendia fazer na região e recebeu pessoalmente as denúncias dos moradores relativas às arbitrariedades envolvidas naquele processo de remoções. Perante o MPF, os moradores aproveitaram para relatar que a marcação das casas lembrava as posturas dos nazistas durante a II Guerra Mundial e que a desinformação quanto aos procedimentos de remoção e reassentamento criavam um ambiente de pânico dentro da comunidade. Além disso, também foram ressaltadas as ações arbitrárias dos funcionários da SMH, que nem sempre possuíam identificação quando vistoriavam a comunidade<sup>88</sup>.

A partir desta audiência muitas outras passaram a ser marcadas com certa periodicidade, com o objetivo de estabelecer linhas de diálogo com a SMH. A inexistência de uma esfera da própria Prefeitura para esclarecer procedimentos e dissolver mal-entendidos entre os moradores chamou a atenção da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, que por meio do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) passou a amparar legalmente os moradores que tinham suas casas marcadas. Um dos principais argumentos rebatido pelos moradores já amparados legalmente era o “discurso de risco” em torno do qual se construíram os argumentos das remoções. Arquitetos, urbanistas e engenheiros que simpatizavam com o

---

<sup>88</sup> <https://br.boell.org/pt-br/2011/07/06/violacoes-na-regiao-portuaria-do-rio-de-janeiro>

movimento empreendido pelos moradores afirmavam que o “discurso de risco” era incorreto porque a região onde um dia aconteceu um desabamento<sup>89</sup> já não possuía residências. Além disso, o risco que existia estava relacionado ao funcionamento da pedreira, desativada desde a década de 1980. Fora isso, a favela de mais de 100 anos estava erguida sobre um maciço. Os técnicos da Prefeitura, por outro lado, insistiam no fato de que as remoções eram necessárias, pois os anos de atividade da pedreira tinham comprometido todo o resto do maciço de tal forma que as casas marcadas estavam, sim, em “situação de risco”.

Rafael Soares Gonçalves (2012) desenvolve uma interessante análise sobre a “construção social do risco” e a prática de remoção de favelas no contexto carioca, apontando para o fato de que as favelas estão historicamente relacionadas à noção de algum tipo de risco para a cidade, desde os discursos higienistas do início do século XX até aqueles que as relacionam com o risco da violência urbana<sup>90</sup>. A percepção sobre a recorrência da associação entre favela e risco era algo bastante evidente nas falas nativas daqueles que tinham suas casas marcadas, ou que se mantinham à frente de *associações* e movimentos da região. Não raras vezes, vi serem acionadas memórias relativas à conjunção entre o “discurso do risco” e as intervenções ocorridas na favela, gerando, quase sempre, especulação imobiliária. No próprio Preâmbulo que abre esta tese é possível perceber que a fala do único morador a participar do evento destacava precisamente esta correlação.

### 3.3 – ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS

Desde a primeira vez que acompanhei as reuniões organizadas pelo Territórios da Paz, fui muito bem recebida tanto pelos moradores que delas participavam, quanto pelos

---

<sup>89</sup> Como está referenciado no primeiro capítulo.

<sup>90</sup> GONÇALVES, R. S. 2012. “A construção social do risco e as remoções das favelas cariocas”. In: **Anais do 36º Encontro Anual da Anpocs**. Águas de Lindóia: São Paulo. (Disponível em: [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=7866&Itemid=76](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7866&Itemid=76))

profissionais colaboradores. As reuniões do período da noite começavam por volta das 19h, mas havia tolerância para atrasos, uma flexibilidade sensível aos participantes que trabalhavam como ambulantes no centro da cidade e demoravam um pouco mais para chegar até aquela ponta da Gamboa. Voltadas ao desenvolvimento profissional, as reuniões funcionavam como consultorias específicas aos trabalhadores informais e eram oferecidas pelo SEBRAE RJ a partir de um acordo estabelecido com as gestoras do Territórios da Paz. Como descobri, o SEBRAE dispunha de uma coordenação especial voltada exclusivamente às demandas das áreas pacificadas da cidade, que atuava às vezes em parceria com outros programas – como o Territórios da Paz, ou como a UPP Social – às vezes de forma independente, a partir de aproximações feitas diretamente com moradores ou associações de moradores. A ideia era oferecer aos comerciantes dessas localidades algumas noções de mercado e, então, ajudá-los a se organizar em associações ou pólos comerciais suficientemente estruturados que, por sua vez, impulsionariam o desenvolvimento da própria comunidade onde estavam inseridos.

O trabalho desenvolvido pelo Territórios na VOG era o resultado do levantamento de demandas feito pelas gestoras nos últimos seis meses e as oficinas, em fase inicial, voltavam-se à delimitação do perfil dos comerciantes da região portuária. Já experiente na função, José Luiz estava à frente da coordenação da Unidade de Desenvolvimento de Empreendimentos em Comunidades Pacificadas (UCP), do SEBRAE RJ, e logo em sua primeira reunião com os moradores dos Morros da Providência e Pinto apresentou um projeto para o desenvolvimento dos atrativos turísticos da região. Vista com estranheza pelos presentes, a proposta gerou alguns falatórios e José Luiz, solícitamente, abriu espaço para que os moradores manifestassem suas idéias, o que foi visto com bons olhos pelas gestoras e fez com que aquela reunião se tornasse um misto de compartilhamento de experiências pessoais, algumas distantes do apelo profissional do momento, e um traçado de desejos para o futuro. As falas

iniciais eram tímidas, mas vinham de moradores que precisavam de um espaço como aquele para desabafar. A lógica da marcação das casas pela Secretaria Municipal de Habitação misturava-se com as indefinições do futuro e algumas remoções começavam a acontecer.

**Foto 11** – Casa marcada pela SMH, no Morro da Providência



Crédito: Revista de História, 14/01/2013.

O grau de indefinições entre todos começava logo no pouco conhecimento que tinham sobre o Aluguel Social e o Programa Federal Minha Casa Minha Vida, entre os quais deveriam escolher caso as marcações das casas se transformassem efetivamente em remoções. Além disso, segundo os presentes, a ideia de desenvolvimento turístico da região não parecia interessante e muitos relataram abertamente sentirem medo de tal possibilidade, uma vez que na visão corrente, o desenvolvimento do turismo seria uma forma de forçar ainda mais as expulsões, aumentando a especulação imobiliária. Uma das senhoras presentes chegou a declarar que o dia em que a região se tornasse atrativa turisticamente, ela certamente já teria sido removida. Diante das questões levantadas, as gestoras do Territórios e o representante do

SEBRAE decidiram fazer uma reunião para esclarecimentos mínimos sobre as formas de atuação de cada uma das instâncias envolvidas no processo de marcação das casas. Algumas pessoas aventaram a possibilidade de se chamar também para o debate alguns integrantes do Fórum Comunitário do Porto, pois eles poderiam ter informações a acrescentar, o que foi acatado sem muitos problemas.

Ao fim da reunião, José Luiz expressou sua surpresa quanto ao fato de a proposta do desenvolvimento turístico ter sido rejeitada. Em sua visão, o turismo tinha, sim, uma vertente relacionada à especulação imobiliária, mas em uma comunidade unida em torno do desenvolvimento comercial, a exploração turística poderia se transformar em novas frentes de mercado como hotelaria, cultura, especialização técnica (guias turísticos), artesanato e reafirmação da *memória*, do *patrimônio* e do *pertencimento ao lugar*. Embora concordassem com ele, as gestoras entendiam que se conseguissem esclarecer como legalmente as remoções aconteciam, ou poderiam ser contornadas, as pessoas se sentiriam mais tranquilas, se voltariam mais ao desenvolvimento de seus próprios negócios e o desenvolvimento do potencial turístico seria um caminho natural. Na reunião seguinte acontecida no período da manhã, as gestoras levaram ao conhecimento da assistente social da Vila Olímpica as questões levantadas naquela noite e refletindo em conjunto, chegaram todas à conclusão que em vez de uma “aula” específica sobre as funções de cada um dos órgãos públicos envolvidos no processo de marcação das casas, reforma urbana da região, etc, mais interessante seria se pudessem criar um evento aberto ao público, capaz de reunir muitos outros moradores da região portuária e no qual pudessem estar presentes os diretores e presidentes da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP), da Concessionária Porto Novo, da Secretaria Municipal de Habitação, participantes dos movimentos sociais existentes na região e quem mais se interessasse.

Não seria um evento fácil de organizar, mesmo assim a proposta foi levada adiante. Entretanto, em contato com José Luiz, as gestoras decidiram que no encontro seguinte dariam uma explicação resumida sobre como funcionavam algumas dessas instâncias de modo a esclarecer certos pontos, acalmar os moradores participantes das reuniões e oficinas, redefinir metas e propostas sobre o que deveria ser abordado nos cursos e fazer fluir a parceria com o SEBRAE. Na terça-feira seguinte, o número de moradores presentes era muito maior do que o habitual. Percebia-se que muitos ali estavam apenas em busca de respostas e esclarecimentos sobre a questão das remoções. Com muita calma, Jocelene tomou a frente das explicações anunciando que, com base nas demandas dos moradores, o Territórios da Paz, a Vila Olímpica e o SEBRAE tinham decidido organizar um evento com os principais representantes de cada um dos órgãos, instituições e secretarias envolvidas ali naquele contexto a fim de construir um espaço de diálogo com os moradores – anúncio que foi bastante celebrado entre os presentes. Em seguida, a gestora disse que tendo em vista a organização do evento anunciado, naquele instante, ela e as outras gestoras se conteriam em explicar sobre as funções da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, a Secretaria Municipal de Habitação, o Programa Minha Casa, Minha Vida e o Aluguel Social.

As explicações sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) foram voltadas para o fato de se tratar de um projeto do Governo Federal que vinha sendo desenvolvido no país todo. A confusão existente sobre o MCMV era proveniente do fato de que quando se iniciou o processo de marcação das casas e as remoções na região portuária, a Prefeitura, na falta de um projeto próprio que amparasse os moradores, usou-se de uma negociação com o Governo Federal para alocar as famílias removidas em áreas da cidade onde estavam sendo construídas moradias do MCMV – quase todas na zona oeste. Pouco depois, a Prefeitura lançou seu próprio programa habitacional voltado para a integração urbana e social das favelas do Rio, o Morar Carioca – realizado pela Secretaria Municipal de Habitação – mas

continuou alimentando o acordo com o Governo Federal, como pode ser lido no site do programa:

“As obras de urbanização do Morar Carioca são executadas de acordo com o porte e a condição de cada comunidade. Nas enquadradas como urbanizáveis e Áreas de Especial Interesse Social, estão previstas implantação de redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, iluminação pública e pavimentação, criação de áreas de lazer e paisagismo; as áreas de risco serão eliminadas e haverá regularização urbanística e fundiária. Nas comunidades acima de 500 domicílios que já foram parcialmente urbanizadas, estão previstos equipamentos públicos, ampliação da acessibilidade e a regularização urbanística.

No caso das comunidades não urbanizáveis, diagnosticadas pela Prefeitura como situação de risco ou inadequada ao uso residencial, as famílias estão sendo cadastradas e reassentadas em unidades habitacionais produzidas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida”<sup>91</sup>.

Em seguida, as explicações dadas pelas gestoras do Territórios da Paz foram sobre o Aluguel Social, um benefício de caráter temporário, instituído pelo Governo do Estado para “atender necessidades advindas da remoção de famílias domiciliadas em áreas de risco, desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária, calamidade pública ou em razão de Obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)”<sup>92</sup>. Posteriormente, Jocelene fez uma interessante observação sobre a mistura das esferas públicas Municipal, Estadual e Federal envolvidas em todo aquele processo e sobre o quanto era importante e necessário que os moradores passassem a compreender que por mais que o ato de culpar o Estado como algo homogêneo fosse corriqueiro, tal afirmação deveria ser repensada, afinal, em situações como aquela vivida pelos moradores da região portuária, a importância de se saber o que cada esfera fazia significava saber a quem procurar na hora de cobrar pela garantia de direitos:

*[...] Além do mais, quando nós homogeneizamos o Estado, passamos a vê-lo como um todo ruim, todavia, enquanto cidadãos, todos nós somos partes do Estado. Hoje, por exemplo, aqui nesta sala, eu e as meninas do Territórios somos representantes do Governo do Estado, eu sou funcionária pública, estou dentro do Estado, o que não me impede de ver que há erros e problemas e de lutar contra eles. A relação que eu estabeleço com vocês é a do serviço público, mas para mim, é também uma relação de solidariedade e amizade, pois vocês estão passando por uma situação que eu acho inaceitável que exista dentro da cidade que vivo. Assim, como funcionária do Estado eu posso trazer*

<sup>91</sup> Para mais informações: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smhc/conheca-o-programa>

<sup>92</sup> Detalhes em: <http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=1519686>

*oportunidades para que vocês continuem em suas casas, com suas vidas, seus lazeres e suas amizades.*

[Caderno de campo, abril de 2012].

Em adição à fala de Jocelene, José Luiz fez uma rápida e precisa colocação. Ele disse que se os moradores analisassem com atenção o que os fragilizava diante das obras da revitalização, das remoções e do Estado era o *enquadramento na categoria de risco*. Por ser a Providência uma favela antiga e bem estabelecida no centro da cidade, o discurso de risco poderia ser contestado a partir de uma eficiente organização estabelecida entre todos, o que antigamente se conseguia com as associações de moradores. Contudo, *como nos dias atuais tais esferas foram tomadas por disputas políticas vãs, ou mesmo corrompidas pela lógica do tráfico*, a organização em torno de uma associação comercial poderia ser uma solução rápida para demonstrar a *integração dos moradores, o pertencimento ao lugar e o potencial econômico da comunidade*.

De alguma maneira, aquela reunião trouxe respostas aos moradores e esclareceu, ao menos superficialmente, quais eram as funções de cada uma das instâncias com as quais eles lidavam cotidianamente. Ao fim das apresentações, os moradores que permaneceram na sala decidiram redefinir os rumos das reuniões com o SEBRAE: em vez de oficinas para desenvolver o potencial turístico da região, a nova proposta a ser trabalhada seria *como vocês que MORAM aqui querem estar no futuro?*, com o verbo MORAR grafado em letras maiúsculas, em um destaque visual e simbólico ao movimento que se fortalecia.

Depois de definida a proposta de trabalho, o passo seguinte foi detectar os ofícios exercidos por cada um dos participantes das reuniões. Alguns eram ambulantes e vendiam água, refrigerantes e salgados no centro da cidade, outros mantinham cozinhas informais destinadas ao preparo de *quentinhas*<sup>93</sup> dentro da comunidade e alguns tinham pequenos bares

---

<sup>93</sup> Termo nativo para a refeição vendida em embalagens térmicas descartáveis, que em algumas outras regiões do país ganha o nome de “marmita”, ou “marmitex”.

abertos em cômodos de suas casas, onde comercializavam bebidas e comidas variadas. Quase ninguém possuía licença de comercialização e funcionamento dos estabelecimentos, situação que dificultava o alcance à linhas de crédito e, entre outras coisas, os deixava vulneráveis diante de ações da Vigilância Sanitária, por exemplo. Assim, naquele momento, os esforços deveriam ser voltados para a regularização dos trabalhos desenvolvidos por cada um, para permitir que explorassem suas habilidades e demarcassem seus conhecimentos quando fosse necessário.

Ficou decidido que quando todos conseguissem suas regularizações, eles fariam um evento envolvendo as comunidades do Morro do Pinto e da Providência com o objetivo de mostrar aos demais moradores que novas alternativas estavam surgindo a partir do trabalho pessoal de cada um<sup>94</sup>. Antes disso, porém, por sugestão das gestoras, eles aceitaram o desafio de organizar todo o coquetel do evento que serviria como espaço de diálogo entre as comunidades pertencentes à região portuária, os movimentos sociais e as iniciativas públicas e privadas envolvidas nas obras da região.

A grande quantidade de atividades que o Territórios da Paz promovia contrastava com a atuação de outros programas existentes por ali – como a UPP Social (da Prefeitura), o Porto Maravilha Cidadão e o Porto Maravilha Cultural, estes últimos criados pela CDURP<sup>95</sup>. Por causa disso, constantemente o Territórios via-se envolvido em conflitos que colocavam em questão sua ação política e a legitimidade de seu discurso sobre *o incentivo à autonomia dos moradores da região*, afinal se tratava de um programa do Estado.

A capacidade de articulação dos recursos públicos com as demandas dos moradores locais apresentada pelo programa Territórios da Paz constitui o que no início desta tese denominei *associações*. Tal capacidade não se restringe apenas à instâncias do Estado como é

---

<sup>94</sup> Tal evento logo foi desenhado como o I Festival de Gastronomia e Cultura Sabores do Porto e aconteceu no final daquele ano (2012).

<sup>95</sup> O Porto Maravilha Cidadão era um programa mais voltado ao oferecimento de cursos profissionalizantes para jovens, já o Porto Maravilha Cultural, como será apresentado no decorrer do texto, fomentava atividades culturais.

o caso do referido programa. Também atuam nessas articulações movimentos como a associação comercial formada pelos moradores que participavam das oficinas do SEBRAE na Vila Olímpica, a própria Vila Olímpica, enquanto instrumento de conexão entre as demandas de seus usuários e os recursos conseguidos junto ao Estado para manutenção do espaço e algumas outras organizações – como o movimento de agentes culturais e os blocos e cordões carnavalescos comuns à região. A análise sobre as formas de atuação dessas associações confirma o que já foi apresentado anteriormente: não é possível pensar nem o Estado, nem os movimentos, nem as *associações* como blocos unívocos e fechados, nem isentos de serem vistos como centralizadores.

Apesar disso, no intuito de deixar cada vez mais clara sua forma de atuação, as gestoras do programa decidiram separar suas frentes de atuação em dois Grupos de Trabalho (GT). Assim, as reuniões do período da manhã, em que eram analisadas as propostas dos moradores e que se dedicavam à organização de eventos passaram a ser denominadas GT – Cultura, Patrimônio, Esporte e Lazer e agiam de modo mais integrado com a Vila Olímpica. As reuniões do turno da noite passaram a ficar restritas aos cursos e consultorias comerciais visando oferecer técnicas de aprimoramento aos moradores e foram denominadas GT – Comércio Morro da Providência, Morro do Pinto e Região Portuária. Então, a partir de uma demanda tirada nas reuniões do GT Comércio (necessidade de diálogo com as iniciativas públicas e privadas que impactavam o cotidiano da região), o GT Cultura desenvolveu os I Jogos Abertos da Região Portuária: Morros pelo Esporte. Entendendo as atividades esportivas *como uma estratégia de ampliação da participação social*, o evento visava *consolidar ações que reforçassem os moradores como atores principais das transformações da cidade no contexto dos megaeventos*, de modo a incentivar que o legado da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 *não estivessem restritos apenas às obras e às intervenções urbanísticas*.

Foram sete dias de atividades alternadas entre competições esportivas e debates sobre as transformações urbanas, todas elas compostas majoritariamente por moradores que, inclusive, se dividiam entre o público ouvinte e a própria composição das mesas de debate, em diálogo direto com representantes de Secretarias Estaduais e Municipais, ativistas de Direitos Humanos, professores da Vila Olímpica, pesquisadores, defensores públicos, vereadores municipais e os representantes da CDURP e da Porto Novo. O evento contou ainda com a presença de representantes do Conselho Comunitário de Segurança, dos professores do Grupo de Educação Popular que desenvolviam um curso pré-vestibular comunitário para moradores do Morro da Providência, com representantes dos blocos e cordões de carnaval da região portuária, com artistas plásticos do Morro da Conceição e moradores da cidade interessados na discussão.

Por ter sido um evento feito para os moradores, a ideia era permitir que eles falassem o quanto achassem necessário, mesmo que os assuntos excedessem as propostas das mesas de debates, atitude bastante elogiada pelos professores do Grupo de Educação Popular, por exemplo, que acompanhando de perto o cotidiano dos moradores, percebiam a falta desses espaços e demarcavam isso em pequenas ações comunitárias. Em oposição à visão do Grupo de Educação Popular, o Fórum Comunitário do Porto entendeu o evento como uma maquiagem feita pelo Estado para contornar a ausência de estruturas permanentes de intermediação.

As objeções feitas pelo Fórum Comunitário do Porto acerca dos I Jogos Abertos ressaltavam compreensões divergentes sobre a presença e participação de determinadas iniciativas no âmbito das movimentações de moradores da região portuária. De acordo com o que acompanhei a partir de rápido contato com este movimento – cujos integrantes eram, em sua maioria, universitários e pesquisadores de questões relativas às transformações urbanas do Porto do Rio – o fato de uma Secretaria de Estado promover um ambiente de diálogo entre os

moradores não passava de uma obrigação. Além disso, na visão de muitos deles, o Territórios da Paz, ao tomar a frente na proposição de atividades com os moradores, estava apenas conduzindo a todos pelos caminhos convenientes ao próprio Estado.

Para mais, naquela ocasião, o Fórum passava por um momento de redefinições de sua atuação. Na época de sua criação, no final de 2010, o anúncio das remoções juntamente com o início das obras de revitalização configuravam um cenário bastante específico não só para a zona portuária, como para toda a cidade do Rio de Janeiro. As imprecisões do Projeto Porto Maravilha foram capazes de movimentar muitos coletivos em toda a cidade. O Fórum nasceu, portanto, em um momento em que qualquer organização capaz de questionar a forma de atuação da Prefeitura Municipal no contexto das negociações com a Concessionária Porto Novo ocuparia posição de destaque. Foi com esse espírito que as primeiras reuniões aconteceram e que o **Relatório de Direitos e Reivindicações** foi escrito. Pouco depois, com o desenrolar do processo e com a aproximação criada pelo próprio Fórum entre os moradores do Morro da Providência que tiveram suas casas marcadas e os defensores públicos do Núcleo de Terras e Habitação, os caminhos de negociação judicial foram encurtados e o Fórum passou a ser uma estrutura já não tão necessária para os moradores, que poderiam expor seus problemas diretamente aos defensores.

O histórico de faltas freqüentes dos moradores às reuniões propostas pelo Fórum gerava críticas entre os próprios participantes do movimento que, cada vez mais, se viam como um grupo de pesquisa e não mais como um coletivo da sociedade civil organizada. Por um lado, as tensões internas ao movimento geravam indefinições junto aos moradores, por outro, pela desestabilização de seus objetivos, o próprio movimento se indispunha com outras iniciativas, programas sociais e atividades que chegavam à zona portuária.

Embora um pouco inusitado, o cenário que eu observava era o de uma iniciativa do Estado cada vez mais *preocupada em estimular a autonomia dos moradores*, com uma

retórica condizente com suas propostas e bem aceita, contraposta a um movimento civil que perdia sua identificação com o lugar onde havia sido criado e que apresentava pequenas “rachaduras internas” decorrentes de hierarquizações e disputas de poder. Neste sentido, a exemplo do que apresenta Manuela Carneiro da Cunha (1985), a noção de identidade que emergia dos contextos de negociações das obras de revitalização era algo situacional, contrastivo e político, da mesma forma como as tensões de oposição e composição comuns tanto ao Fórum Comunitário do Porto, quanto ao programa Territórios da Paz – tomado como um componente do Estado – aproximavam-se da ideia de segmentaridade debatida na Antropologia desde Evans-Pritchard (2013 [1999]: p. 149):

“Uma característica de qualquer grupo político é, conseqüentemente, sua invariável tendência para divisões e oposição de seus segmentos, e outra característica é sua tendência para fusão com outros grupos de sua própria ordem em oposição a segmentos políticos maiores do que o próprio grupo. Os valores políticos, portanto, estão sempre em conflito, falando-se em termos de estrutura”.

O processo de identificação e segmentação começou a ficar ainda mais evidente quando os eventos culturais promovidos pelos mais diferentes agentes começaram a se espalhar pela região em uma velocidade incalculável e, em paralelo, as políticas de patrimônio voltadas à criação do Circuito de Celebração da Herança Africana esgarçavam ainda mais as compreensões sobre a cultura local.

### **3.4 – CULTURA**

Como já foi dito em outros momentos desta tese, o Projeto Porto Maravilha foi instituído a partir da Lei Complementar 101/2009, que regularizou a Parceria Público-Privada para que a Concessionária Porto Novo pudesse implantar reformas urbanas em todo o território da zona portuária do Rio de Janeiro (calculado em 5 milhões de metros quadrados) e

administrá-lo por um período de 15 anos. Todo o recurso utilizado nesta empreitada – cerca de R\$8 bilhões – vem do FGTS e da venda dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC). De modo sintético, os CEPACs representam a quantidade de metros quadrados que se pode construir em determinados terrenos, considerando-se a metragem e a altura dos prédios. Com o início da operação, 70% dos terrenos da região portuária, que eram públicos, foram disponibilizados para o uso do Consórcio Porto Novo que, a partir de sociedades estabelecidas com incorporadoras e fundos de investimento, incentiva a construção de prédios comerciais, torres corporativas e hotéis em toda a região.

Como contrapartida à concessão, a Lei Complementar citada acima indica que ao menos 3% da venda dos CEPACs devem ser aplicados na recuperação e valorização do patrimônio existente na zona portuária e no fomento às atividades culturais. A Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (CDURP), criada pela Prefeitura especificamente para acompanhar a operação consorciada, desenvolveu o programa Porto Maravilha Cultural para gerenciar a aplicação deste recurso em “restauração de bens tombados, em ações do poder público e no apoio a iniciativas de valorização do patrimônio da região”, como consta no site do programa<sup>96</sup>.

A existência de recursos exclusivos para o desenvolvimento da atividade cultural da região atraiu rapidamente artistas, gestores e produtores culturais e, no mesmo ritmo, fez surgir tantos outros dentre os próprios moradores locais. Artistas plásticos moradores da região há anos, como os organizadores do Projeto Mauá, no Morro da Conceição, viram-se forçados a estreitar laços enquanto *associação cultural* para conseguirem disputar espaço dentro dos editais com outros nomes vindos de outras partes da cidade em busca de oportunidades. *Associações culturais* passaram a ser, inclusive, um recurso muito utilizado por artistas que moravam, ou trabalhavam na região portuária antes da chegada do Porto

---

<sup>96</sup> [http://www.portomaravilha.com.br/porto\\_cultural](http://www.portomaravilha.com.br/porto_cultural)

Maravilha, e também se tornaram alternativa para outros moradores, que mesmo sem terem afinidades prévias com atividades culturais, viram no novo cenário uma forma de investimento. Além de fortalecer as relações de vizinhança, tais *associações* ainda dinamizavam as questões relativas ao *pertencimento* à região, em uma época em que relações de identidade<sup>97</sup> passaram a ser um recurso político pertinente, diante da chegada das *sociedades de empresas de economia criativa*<sup>98</sup>.

Nesse cenário de efervescências, dois acontecimentos específicos merecem ser trazidos ao texto. São eles: a criação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana e FIM – Fim de Semana do Livro no Porto. Menos do que detalhes pormenorizados sobre o que sejam, interessam-me apenas o que significam quando, no cenário de múltiplos investimentos da revitalização, eles provocam novas compreensões sobre a categoria *morador*, e produzem, na contrapartida, outros “modos de habitar” a região do porto do Rio.

Sobre o Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana é importante dizer que se trata de um “passeio” de elevado potencial turístico, cuja criação remonta o seguinte contexto: no início das obras de revitalização, algumas perfurações acidentais levaram à descoberta de certos achados arqueológicos que foram devidamente tratados por uma grande equipe de pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O valor histórico de tais peças impulsionou a continuidade das pesquisas e escavações até se chegar ao Cais do Valongo – maior porto de recebimento de negros africanos escravizados do mundo até a primeira metade do século XIX. A descoberta de tal porto, entretanto, não foi exatamente uma novidade, pois sua existência era amplamente conhecida e divulgada por pesquisas

---

<sup>97</sup> Também nos termos de Manuela Carneiro da Cunha (1985).

<sup>98</sup> Empresas cujo modelo de gestão origina-se em atividades, produtos e serviços desenvolvidos a partir do conhecimento, da criatividade, ou do capital intelectual de indivíduos visando a geração de trabalho e renda. O foco no potencial individual ou coletivo para produzir bens e serviços é o que as diferencia das empresas de economia tradicional e, neste sentido, dedicam-se ao setor de cultura, moda, design, música, tecnologia e artesanatos.

historiográficas. A questão era apenas que não se sabia quão profundo ele estava depois das tantas intervenções urbanas que alteraram o desenho da região portuária.

Uma vez trazido à tona novamente, o Cais do Valongo tornou-se referência às memórias da diáspora africana e no intuito de resguardá-las, grupos de trabalho foram criados unindo pesquisadores, representantes do movimento negro e setores municipais. Curiosamente, na mesma região onde se reencontrou o Cais do Valongo figuram pelo menos desde a década de 1980, iniciativas em prol da conservação das mesmas memórias africanas que, ao contrário do acontecido atualmente com o Cais, muitas vezes foram negligenciadas. Essas memórias estavam relacionadas principalmente com a Pedra do Sal e a região popularmente conhecida como Pequena África. Seria injusto dizer que nem a Pedra do Sal, nem a Pequena África tenham tido reconhecimentos por parte do Estado, pois, de modo distintos, os dois territórios são há muito tempo considerados representações da presença africana na cultura brasileira.

Além disso, não são poucos os símbolos que emanam desses territórios reforçando ainda mais a manifestação dessas memórias no presente. O samba, o Afoxé Filhos de Gandhi, a Praça dos Estivadores, também conhecida como Largo do Depósito – em referência ao local onde se comercializavam os negros chegados no Cais recém-(re)descoberto a poucos metros de distância – o Cemitério dos Escravos, também chamado Cemitério dos Pretos Novos, são apenas alguns exemplos do emaranhado de práticas culturais e materialidades que confirmam a sociabilidade étnico-racial no contexto da região portuária ao longo do tempo. Uma sociabilidade que não denota, nem poderia denotar, relações homogêneas e positivas. Ao contrário, não são poucos os exemplos a confirmar que conflitos sempre estiveram na base de todas as relações, principalmente daquelas voltadas à construção de alianças de suporte às ações políticas. É o que se vê no caso da Comunidade Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal, cuja existência está marcada por um longo histórico de conflitos decorrentes do

esforço de se reafirmar identidades e pertencimentos – estes tomados como noções construídas na prática das relações e não como condições dadas à priori.

Se é verdade que a redescoberta do Cais do Valongo e a criação do Circuito demonstram hoje a inegável contribuição da herança africana deixada na região e na cidade, também é verdade, como venho expondo ao longo desta tese, que isso nem sempre foi assim, e mesmo hoje é afirmação que precisa ser problematizada. Muitos pesquisadores passaram pela zona portuária interessados em observar como políticas de patrimônio passaram a dar visibilidade às memórias africanas atualmente celebradas na região<sup>99</sup> e apontavam para a existência de uma vertente de atuação nacional e internacional interessada em correlacionar tais fatos. Dessa maneira, o crescente interesse pelo legado da escravidão não parte necessariamente do reconhecimento das práticas cotidianas exercidas pelos sujeitos que as executam, mas sim, de um modelo pensado anteriormente e que deverá ser aplicado a determinados contextos, conformando, inclusive, novas atuações e antigas práticas.

Isso não significa que o reconhecimento simbólico das práticas seja diminuído, no entanto, não se pode negar que ao tomarmos políticas pré-concebidas que poderão ser aplicadas a quaisquer contextos – que mantenham mínimas correspondências históricas – não necessariamente estaremos fortalecendo *tradições, ancestralidades e memórias*. Ao contrário, políticas de patrimônio que engessam como devem ser organizadas memórias a partir de determinados referenciais (como circuitos, museus, etc) estão apenas se utilizando convenientemente da ideia de cultura pressuposta em possíveis “depoimentos de memória”. Dito de outra forma, quando o Circuito de Celebração da Herança Africana da região portuária do Rio de Janeiro define o Cais do Valongo como o monumento de representação da diáspora africana e o eleva à categoria de patrimônio a ser reconhecido pela humanidade, o que está acontecendo é apenas a ratificação de um modelo muito comum aos contextos de

---

<sup>99</sup> GUIMARÃES (2012, 2014); VASSALO (2012); CICALO, VASSALO (2015) são exemplos.

revitalização disseminados pelo mundo – em cidades com históricos de escravidão – que vêm na questão étnica uma fonte de especulação econômica, pautada em uma especulação cultural. Nesses modelos, cultura se torna um bem comercializável e os “depoimentos de memória”, por estarem fixados em acontecimentos históricos amplamente conhecidos (como a própria escravidão, por exemplo) incrementam as propagandas em cima das quais serão vendidas rotas turísticas, roupas, comidas e artesanatos típicos em uma “generalização da reprodutibilidade técnica” – esta em sentido Benjaminiano (1989).

O problema não está, reforço, exclusivamente na comercialização da cultura, nem em sua “reprodutibilidade técnica”, mas sim na pouca sensibilidade política desses projetos. A construção de circuitos, de museus e de monumentos que representam práticas culturais, no limite, não são as práticas culturais e, no mais das vezes, também não correspondem com a forma como tais práticas são construídas e significadas relacionalmente por aqueles que as detêm. Assim, no contexto da região portuária carioca, os integrantes do Quilombo da Pedra do Sal, por exemplo, são aqueles que foram removidos de suas casa, que não foram ouvidos durante as pesquisas e escavações arqueológicas, que mal são citados no percurso feito pelo Circuito da Herança Africana, que apesar do reconhecimento cultural dado pelo Estado, a cada dia mais são excluídos da região revitalizada, exatamente no momento em que, entre tantas intervenções urbanísticas ocorridas ao longo da história do porto do Rio, pela primeira vez as memórias da escravidão são motivos para celebração.

Sobre o FIM – Fim de Semana do Livro no Porto é preciso dizer que se trata de um evento literário organizado por um morador do Morro da Conceição, com interesse em discutir em sessões descontraídas literatura, artes, culinária, futebol, cultura e política, tudo ao mesmo tempo, usando os espaços do Morro da Conceição e de seu entorno mais próximo como palco. O evento ocorre uma vez ao ano, durante os dois dias de um fim de semana e teve sua primeira edição em outubro de 2012. A organização do primeiro evento instituiu a

parceria entre amigos em torno de um instituto – o Instituto FIM – visando facilitar a aquisição de recursos e a divisão de tarefas próprias à organização. Entretanto, apesar de ser organizado a partir de um Instituto de amigos e parceiros, o FIM é apresentado como o *projeto do Vidal*. Tal classificação é comum e generalizada, inclusive, entre os próprios amigos e parceiros do Instituto, o que denota que a reunião deles em torno daquilo é uma forma de dar apoio e consistência ao desejo particular de um deles, o Vidal, atitude louvável e comum a relações de amizade.

Na época em que decidiu criar o evento, Vidal – que é morador do Morro da Conceição desde 2008 e oscila entre as classificações de *morador novo* e *morador antigo* por causa da forma como se relaciona com o lugar e com as pessoas – tomou a decisão de partilhar com alguns de seus vizinhos mais próximos a ideia que o movia e sua vontade de realizar o evento ali no Morro. Sendo o Morro um lugar pequeno, de ruas estreitas e casas muito próximas umas das outras, alguns vizinhos sugeriram que se ele realmente queria saber o que todos pensavam sobre o assunto, seria necessário realizar reuniões maiores. Avesso a formalidades, Vidal, convidou grande número de vizinhos para umas cervejas no armazém da Rua do Jogo da Bola sob o pretexto de apresentar uma ideia que o perseguia. No dia e local combinados, Vidal apresentou rapidamente suas idéias sobre a realização de um grande evento literário pelas ruas do Morro. Ele disse que a ideia de um evento literário o acompanhava desde jovem, no entanto, por circunstâncias da vida, nunca soube bem como colocá-la em prática.

Tendo em vista a chegada abrupta das obras da revitalização ao Morro, Vidal entendia que os moradores deveriam se unir, não exatamente para se opor ao que vinha, mesmo por que nenhum deles conhecia em detalhes a proposta do Projeto Porto Maravilha, mas sim para criar *mecanismos de identificação* entre eles mesmos, de modo a *fortalecer os laços de vizinhança*, o que seria uma ferramenta importante caso as obras provocassem algum tipo de

expulsão, ou remoção por ali, como vinha acontecendo no vizinho Morro da Providência. Nesse sentido, Vidal disse que por *não saber fazer movimentos rígidos e formais*, como em sua visão costumavam ser *os movimentos de atuação política*, ele preferia que todos se organizassem em torno de um evento cultural que, embora menos rígido e formal, não seria menos sério. Este evento, por sua vez, seria a feira literária, e como ele trabalhava como editor, convidaria para compor as mesas de debates alguns escritores conhecidos seus.

A proposta foi razoavelmente bem aceita, entretanto, os presentes questionavam-se sobre como conseguiriam dinheiro para uma atividade como aquela. Vidal os lembrou, então, que independente das vontades individuais de cada um, o Projeto Porto Maravilha tinha sido inaugurado e as obras pela região estavam a todo vapor. Além disso, a Praça Mauá estava fechada para a construção de túneis e de dois museus que não correspondiam às demandas culturais do lugar, colocação com a qual quase todos concordaram. Vidal prosseguiu dizendo que a CDURP e o Consórcio Porto Novo que administravam as obras possuíam editais de financiamento público de atividades culturais a serem desenvolvidas na região<sup>100</sup>, e era assim que ele pretendia realizar a feira literária.

Ao ouvirem de onde viriam os recursos para o evento, muito moradores se exaltaram irritados e disseram que naquelas circunstâncias não só não participariam das atividades, como seriam contra a realização delas nas ruas do Morro. Pacientemente, Vidal respondeu que não via problemas em utilizar dinheiro público para realizar a feira, principalmente porque *se a Concessionária estava ali para explorar a região e lucrar com isso, que ela deixasse alguma coisa em contrapartida*. Indignados, alguns moradores se levantaram e o acusaram de ser *interesseiro tanto quanto todos os outros produtores culturais que estavam chegando na região*. Vidal disse que seu interesse era apenas o de realizar a feira e tê-la como um *instrumento de fixação* dele e de seus vizinhos naquele espaço. Em seguida, comentou que

---

<sup>100</sup> O que seria possível por causa do Porto Maravilha Cultural e dos lucros da venda dos CEPACs.

não tinha uma *visão purista das coisas* e por isso não via com maus olhos a possibilidade de fazer uso de recursos públicos para conseguir o que queria: *o dinheiro existe e vai ser usado por alguém, então que seja pela gente*. As discussões prosseguiram em um tom elevado até que Vidal, visivelmente alterado, concluiu:

*Eu achei que a ideia era uma forma de a gente dizer para essas caras aí da Concessionária e da Prefeitura como é que a gente quer que as coisas sejam, porque do jeito como está, eles é que dizem como que a gente é, sem perguntar nada.*

Tentando acalmar os ânimos dos demais sem perder a oportunidade do debate, um morador considerou que era mesmo chegada a hora de todos se organizarem e falando sobre a construção do Museu do Amanhã, ele se levantou, deu as costas para a localização onde estava a Praça Mauá com os maquinários e os materiais das obras, estendeu os braços em direção à rua como se fosse abraçar o Morro todo e disse: *Eu não quero o Museu do Amanhã, eu quero o museu do ontem.*

Sem nenhuma decisão de ordem prática, a reunião acabou dispersada por rodadas de cerveja, como convinha a uma ocasião informal. Vidal tentou ainda organizar mais uma reunião, dessa vez mais *rígida*, marcada no salão da igreja em um domingo após a missa, mas a adesão geral ao projeto foi bastante baixa, o que não o desanimou de seguir com a ideia adiante e, já sem esperanças de conseguir apoio entre seus vizinhos, passou a considerar que o Morro era um lugar público, com ruas públicas, que poderiam receber qualquer tipo de evento, bastando para isso uma licença da Prefeitura quando necessário. Tal posicionamento fez com que ele passasse a ser cada vez mais classificado como um *produtor cultural que morava no Morro da Conceição e explorava o lugar*. Como vim a perceber, o problema do posicionamento de Vidal não residia exatamente no fato de explorar o lugar, mas sim de não perceber que suas ações incentivavam *uma propaganda do Morro da Conceição*, capaz de atrair todos os tipos de investimentos, bons e ruins.

Por *uma propaganda do Morro da Conceição*, meus interlocutores entendiam a comercialização de uma imagem falsa, mas rentável do lugar como sendo: um *espaço bucólico*, com *casarios históricos conservados*, com um estilo de vida simples e calmo, *como se o Morro tivesse parado no tempo*, ou correspondesse a uma cidade imaginária do interior do país. Embora a imagem não estivesse completamente errada, pois o lugar realmente conservava casarões antigos e uma vida calma se comparada à agitação do centro da cidade, tal visão homogeneizava e aplainava as relações ali vividas, sem deixar espaço para os conflitos e tensões que compunham as relações de sociabilidade entre vizinhos. O discurso homogeneizante e a imagem de um lugar parado no tempo reduziam a vida no Morro da Conceição à esfera do exótico e o lançavam como um ambiente propício ao desenvolvimento do *turismo cultural* – termo bastante explorado por gestores e produtores culturais que apareciam por ali.

Assim, se por um lado os discursos homogeneizantes serviam para comercializar um estilo de vida, por outro, e ironicamente, este mesmo estilo de vida era gradualmente descaracterizado pela chegada de turistas e *novos moradores* que, por não compreenderem as minúcias das práticas cotidianas vividas ali, tensionavam as relações e abriam espaço para iniciativas com as quais eles mesmos não sabiam lidar – como o tráfico de drogas, por exemplo, que também fazia parte do cenário comum à vida na zona portuária, a especulação imobiliária, etc. A insistência de Vidal de levar adiante sua feira literária não o fazia “menos morador”, mas expunha que determinadas iniciativas poderiam resultar em uma especulação cultural tão grande que em vez de unir os moradores, os expulsaria.

Se a primeira parte deste capítulo voltou-se à observação sobre como determinadas iniciativas do Estado eram contrapostas e conjugadas ao sabor das circunstâncias às *movimentações de moradores* pela região portuária – deixando ver o Estado como algo poroso e segmentar – a continuidade das análises apresentadas mostraram como movimentos sociais

que deveriam se organizar de modo mais horizontalizado, muitas vezes acabavam enredados em atitudes hierárquicas e centralizadoras. O que, como aponta Herzfeld (1996), poderia ser apenas um efeito das próprias relações estabelecidas com o Estado:

“[O] Estado procura sempre imprimir sua própria forma aos grupos com quem entra em relação – e isso inclui aqueles que a eles se opõem, bem como os movimentos que, voluntária ou involuntariamente, dele tentam escapar” (HERZFELD, 1996: p. 77 [apud] GOLDMAN, 2006).

Sobre a capacidade do Estado de imprimir seu formato aos grupos com quem se relaciona, o contexto da criação do Circuito de Celebração da Herança Africana é exemplar, pois as práticas de patrimonialização de memórias, como se buscou mostrar, estavam mais interessadas em padronizar um modo de conhecimento e reflexão sobre a herança africana na região, do que estabelecer diálogos com as multiplicidades de relações existentes. No tocante ao Fim de Semana do Livro no Porto, o que estava em jogo na zona portuária carioca no contexto dos novos investimentos financeiros impulsionados pela revitalização era a conveniência da comercialização da cultura e seu achatamento em torno de discursos e práticas insensíveis às dimensões políticas e às subjetividades inerentes ao lugar. Tanto o processo de patrimonialização de memórias quanto a especulação econômica e cultural da área portuária permitem perceber como os “depoimentos de memória”, por terem base nos “acontecimentos históricos”, podem ser usados como discursos técnicos pelo Estado e pelos gestores e produtores culturais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mas quem seria capaz de avaliar a legitimidade dessas memórias? Que espécie de balança se deveria construir para se dizer o que era “verdade” e o que era “mentira” nos discursos e relatos sobre um lugar? Em se tratando de memórias, que agentes e premissas estabelecem a existência de gradações ou demarcações de valor e de legitimidade?

Descritas bem no início deste texto as perguntas acima inauguraram o percurso que eu pretendia percorrer ao longo da tese. Quando se está em campo, ter a real dimensão das relações observadas é algo bastante difícil. Um campo extenso que, entre idas e vindas, compõe uma trajetória de dez anos dificulta um pouco mais o dimensionamento das coisas. Esta é a soma real do tempo em que me “encontrei em campo” na zona portuária do Rio de Janeiro, com um agravante: ao contrário do que dita a regra dos métodos e pesquisas em Antropologia Clássica, em 2012, após nove meses de campo, quando o “ideal” era que eu voltasse ao “meu gabinete” e produzisse reflexões sobre as experiências que analisei, eu decidi ficar. Ainda não sei avaliar se foi uma escolha prudente. Mas sei que muitas das experiências narradas no presente texto, só puderam ser analisadas porque eu fiquei.

Ao escrever este texto senti necessidade de estabelecer certos limites temporais, pois as experiências que analisei com mais cuidado e que aqui estão relatadas aconteceram antes que eu tivesse optado por viver no Rio de Janeiro, em uma época em que minha estada na cidade devia-se exclusivamente ao trabalho de campo que eu precisava desenvolver. No entanto, algumas dessas experiências só passaram a fazer sentido para mim tempos depois, quando eu realmente já morava na cidade e circulava de modo mais desatento pela região portuária. Vem desse meu “relaxamento” a constatação de que determinados “acontecimentos históricos”, como a Revolta da Vacina, Canudos, ou outros eram com frequência acionados por meus interlocutores para pautar argumentações feitas no presente.

Foi assim, já desobrigada do campo e me organizando para a escrita da tese que, ao recuperar um dos meus cadernos de campo, contei dez vezes a recorrência à Revolta da Vacina em apenas quatro páginas de descrição de um evento específico.

Tal acontecimento fez com que eu repensasse muito das minhas anotações e observações de campo e passasse a relacionar as experiências de outra maneira. No esforço de dar sentido a tais “acontecimentos históricos” frequentemente relatados por meus interlocutores percebi que determinadas memórias não se encerravam nem estavam restritas ao passado. Mais do que isso, muitas vezes elas eram acionadas para sustentar argumentos do presente, principalmente em contextos de embates públicos com as esferas responsáveis pelo desenvolvimento das obras do Projeto Porto Maravilha. A este recurso de conexão de memórias, “acontecimentos históricos” e experiências pessoais chamei “depoimentos de memória”.

Utilizados como recurso para embasar ações políticas, os “depoimentos de memória” eram usados das mais diversas maneiras e nas mais variadas situações. Se recuperarmos novamente o Preâmbulo que inicia esta tese, veremos ali as referências à Revolta da Vacina feitas por um morador no sentido de produzir conhecimentos sobre o que é habitar a região portuária carioca. Recurso parecido é utilizado pelo fotógrafo Maurício Hora para sustenta seu interesse por retrazar a ocupação do Morro da Favela a partir da Guerra de Canudos, apresentada no Capítulo Um. A seqüência da tese estrutura-se em torno das variadas relações que vão dinamizando a vida na região portuária carioca, quase todas elas reveladoras de um emaranhado de conflitos inerentes ao exercício de compreensão sobre o que é ser *morador* e o que é “habitar” esta parte da cidade.

Os diversos tipos de investimentos sociais, culturais e econômicos que se processam pelos bairros da Saúde, da Gamboa e Santo Cristo mobilizando os moradores em torno de definições que assegurem seus pertencimentos e memórias ao lugar onde vivem, nos

permitem dizer categoria *morador* não possui um conteúdo em si mesmo, ela só existe enquanto um processo fundamentado nos “depoimentos de memória” e na conformação de corpos ciborgues. A importância dos corpos ciborgues nesta tese reside no fato de que para serem reconhecíveis no mundo, experiências e conhecimentos dependem primeiramente de um corpo. Sem um corpo não possível habitar. Por fim, é da conectividade entre materialidades distintas que se faz o habitar, assim como é de conexões imperfeitas e múltiplas que se caracteriza o *morador*.

**notas de campo:**

criado por moradores que desejavam recuperar o carnaval de rua da região portuária, o cordão do prata preta teve início em 2005. utilizando-se da figura de prata preta, ícone da revolta da vacina, o cordão tem como lema a frase: “o prata preta é o zumbi da saúde”, associando personagens e histórias que, em maior ou menos grau, estão relacionadas com a memória de ocupação da região portuária. neste ano de 2016, o bloco saiu às ruas da saúde cantando os 120 anos da revolta de canudos. em um cortejo recheado de referências simbólicas, o principal estandarte do cordão anunciava: prata preta encontra antônio conselheiro. depoimentos de memória.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M.; MATTOS, H (orgs). 2007. Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural da Comunidade Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal.
- ABREU, R. 1998. O livro que abalou o Brasil: a consagração de Os Sertões na virada do século. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.5, p.93-115.
- ALLIEZ, E.; STENGERS, I. et al. 1988. **Contratempo: ensaios sobre algumas metamorfoses do Capital**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária
- ALMEIDA, C. A. F. de. 1997. **Canudos: imagens da guerra**. Rio de Janeiro: Lacerda Ed.: Museu da República.
- ANDRELLLO, G. 2006. Cidade do Índio: transformações e cotidiano em Iauaretê. São Paulo: Editora UNESP
- ARANTES, E. B. 2010. **O Porto Negro: cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense
- BARRETO, Lima. 1961. **Diário Íntimo**. São Paulo: Brasiliense.
- BAILEY, F. G. (org) 1971. **Gift and Poison. The Politics of Reputation**. Oxford: Basil Blackwell
- BENCHIMOL, J. 1990b. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura.
- BENJAMIN, W. 1985. **Obras Escolhidas – Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Editora Brasiliense.
- BOTELHO, Aldir. 2002. **Canudos: xilogravuras**. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CARNEIRO, M. V. 2015. **Telhado de Vidro: uma reflexão sobre o processo de inventário do IPHAN-RJ a partir do caso da Festa de Nossa Senhora da Conceição – RJ**. Dissertação de Mestrado. CPDOC. Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro.
- CARVALHO, José Murilo. 1987. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras.
- CARDOSO, I. C. C. 2013 (org.) et al. **Renovação urbana mercantilização da cidade e desigualdades socioespaciais**. 01. ed. Rio de Janeiro: Mauad Editora.
- CHALHOUB, Sidney. 1996. **Cidade Febril: cortiços e epidemia na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras.

- CHATTERJEE, P. 1986. **Nationalist thought and the colonial world. A Derivative Discourse**. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- COMERFORD, J. 2003. **Como uma família – sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume Dumará
- COSTA, F. C. 2010. **Morro da Conceição: uma etnografia da sociabilidade e do conflito numa metrópole brasileira**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos.
- \_\_\_\_\_. 2011. “A revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro: políticas, associativismos e movimentos”. In: **Actas Del X Congreso Argentino de Antropología Social. Buenos Aires**, Editorial de La Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.
- \_\_\_\_\_. 2014. Le Quilombo, l'Église et la Loi. Conflits et arrangements autour de l'appropriation d'un espace de mémoires. *Annales de Géographie* (Paris), v. 700, p. 1310-1337
- CUNHA, Euclides da. 1939. **Canudos: diários de uma expedição**. Rio de Janeiro, José Olympio.
- \_\_\_\_\_. 1967. **Canudos e inéditos**. São Paulo: Melhoramentos.
- \_\_\_\_\_. 1975. **Cadernetas de campo**. São Paulo: Cultrix/ MEC.
- \_\_\_\_\_. 1975a. **Contrastes e confrontos**. Rio de Janeiro: Record.
- \_\_\_\_\_. 1985. **Os Sertões**. São Paulo: Brasiliense/ Secretaria de Estado da Cultura.
- \_\_\_\_\_. 2000. **Diário de uma expedição**. São Paulo: Companhia das Letras.
- CARNEIRO DA CUNHA, M.. 1985. **Negros, estrangeiros**. São Paulo: Brasiliense
- CUKIERMAN, Henrique Luiz. 2007. **Yes, nós temos Pasteur: Manguinhos, Oswaldo Cruz e a história da ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará (FAPERJ).
- DAVIDSON, B. 1978. **The lost cities of África**. Boston, Little Brown.
- DARNTON, R. 2011. **O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa**. São Paulo: Graal.
- EVANS-PRITCHARD, E.E. 2013 (1999) **Os Nuer: Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo: Perspectiva
- \_\_\_\_\_. 2005. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- FAUSTO, Boris. 1977. **Trabalho Urbano e Conflito Social (1890 – 1920)**. São Paulo: Difel.
- FERREIRA, A. 2010 “O Projeto ‘Porto Maravilha’ no Rio de Janeiro: inspiração em Barcelona e produção a serviço do capital?”. In: **Revista Bibliográfica de Geografia e**

**Ciências Sociais.** Serie Documental de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana. Barcelona, vol. XV, nº 895 (20)

FONSECA, C. 2000. **Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.

FÓRUM COMUNITÁRIO DO PORTO. **Relatório de violações de direitos e reivindicações.**

GIANELLA (2013) “A produção histórica do espaço portuário da cidade do Rio de Janeiro e o projeto Porto Maravilha” In: **Espaço e Economia** [Online], 3

GILLE, D. 1988. “Estratégias Urbanas”. In: ALLIEZ, E.; STENGERS, I. et al. **Contratempo: ensaios sobre algumas metamorfoses do Capital.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

GOLDMAN, M. 2006. **Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política.** Rio de Janeiro: 7Letras.

GONÇALVES, J. R. 1988. “Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais” In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v1, n. 2

GONÇALVES, R. S. 2012. “A construção social do risco e as remoções das favelas cariocas”. In: **Anais do 36º Encontro Anual da Anpocs.** Águas de Lindóia: São Paulo.

\_\_\_\_\_. 2013. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito.** Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. 2011. **A utopia da Pequena África. Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HANDLER, R. 1984. “On social discontinuity: nationalism and cultural objetification in Quebec”. In: **Current Anthropology**, vol. 25, nº 1.

HARAWAY, D. 1994. “Um manifesto para os *cyborgs*: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80”. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (org). **Tendências e Impasses. O feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Roco.

HAVILAND, J. B. 1977. **Gossip, Reputation and Knowledge in Zinacantan.** Chicago: The University of Chicago Press

HERZFELD, M. 1996. **Cultural Intimacy. Social Poetics in the Nation-State.** New York/ London: Routledge.

HONORATO, C. de P. 2008. **Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 758 a 1831.** Dissertação de Mestrado. Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosóficas. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense.

- INGOLD, T. 2012 “Caminhando com dragões: em direção ao lado selvagem”. In: STEIL, C.A.; CARVALHO, I. **Cultura, percepções e ambiente: diálogos com Tim Ingold**. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- \_\_\_\_\_. 2014. “That’s enough about ethnography”. In: **Hau Journal of Ethnography Theory**. 4(1) 383: 395.
- KUSCHNIR, K. 2007. “Antropologia e política”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.22, no.64, p.163-167.
- LÉVI-STRAUSS, C. 1993 “O problema das discontinuidades culturais diante da Etnografia e da História”. In: **Antropologia Estrutural Dois**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- \_\_\_\_\_. 1989. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Papirus.
- LIMA, Tânia Stolze & GOLDMAN, Márcio. 2003. Prefácio. In: CLASTRES, Pierre. **Sociedade contra o estado**. São Paulo: Cosac e Naify.
- MACHADO DE ASSIS, 1994. **Quincas Borba**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Aguilar
- MARQUES, A. C. 1999 “Algumas faces de outros eus. Honra e patronagem na Antropologia do Mediterrâneo”. In: *Mana*, Rio de Janeiro, n. 5 (1).
- \_\_\_\_\_.2002. **Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / NuAP - Coleção Antropologia da Política.
- MARTINS, P. E. M. 2007. Canudos: organização, poder e o processo de institucionalização de um modelo de governança comunitária. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 01-16.
- MEADE, T A. 1997. **Civilizing Rio: reform and resistance in a Brazilian city, 1889-1930**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.
- MEIHY, J. C. S. B.; BERTOLLI, C. F. 1995. **Revolta da Vacina – Guerras e Revoluções Brasileiras**. São Paulo: Ática.
- MINTZ, Sidney W. 1984. "Houses and Yards Among Caribbean Peasantries”, In. Mintz, **Caribbean Transformation**. Londres: The John Hopkins University Press.
- MOREIRA, C. C 2004. **A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro**. São Paulo: Ed. UNESP
- NEDELL, Jeffrey D. 1987. “The Revolta contra Vacina of 1904: The Revolt against Modernization in Belle-époque Rio de Janeiro”. **The Hispanic American Historical Review**. Durnham, North Carolina, v. 67, n.2 (May): The Duke University Press.
- NETO, Lira. 2009. **Padre Cícero: poder, fé e guerra no sertão**. São Paulo: Companhia das Letras.

PRADO JR., Bento. 2004. “Prefácio”. In: CLASTRES, P. **Arqueologia da Violência: pesquisa de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify.

PEREIRA, J. C. M. da S. **À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Garamond/IPHAN, 2007.

PINTO, D. S. 2013 **Homenagens do Legislativo: uma etnografia dos processos simbólicos do Estado**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos, SP.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. 1988. “Can the Subaltern Speak?”. In: NELSON, Carry; GROSSBERG, Lawrence (eds.): **Marxism and the Interpretation of Culture**. Chicago: University of Illinois Press.

STRATHERN, Marilyn. 1999. “No limite de uma certa linguagem”. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 157-175.

VASSALLO, Simone Pondé. “De ossadas a patrimônio afrodescendente: a criação do Instituto dos Pretos Novos na Zona Portuária do Rio de Janeiro”. Trabalho apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, São Paulo, julho de 2012.

\_\_\_\_\_ Desenterrando memórias: uma análise das disputas em torno de sítios arqueológicos afrodescendentes na Zona Portuária do Rio de Janeiro In: **Anais do 36º Encontro Anual da Anpocs**. Águas de Lindóia: São Paulo.

VASSALLO, S. P.; CICALO, A., 2015 “Por onde os africanos chegaram”. **Horizontes Antropológicos** [Online], 43

VENTURA, Roberto. 1997. Canudos como cidade iletrada Euclides da Cunha na *urbs* monstruosa. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.40, n.1, p.165-181.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. “O nativo relativo”. **Mana**. Rio de Janeiro, v.8, n.1, pp. 113-148.

#### **Endereços eletrônicos visitados:**

[http://www.rio20.gov.br/clientes/rio20/rio20/sobre\\_a\\_rio\\_mais\\_20/o-que-e-cupula-dos-povos.html](http://www.rio20.gov.br/clientes/rio20/rio20/sobre_a_rio_mais_20/o-que-e-cupula-dos-povos.html)

<http://www.portomaravilha.com.br/busca?t=tempo+de+perman%C3%A2ncia+da+opera%C3%A7%C3%A3o+urbana>

<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=957518>

<http://portomaravilha.com.br/uploads/releases/55cbb0a7d7938.pdf>

<http://oglobo.globo.com/rio/em-campanha-paes-tenta-vincular-sua-imagem-as-transformacoes-feitas-por-pereira-passos-5433676>

<http://portomaravilha.com.br/uploads/releases/55cbb0a39b6ef.pdf>

<http://portomaravilha.com.br/uploads/releases/55cbb0a39b6ef.pdf>

<http://www.portonovosa.com/pt-br/sobre-a-concessionaria>

<http://www.saarario.com.br/historia.htm>

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/28/rio-se-inspira-em-barcelona-para-recuperar-zona-portuaria.htm>

<https://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-mpf-fcp.pdf>

<https://br.boell.org/pt-br/2011/07/06/violacoes-na-regiao-portuaria-do-rio-de-janeiro>

<http://www.rio.rj.gov.br/web/smhc/conheca-o-programa>

<http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=1519686>

[http://www.portomaravilha.com.br/porto\\_cultural](http://www.portomaravilha.com.br/porto_cultural)

### **Documentário:**

**Casas Marcadas**, 2013 Direção.: Adriana Barradas, Carlos R. S. Moreira e Alessandra Schimite